CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MEMÓRIA NEGRA EM SÃO GONÇALO: CATIVEIRO E LIBERDADE NAS TERRAS DA FAZENDA ENGENHO NOVO

Daiana Sousa Santiago

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Rio de Janeiro/RJ
Maio/2023

MEMÓRIA NEGRA EM SÃO GONÇALO: CATIVEIRO E LIBERDADE NAS TERRAS DA FAZENDA ENGENHO NOVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Daiana Sousa Santiago

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Renan Ribeiro Moutinho (CEFET/RJ)

_____

Professor Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (CEFET/RJ) (Orientador)

_____

Professor Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET/RJ)

_____

Professora Drª. Juniele Rabêlo de Almeida (UFF)

SUPLENTES

_____

Professora Dra. Aline da Fonseca Sá e Silveira (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Maria Renilda Nery Barreto (UEBA)

Rio de Janeiro
Maio de 2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S235 Santiago, Daiana Sousa
Memória negra em São Gonçalo: cativeiro e liberdade nas terras da Fazenda Engenho Novo / Daiana Sousa Santiago. — 2023.
134f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia : f. 130-134
Orientador: Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

1. Escravidão - Cativeiro. 2. Memórias. 3. Fazenda Engenho Novo - São Gonçalo (RJ). 4. Negros – Brasil. 5. História oral. I. Oliveira, Samuel Silva Rodrigues de (Orient.). II. Título.

CDD 326.0981

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

Dedicatória

Dedico essa dissertação a Alfredo Pinheiro da Silva e a Marcolina Alexandrina da Silva. Dedico também a todos os ativistas do coletivo Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo.

Agradecimentos

Chegou o momento de agradecer publicamente a todos que fizeram parte dessa caminhada acadêmica. Primeiramente quero agradecer a toda minha família, José e Fátima (meus pais) Wellington e Junior (meus irmãos) e a minha querida cunhada Kilza. Essa família assumiu desde os tempos de graduação os cuidados comigo e com a minha filha Julia estando sempre presentes e são apoio em tudo. Saibam que mesmo nos momentos em que estive ausente para concluir essa dissertação, (reclamação constante rs) e mesmo que estejamos distantes, meu coração e alma sempre estará junto a vocês.

Agradeço as minhas lindas sobrinhas Carol e Sabrina que com seus dons musicais cheios de juventude, muito amor e conversas, alegraram a tia Daiana nos dias nem sempre fáceis nesses últimos dois anos!

Gratidão à existência do meu bem mais precioso, minha filha Julia Santiago e por você ter lido a mamãe. Pensar em você me motivou diversas vezes a não desistir, e a me manter firme no decorrer dessa trajetória simplesmente porque você existe.

Sou grata a minha segunda família, a minha sogra Maura que no período pandêmico trazia sempre o café mais maravilhoso da face da terra durante as aulas on line e o colocava quentinho na minha mesa com um sorriso encantador! Sogra, muito obrigada por todo companheirismo e apoio dos mais diversos âmbitos.

Muito obrigada ao meu companheiro de vida e ativismo há 8 anos Marcelo Monção. Sem você esse trabalho não teria acontecido! Você foi tudo que o significado de companheirismo representa: foi militante, assistente e amigo, foi silêncio e às vezes foi barulho quando precisou ser. Se pude me dedicar aos estudos e atuar socialmente, foi porque você esteve SEMPRE presente! Acho que aquele churrasco que você fez para nós quando passei no mestrado valeu a pena!

Agradeço a Daniele Gonçalves, a Naila Martins e a Juliana Duarte, minhas companheiras do Movimento Ocupa que participaram e fazem parte desse trabalho. Mulheres negras, lindas e de luta! A força de vocês de diferentes maneiras me manteve inspirada durante a fase de construção dessa dissertação.

Um agradecimento especial a Victor da Costa Santos, que com sua dedicação e tranquilidade coordena a pesquisa do coletivo há dois anos. Victor, obrigada por ter me enviado o link de inscrição do PPRER-CEFET/RJ e por todos os auxílios, conversas e

trocas acadêmicas. Sabemos o quanto foi difícil encontrar um programa que desse conta dos nossos anseios antirracistas!

Por falar em PPRER, sou grata a todo o corpo docente e técnico do Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, em especial a professora Talita de Oliveira e ao professor Roberto Borges que além de serem excelentes docentes deram suas aulas sempre com um sorriso no rosto e alegraram os meus dias!

Não poderia deixar de mencionar a bolsa CEFET/RJ que recebi do Programa por 15 meses, verba essa que me possibilitou custear despesas e me dedicar ao programa. Espero ter contribuído com a história e a memória do povo negro brasileiro e ao estudo das relações étnico-raciais a qual o PPRER se dedica e se mantem firme e pulsante!

No programa conheci pessoas maravilhosas como Carol, Walmir e Marco Antônio além de outros colegas incríveis com trajetórias inspiradoras e que me deram carinho e ajudaram nessa caminhada. Queridos, meu muito obrigada!

Agradeço ao professor Rui Aniceto Nascimento Fernandes (UERJ-FFP) que desde 2019 me auxilia com bibliografias, apontamento de fontes, trocas e conversas sobre a História de São Gonçalo. Obrigada professor, por ser sempre tão solicito e gentil!

Gratidão também às professoras das disciplinas externas que fiz Lívia Gonçalves Magalhães e Ismênia de Lima Martins (UFF), saibam que foram os seis meses de aula pós-pandemia mais adoráveis que alguém poderia ter num mundo onde todos nós estávamos tentando voltar “ao normal”.

Na fase de qualificação (2022) não poderia deixar de agradecer as professoras Juniêle Rabelo de Almeida (UFF) e Maria Renilda Nery Barreto (CEFET/RJ) que trataram o meu texto com muito carinho e me deram dicas valiosas para a continuidade desse trabalho.

Um agradecimento especial à professora Maria Betânia Almeida Pereira por ter aberto suas turmas da graduação em Letras na UERJ- FFP para que eu pudesse realizar meu estágio docência. Betânia, você é uma das mulheres mais incríveis que tive a honra de conhecer, eu não tenho palavras para agradecer a sua gentileza e acolhimento com todas as causas que envolvem o Movimento Ocupa, gratidão de todo meu coração!

Gratidão a toda comunidade rural de Monjolos em especial a Alfredo Pinheiro da Silva e a Marcolina Alexandrina da Silva e sua família. Essa dissertação é dedicada a

ambos e a trajetória de suas famílias que lutaram para estar onde estão literalmente. Hoje posso dizer que somos amigos! Obrigada por confiarem a mim as suas histórias e memórias que enfim se tornaram públicas.

E por fim e obviamente não menos importante, quero deixar registrado um agradecimento não só a ele diretamente, mas ao universo por tê-lo conhecido e trabalhado com ele nesses dois anos: Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, meu orientador, e posso dizer com muito orgulho companheiro de escrita acadêmica. Professor, o sr. sabe o tamanho do meu respeito e admiração a ti. Quando penso nas coisas que deram certo em minha vida certamente você é uma delas. Obrigada por desde o inicio ter acreditado nesse trabalho e em mim. Pela dedicação e constância de cada reunião e por nunca ter deixado de responder as minhas dúvidas, por entender minhas limitações e intervir na organização de ideias quando necessário de maneira sempre respeitosa, atenciosa e carinhosa! Você é o melhor orientador desse mundo, sei o que digo!

Gratidão a todos e todas!

RESUMO

Memória negra em São Gonçalo: Cativeiro e liberdade nas terras da Fazenda Engenho Novo

O presente estudo versa sobre a memória social da escravidão ocorrida na Fazenda Engenho Novo localizada no município de São Gonçalo. Por meio de entrevistas de História Oral realizadas pelo coletivo social Movimento Ocupa Fazenda Engenho novo com duas famílias de remanescentes de escravizados que viveram a experiência do cativeiro na referida fazenda. Reconhecemos as narrativas de História Oral sobre as primeiras experiências de liberdade da população negra na localidade. Problematizamos o período do pós-abolição no município, por meio de análises de livros publicados sobre a escravidão na Fazenda Engenho Novo e em São Gonçalo.

Palavras-chave: Memórias do cativeiro e liberdade; oralidade; pós-abolição; Fazenda Engenho Novo; São Gonçalo.

ABSTRACT

Black memory in São Gonçalo: Captivity and freedom in the lands of Fazenda Engenho Novo

The present study deals with the social memory of slavery that occurred at the Engenho Novo Farm located in the municipality of São Gonçalo. Through Oral History interviews carried out by the social collective Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo with two families of remaining enslaved people who lived the experience of captivity on that farm. We recognize the Oral History narratives about the first experiences of freedom of the black population in the locality. We problematize the post-abolition period in the municipality, through analyzes of books published about slavery at Fazenda Engenho Novo and São Gonçalo.

Keywords: Memory of captivity and freedom, orality, post-abolition, Fazenda Engenho Novo; São Gonçalo.

Lista de Ilustrações

1	Jornal o Fluminense – Premiação com aula de História ao ar livre em São Gonçalo	36
2	Fotografia do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo – 24 de março de 2018 – Acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo	48
3	Fazenda Engenho Novo – Inepac Dossiê de Tombamento – 1998	52
4	Fazenda Engenho Novo - J.B. Serrado - Acervo de Osmar Leitão – sem data	52
5	Alfredo Pinheiro da Silva e família – Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	90
6	Recibos de Arrendamento de Silvestre Pinheiro da Silva 1911, 1902, 1903 - Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	91
7	Recibo de Arrendamento de Silvestre Pinheiro da Silva 1915- Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	92
8	Recibo de Arrendamento de Silvestre Pinheiro da Silva 1916- Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	92
9	Cópia de recibo de arrendamento de terras de Silvestre Pinheiro da Silva 1907 Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	93
10	Carta ao Sr. Silvestre, em 18/05/1938 - Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	96
11	Centenário de Joaquim Pinheiro da Silva 2001 - Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	99
12	Contrato feito à caneta I - 1950 - Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	100
13	Joaquim Pinheiro da Silva – Jornal o Globo 1986	102
14	Joaquim Pinheiro da Silva – Jornal o Globo 1989	105
15	Cartilha dos Sitiantes da Fazenda Engenho Novo – sem data- Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva	108 109
16	Marcolina Alexandrina da Silva no seu aniversário de 80 anos, 2013 Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva	112
17	Recibo de Arrendamento de Marcolina Maria da Conceição, 1906 Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva	114
18	Contrato feito à caneta II - Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva	119
19	Creche comunitária tia Marcolina, sem data - Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva	120
20	Inauguração da UMEI MARCOLINA MARIA DA CONCEIÇÃO – tia Marcolina	121
21	Mural da Creche Marcolina Maria da Conceição “tia Marcolina” 2021 Acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo	122
22	Marcolina Alexandrina funcionárias e alunos da creche 2021 - Acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo	122

SUMÁRIO

Introdução		**13**
A memória negra na Fazenda Engenho Novo e o recorte historiográfico: definição do escopo da análise.		16
Memorial de um percurso metodológico 2021/2022		21
1	**Por uma memória social da escravidão e identidade negra no município de São Gonçalo.**	**25**
1.1	O Dever de Memória e o Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo: Educação antirracista e reparação histórica	26
1.2	Identidade negra e memória social em São Gonçalo	39
1.3	A Fazenda Engenho Novo na São Gonçalo escravista do século XIX	48
2	**Narrativas, memórias e representações dos memorialistas gonçalenses sobre a escravidão na Fazenda Engenho Novo**	**55**
2.1	Narrativas no contexto do Estado Novo: "Bem antes da arrancada abolicionista os escravos do Barão de São Gonçalo eram libertados" Luiz Palmier e o cinquentenário de São Gonçalo (1940)	58
2.1.1	A escravidão, o Barão e a Fazenda Engenho Novo no Cinquentenário. E o Negro em São Gonçalo? Não tem não!	63
2.2	Memórias dos tempos do Lavourismo: "Os escravos do Barão não sofriam muito não" - Homero Thomaz Guião Filho (1968)	66
2.3	Representações Contemporâneas de pesquisadores/professores	73
2.3.1	"Os senhores de escravos viram-se mergulhados em profundo desgosto pelos prejuízos causados pela abolição da escravatura" - Evadyr Molina e Salvador Matta e Silva (2010)	73
2.3.2	"Até meados do século XX ainda se via na fazenda Engenho Novo a senzala e o açoite..." Maria Nelma Carvalho Braga (2006)	76

3 Cativeiro e "Liberdade" nas terras da Fazenda Engenho Novo: História Oral e memória negra em São Gonçalo **81**

3.1 História Oral e memória do cativeiro e liberdade 82

3.2 "Meu avô foi cem por cento escravo, meu pai foi noventa por cento": O relato de Alfredo Pinheiro da Silva 87

3.2.1 Silvestre Pinheiro da Silva: da libertação do cativeiro ao paternalismo senhorial 90

3.2.2 Joaquim Pinheiro da Silva: O Quincas sanfoneiro da Fazenda Engenho Novo e sua luta pela terra 98

3.3 "Meu nome é Marcolina Alexandrina da Silva esse é o nome da minha bisavó que foi escrava, escrava da fazenda": o relato de Marcolina Alexandrina da Silva 111

3.3.1 Marcolina Maria da Conceição e o papel da Princesa Isabel 114

Considerações Finais **125**

Fontes Orais 128

Fontes escritas 129

Referências **130**

Introdução

> *A gente descobre que o tamanho das coisas há de ser medido pela intimidade que temos com as coisas (...) Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade. (Manoel de Barros)*

À distância de 14,8 quilômetros do centro da cidade de São Gonçalo, situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, é possível chegar na zona rural do referido município e a uma rara configuração espacial sobrevivente ao processo de urbanização precária da cidade. A ruralidade não é a única particularidade local, ela possui um enredo que envolve a luta e a resistência pelo direito à terra de pouco mais de uma centena de famílias. Para além, duas dessas famílias em especial preservam a memória de seus antepassados resistindo nas terras a pelo menos três gerações, e são objeto central desse estudo. Essas memórias estão tecidas no contexto de um dos assuntos mais debatidos e caro à historiografia brasileira: a escravidão e as experiências do cativeiro e da liberdade dos últimos descendentes de escravizados do Brasil.

Assim, a presente dissertação objetiva estudar a memória social da escravidão na Fazenda Engenho Novo do Retiro, local assim nomeado no século XIX, na então freguesia de São Gonçalo. Tal proposição busca dar historicidade a essas memórias, que até o momento não foram pesquisadas ou publicadas, ao contrário, configuram-se silenciadas e esquecidas no contexto da historiografia sobre o município.

É de São Gonçalo também meu local de nascimento, criação e graduação. Sou licenciada desde 2016 como professora de História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Dois anos antes dei os primeiros passos em pesquisa científica estagiando no grupo de pesquisa *São Gonçalo: Memória e Identidade,* que é vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da UERJ. Atuei como pesquisadora e mediadora do Centro de Memória da Imigração e Migração da Hospedaria da Ilha das Flores de São Gonçalo. Ao fazer parte

desse grupo descobri, parafraseando Manoel de Barros[1], que o meu quintal, minha cidade natal, era maior que o mundo, porque as possibilidades de pesquisa histórica eram potentes na memória e na identidade dos meus conterrâneos.

Assim, entrevistei no meu trabalho de conclusão de curso, alunos e professores da educação básica, alegando em minha introdução monográfica que assim o fazia por causa da intimidade que tinha com a gente da minha terra, e por assim dizer, como no poema *Achadouros* de Barros que "as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade". Eis, portanto, minha motivação maior de escrita, eu alegava.

Ali nas entrevistas, achei pela primeira vez nas memórias escolares daquelas pessoas, fossem crianças ou adultas, um primeiro vestígio do que viria a se tornar meu atual objeto de pesquisa. As escolas investigadas dinamizavam um calendário cultural escolar europeizado e reproduziam preconceitos e estigmas sobre a população negra e as religiões de matriz africana. As datas culturais quase nada representavam a memória familiar ou a identidade cultural dos gonçalenses cujas entrevistas realizei.

Tempos depois, já formada, levei meus alunos de um pré-vestibular social, voltado para jovens negros, na Ilha das Flores, para contar a importância da cidade de São Gonçalo no contexto da Imigração no Brasil[2]. Quando por entre as fotografias dos imigrantes, um aluno me indagou: "Professora, porque aqui nessa Ilha e nessas fotos não tem ninguém da minha cor?" "Tia e como meus antepassados chegaram aqui na cidade, se aqui nessa ilha não entrava preto?" Pus-me a explicar a teoria do embranquecimento, que naquela ilha e hospedaria só entrava imigrante europeu, pois o governo brasileiro queria embranquecer o Brasil após o fim da escravidão e estimulava a viagem daqueles que aqui chegaram a fins do século XIX e em parte do século XX, oferecendo emprego ou terras para que esses trabalhassem.

---

[1] Barros, Manoel de. *Memórias inventadas* – As Infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, *2010.* p. 187. Disponível em < https://poesiaspoemaseversos.com.br/manoel-de-barros-poemas/>. Acesso em 12 jul. 2021.

[2] Desde o ano de 2010, a Marinha do Brasil (MB) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) mantêm um convênio de cooperação que visa preservar a memória da imigração no Brasil, particularmente da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, que funcionou entre 1883 e 1966, sendo a primeira hospedaria de imigrantes criada pelo governo brasileiro, ainda no período imperial. Em julho de 2016, com recursos providos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), foi inaugurado o Museu da Imigração da Ilha das Flores, composto pelo Circuito a Céu Aberto e pela Exposição Interativa Permanente. A partir daquele momento o museu passou a funcionar de terça a domingo, das 9h às 17h, recebendo visitantes para conhecer a história da imigração na Ilha das Flores gratuitamente. Disponível em < https://www.miif.org.br/>

Foi nessa mesma época e pré-vestibular que conheci Daniele Gonçalves Fontoura, professora de sociologia e militante do Movimento Negro, dentro e fora de São Gonçalo. A Daniele Dandara, como é mais conhecida, me fez um convite para conhecer a Fazenda Engenho Novo e um movimento de ocupação cultural que queria resgatar o patrimônio material da fazenda. Mas mais que isto: ela me explicou que tinha um sonho de fazer um museu do negro e da memória afro-brasileira, porque ali naquela fazenda haviam existido muitas pessoas escravizadas e que alguns de seus descendentes ainda residiam na localidade.

Dessa forma, passei a refletir naquelas questões como professora, historiadora, e sobretudo, como cidadã, nas indagações de meus alunos e no convite da Dandara: E se quem sabe eu pudesse ser uma caçadora de achadouros assim como meu poeta inspirador, da memória negra da gente da minha terra? Manoel de Barros registrou em sua poesia a importância da oralidade na construção do seu eu lírico e nos revelou que certa negra Pombada, remanescente de escravos do Recife, contava aos meninos de Corumbá, terra natal de Manoel, sobre achadouros. Achadouros eram buracos que os holandeses, na fuga apressada do Brasil, faziam nos seus quintais para esconder suas moedas de ouro, dentro de baús de couro. Manoel quis caçar achadouros da infância, eu imagino que daria predileção a achar a história e as memórias da vida da negra pombada, não só a ouvir contar dos holandeses.

Dessa maneira, essa dissertação apresentará as memórias familiares de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva sobre as experiências do cativeiro e da liberdade dos seus antepassados[3]. Em minha percepção histórica e humanitária, tais memórias são vitais para entendermos o pós-abolição na cidade e, por conseguinte, a formação da identidade e da memória negra do povo gonçalense na medida em que estas tensionam a narrativa oficial e o memorialismo construído sobre a história do município.

[3] Ambos concederam seus relatos ao Movimento Social Ocupa Fazenda Engenho Novo no ano de 2021. É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas mediante prévio diálogo dos pesquisadores do Movimento com os entrevistados sobre a importância dos mesmos enquanto "memória viva" daquela localidade devido à ausência de estudos e publicações sobre a história da escravidão e do pós-abolição no município de São Gonçalo. Nesse sentido, Marcolina e Alfredo consideram-se parte atuante e colaborativa do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo.

A memória negra na Fazenda Engenho Novo e o recorte historiográfico: definição do escopo da análise

Em termos históricos, são recentes as publicações sobre os africanos vindos para o Brasil enquanto protagonistas, numa visão crítica a historiografia estruturalista que considerava o negro e a escravidão como sinônimos. Mais recente ainda é a reinvindicação do "dever de memória" sobre esses personagens do passado feita por seus próprios descendentes. O dever de memória significa a garantia, por parte do Estado e da sociedade, de que determinados acontecimentos não serão esquecidos, que continuarão lembrados na memória de grupos e nações e registrados na história do país. Os grupos detentores de memórias de sofrimento que foram silenciados nesta perspectiva podem e devem receber reconhecimento. (ABREU; MATTOS; VIANNA, 2010).

Para que isto ocorresse, foram fundamentais as mudanças de perspectivas por sob os registros históricos, a busca pelos lugares de memória e da resistência cultural da população negra. Foram necessárias viradas epistemológicas a fim de ressignificar a historiografia brasileira quanto ao tema da escravidão.

No ano de 2005, as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu e o antropólogo Milton Guran desenvolveram projetos sobre a memória da escravidão nas dimensões da pesquisa acadêmica e de história pública. Todo trabalho deste grupo transformou-se em livros, artigos, escritas videográficas e um robusto acervo de relatos orais sobre essas memórias, que em parte encontra-se disponível no site LABHOI UFF[4].

O legado destes e de outros profissionais das ciências sociais: sociólogos, geógrafos e antropólogos, só foi possível pelo esforço investido na análise de documentos que romperam o silêncio e revelaram assuntos como a ilegalidade do tráfico de africanos no século XIX, e as consequências da falta de políticas públicas direcionadas aos afrodescendentes brasileiros no alvorecer do século XX. Estudiosos do tema deram luz às injustiças cometidas contra negros e pardos durante o regime escravocrata e no pós-abolição.

[4] http://www.labhoi.uff.br/

Esses cientistas investigaram os mecanismos de resistência e sobrevivência da população negra tendo como base fontes documentais diversas (eclesiásticas, jornalísticas, jurídicas etc.) e relatos orais, desmistificando a ideia de democracia racial enraizada no nacionalismo assimilacionista que incorporou os signos e práticas populares afro-brasileiras, porém, não rompeu com a desigualdade e a discriminação racial.

Esforço semelhante fizeram os inúmeros movimentos negros, amadurecidos após a Constituição Brasileira de 1988. "Ao emergir no cenário político nacional o movimento negro buscou na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro". (GOMES, 2011. P.136)

O movimento negro vem ganhando visibilidade e legitimidade, ao longo dos últimos 30 anos, como por exemplo, no campo da educação. A promulgação da Lei 10.639 de 2003 incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira e Africana". Assim, o movimento negro produziu e produz discursos, conhecimento social reordenando enunciados, nomeando aspirações difusas ou as articulando, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados (GOMES, 2011).

São Gonçalo não passou longe das influências do contexto tardio de se estudar os escravizados pela perspectiva dos seus próprios descendentes. Apesar de possuir todas as características históricas de uma região escravocrata. Estudos demonstram que em 1779, a Freguesia de São Gonçalo, além de uma forte agricultura, possuía 23 engenhos que produziam 352 pipas de aguardente e aproximadamente 500 caixas de açúcar ultrapassando a casa dos 952 escravos. (BRAGA, 2006).

Já no século XIX tornou se uma das mais poderosas fontes da economia do Rio de Janeiro, com a implantação em seu território da cultura de vários produtos agrícolas, dentre eles o café (SILVA e MOLINA, 2010). Portanto, era uma economia de base escravista.

Apesar de possuir uma economia organizada pelo trabalho de escravizados e significativa quantidade de afrodescendentes campesinos que se dispersaram das fazendas ao longo dos anos, a produção historiográfica escrita sobre a cidade, informa sobremaneira dados estatísticos, e pouco aborda a agência desses atores.

Desde 1940, a Fazenda Engenho Novo (FEN) é destaque nos livros escritos sobre a história do município. Produzida por pesquisadores locais, essa escrita se

comprometeu com a formação de uma identidade positivada para a cidade. Os estudiosos, em geral, seguiram modelos historiográficos propugnados por associações culturais como Institutos Históricos e Academias de Letras, onde se valorizou uma história epopeica, heroica, biográfica dos feitos e fatos gloriosos. (FERNANDES, 2020)

Por outro lado, no século XXI, alguns trabalhos acadêmicos foram realizados para colaborar com a história da Fazenda Engenho Novo, já com enfoque nos trabalhadores rurais:

No ano de 2009, a bacharel em turismo Cristiane Valladares de Azevedo e a Dra. Karla Estelita Godoy publicaram o artigo: "Identidade rural e turismo: relatos orais, construindo ruralidades", que fez parte dos Projetos de Pesquisa e de Extensão desenvolvidos pelo Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em síntese, o esforço intelectual destas autoras esteve direcionado à atividade turística como ferramenta para incentivar a salvaguarda e a preservação do patrimônio material e imaterial da FEN.

Entre os anos de 2007 e 2015, Cristiane Valladares de Azevedo, se dedicou ao estudo da fazenda e fez em 2015 sua defesa de mestrado intitulada *Agricultura, memória, paisagem e turismo: as perspectivas de construção de novas ruralidades no assentamento rural Fazenda Engenho Novo* sobre a importância da FEN como patrimônio histórico e cultural objetivando denunciar seu estado de abandono. Azevedo deu enfoque ao contexto do século XXI visando fornecer um diagnóstico da comunidade dos pequenos produtores rurais do assentamento rural Fazenda Engenho Novo a fim de contribuir para o fortalecimento da identidade local e dissertou sobre a autonomia socioeconômica dos assentados rurais de tal comunidade[5].

A autora defendeu a relevância econômica da Fazenda no século XX com a origem desse assentamento, e estabeleceu um olhar sobre o *novo rural*, destacando a importância da integração e das redes sociais estabelecidas entre os produtores rurais via Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo e Sindicato dos Trabalhadores com algumas instituições estaduais presentes na região, como o Instituto

[5] O local é conhecido como lote 32 e em 1993 teve suas terras desapropriadas pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), órgão do Governo do Estado, dando origem ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, onde foram assentadas diversas famílias que cultivam e fazem parte da agricultura familiar, sendo a Prefeitura de São Gonçalo responsável por fornecer insumos para manter os maquinários funcionando.

de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro ITERJ. Nesse sentido a memória social foi defendida sob a seguinte perspectiva:

> O lugar das memórias não é um lugar apaziguado, pelo contrário, constitui um espaço constante de disputas e tensões. Quem é o integrante do grupo que detém o maior número de lembranças relacionadas à história da Fazenda e à trajetória do grupo? São os que se declaram descendentes de escravos, os antigos meeiros ou os que vieram de longe e absorveram com o passar dos anos um pouco da memória de cada um dos demais membros que já viviam na região? Entendemos que não seja possível uma resposta que detenha uma verdade absoluta (AZEVEDO, 2009, p.69).

Longe da ideia de verdade absoluta e mais perto de um "dever de memória", essa pesquisa entende que as memórias sobre a FEN, não devem significar uma verdade absoluta, desde que os estudos e narrativas contemplem todos os vieses do processo histórico do patrimônio e que formaram o complexo rural do atual bairro de Monjolos.

Ainda sobre produções acadêmicas sobre a Fazenda Engenho Novo, no ano de 2014, Raiane Oliveira defendeu a dissertação "O Barão de São Gonçalo e seus escravos", contando toda trajetória de enriquecimento e ascensão social de Belarmino Ricardo Siqueira, um dos mega latifundiários que compunha a sociedade brasileira do século XIX. Oliveira, partindo da análise de seu inventário e testamento contribuiu para o entendimento da vida política, econômica e social deste homem que foi proprietário da Fazenda Engenho Novo Retiro entre as décadas de 1830 e 1870.

A autora fez análise dos escravizados do Barão, com base no conceito de "família escrava". [6] E colaborou para o estudo da localidade apresentando as características de São Gonçalo, que no século XIX, se estabilizou com uma economia pautada nos engenhos de açúcar e aguardente, além de lavouras de cereais, mandioca, legumes e frutas.

Oliveira apresentou um quadro genealógico com alguns dos nomes de escravos e escravas dentre os mais de 100 contabilizados no inventário e testamento do Barão à época de sua morte em 1873, e demonstrou por meio de tabelas 30 núcleos familiares que denotavam as características da organização e vivencia da família escrava na FEN.

---

[6] O conceito de família escrava é entendido como uma realidade do período escravista, contrapondo-se a visão que existia anteriormente, já que o acesso à família e as redes sociais eram tidas como quase inexistentes. No campo de uma vasta revisão historiográfica, autores como Robert Slenes, José Roberto Góes, Manolo Florentino, Hebe Mattos, Ciro Flamarion e outros analisam senhores e escravos enquanto agentes ativos e construtores de relações sociais, mesmo que tensas e sem descartar os horrores da escravidão. Porém, com diferentes questões e interpretações. *Apud* OLIVEIRA, 2014, p. 84.

Nesse sentido, ao estudar o escravismo na Fazenda Engenho Novo, Oliveira encerrou sua análise sobre o Barão e seus escravos, num esforço genealógico, e apontou que existiam muitas lacunas carentes de serem preenchidas quanto ao tema da escravidão e do pós-abolição.

Em 2020, o mesmo apontamento foi feito no último livro publicado sobre a FEN: *O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo*. Ao pensar a fazenda como um potente lugar de memórias, por meio dos depoimentos, seria possível acessar os guardiões da memória local e que estes poderiam ser herdeiros de remanescentes de escravos do século XIX e detentores de saberes tradicionais (FERNANDES, 2020).

Para além desses apontamentos descritos encontrados no decorrer do penúltimo ano da pesquisa, a justificativa desse trabalho tem origem na minha inserção em um dos movimentos sociais gonçalenses, que problematizam a invisibilidade da memória negra na cidade, intitulado Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo. O *Movimento Ocupa* é uma ação organizada criada no ano de 2018, voltada para o resgate histórico, educacional, humanitário e cultural do município com enfoque nas relações étnico raciais tendo a Fazenda Engenho Novo, o seu palco principal de atuação.

Esse movimento social parte da premissa de que o ato de ocupar sem se tornar donos é demarcar um território rico de memórias, vivências, histórias, costumes e de toda uma cultura de época, deixando para as gerações futuras um legado conciso dos fatos ocorridos, ou seja, uma herança do passado, que não é só um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha realizada pelos atores daquele período e pelos que se dedicam a estudar tais histórias.

Outro elemento fundamental dessa "ocupação" [7] consiste no fato de que apesar de tombada como patrimônio histórico, a FEN encontra-se em ruínas, sem qualquer intervenção do poder estatal para sua preservação, assim o Movimento tem em sua pauta política a revitalização do patrimônio material da Fazenda.

Os relatos orais que marcam o ineditismo dessa pesquisa foram coletados na dinâmica de atuação do *Movimento Ocupa* que vem desenvolvendo atividades com

[7] É um movimento que quer construir uma nova identidade para a cidade de São Gonçalo, transformando ruínas em relíquias, histórias esquecidas em memórias vivas, lembranças da cultura passada em atividades culturais de grande diversidade e interesse, realizar resgates em vários segmentos, tanto materiais quanto imateriais, essenciais para a preservação da memória.

enfoque na educação antirracista e atuando nas mídias sociais, publicando conteúdos audiovisuais de teor histórico-culturais com enfoque na situação social do negro.

Nesse contexto, já havia prévio conhecimento de que existiam remanescentes do período escravocrata na região, por intermédio de Herimar Batista Santana, um ativista do movimento negro, que hoje atua como diretor da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Gonçalo em parceria com a Coordenadoria Municipal de Promoção de Igualdade Racial de São Gonçalo (Compir-SG)[8]. As duas iniciativas institucionais têm como meta ampliar as ferramentas de reparação histórica para a população negra, que constitui mais de 50% da população no Brasil, e o menor acesso à educação, à renda e à saúde.

Além disso, São Gonçalo também é composto em sua maioria por indivíduos negros. Desde o último censo do IBGE, realizado em 2010, o conjunto da população autodeclarada preta e parda do município passou a representar 55,95% da população de um total de 999.728 habitantes (GONÇALVES, 2021). Essa realidade demográfica fortaleceu o argumento para atuação política do *Movimento Ocupa*, da Comissão da Verdade (OAB) e do Compir- SG na cidade, que ora firmam parcerias entre eles e/ou atuam de maneira autônoma.

Foi nessa configuração de reivindicações das pautas raciais, características do *Movimento Ocupa*, dentre as quais a revitalização da Fazenda enquanto um patrimônio afro-brasileiro gonçalense, que conheci os protagonistas da presente dissertação. Ali, no atual bairro de Monjolos, podemos reconhecer as marcas da memória social narradas por Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva. Ambos se denominam não só sitiantes do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, como também portadores da memória sobre a escravidão na Fazenda.

Memorial de um percurso metodológico 2021/2022

Era intenção inicial dessa pesquisa dar continuidade ao trabalho de análise do inventário e testamento do Barão de São Gonçalo, hoje preservado pelo Arquivo da

[8] JUNIOR, Aurelio. Campanha de ativismo contra racismo acontece em São Gonçalo. Tá na Rede, 9 de mar. de 2018. Disponível em: <https://tanarederj.wixsite.com/tanarede/post/campanha-de-ativismo-contra-racismo-acontece-em-s%C3%A3o-gon%C3%A7alo>. Acesso em 18 jun. 2021.

Justiça do Rio de Janeiro. Mas a pandemia da Covid 19 que assolou nosso país, restringiu o tempo de acesso aos arquivos. Assim, focamos em nossos dois entrevistados que preservaram não só a oralidade sobre seus pais, avós e bisavós, como também possuem documentos, notícias de jornais sobre os conflitos nas terras da fazenda e alguns objetos "do tempo do barão" passíveis de serem analisados. Portanto, ao longo da pesquisa, foi ficando evidente a importância dessa oralidade, e em como ela é relevante para a reflexão historiográfica.

Assim, ocorreu um reposicionamento da pesquisa, norteando-se, ao invés do Arquivo da Justiça do Rio de Janeiro, para a memória social da Fazenda Engenho Novo. Dessa forma, esse estudo tem caráter qualitativo e analisará esses dois relatos e as interpretações históricas feitas sobre a escravidão, e sobre a FEN por memorialistas da cidade.

O roteiro das entrevistas foi feito com base na metodologia da História Oral e possuiu perguntas mais fechadas para o conteúdo audiovisual do *Movimento Ocupa* divulgado nas mídias sociais do coletivo e perguntas mais abertas na relação orgânica que venho construindo com meus interlocutores ao longo da pesquisa. Busco fazer uma genealogia familiar retomando o contexto político, econômico e social de fins do século XIX e ao longo do século XX, fazendo revisão bibliográfica sobre a história do município. Tal roteiro tem base nos trabalhos de Ana Lugão e Hebe Mattos que não limitaram suas perguntas em temas estigmatizados da escravidão, mas às trajetórias familiares e a maneira como negociaram a cidadania e a liberdade no Sudeste cafeeiro.

Enfatizando a importância do método, através da História Oral é possível ter acesso a "histórias dentro da História" (ALBERTI, 2005, p. 155), como o caso de Alfredo e Marcolina vem apontando. No acesso as suas memórias eles nos reconectaram a outros cenários sociais construídos na região, como o pós- abolição na fazenda, tema complexo ao entendimento de regiões brasileiras, que como São Gonçalo, recebeu significativo número de cativos.

A FEN hoje é constituída de uma população em que nem todos os sitiantes do assentamento têm seus antepassados residindo no local a tantas gerações, por isso mesmo a especificidade de análise dessas duas entrevistas será feita a luz de trabalhos como o de Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (2004) que tem algumas colaborações da História Oral para a história de afrodescendentes.

Para ambos, o método da História Oral foi fulcral no estudo sobre o movimento negro porque permitiu o conhecimento de realidades sociais por meio da narrativa de histórias que sintetizaram determinados significados sobre o passado.

Dessa forma, objetivamos não uma história política dos "grandes homens ou feitos", mas o estudo da memória de Alfredo e Marcolina, que conforme é evidenciado pelos autores, caracteriza as diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias" (ALBERTI, 2008).

Assim, abrimos o primeiro capítulo apresentando a atuação do Movimento Ocupa entre os anos de 2018 e 2022, suas origens e ações sob a perspectiva histórica do movimento negro enquanto educador, e a reparação histórica e social aos negros da cidade a que esse grupo reivindica (GOMES, 2012). Para tal intento de reinvindicação, mobilizamos os conceitos de "dever de memória" e "reparação histórica", dialogando com MATTOS e RIOS (2005), investigo a trajetória de militantes negros da cidade e os contextualizo politicamente com a finalidade de explicar a formação do coletivo social e a importância de uma escrita da identidade negra e memória social da escravidão no município.

Adiante, apresento brevemente as origens e formação histórica do município de São Gonçalo, em especial o século XIX apresentando o contexto do escravismo no período. Tal apresentação busca justificar a relevância da oralidade de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva para entendermos como se deu o pós-abolição na Fazenda Engenho Novo.

Nas três seções do capítulo dois, apresentamos os intelectuais que escreveram sobre a história e memória de São Gonçalo englobando suas respectivas trajetórias e as instituições a que estavam vinculados no período da produção de seus livros. O recorte de análise versou sobre os capítulos ou trechos de suas obras que mencionam a escravidão e o pós-abolição no município e na Fazenda Engenho Novo.

Objetivamos assim estabelecer relação entre as especificidades de seus contextos históricos sob a luz dos autores que discutem o pensamento social brasileiro com ênfase na questão racial. Trabalhamos com Schwarcz (1997; 2015; 2019), Skidmore (1998) e Munanga (2019). Ainda na seção 2.2, analisamos parte do relato do professor Homero Thomaz Guião que concedeu entrevista ao *Movimento Ocupa* em dezembro de 2020.

No capitulo três, realizaremos o debate sobre Oralidade e memória do cativeiro e da liberdade (MATTOS, 2005; 2016). Além das seções que analisam os relatos de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva, foram criadas as seções de Silvestre Pinheiro da Silva, Joaquim Pinheiro da Silva e Marcolina Maria da Conceição porque além da oralidade de seus descendentes existem fontes primárias sobre eles. Essas fontes documentais, iconográficas, jornalísticas e videográficas – caso do Joaquim e da Marcolina Maria, colaboraram para o entendimento da dinâmica do cativeiro e da liberdade na fazenda a que os relatos de nossos protagonistas fazem alusão nas entrevistas de História Oral.

Aqui, o leitor encontrará a tentativa dessa pesquisadora em colaborar com a história da Fazenda Engenho Novo e de São Gonçalo, e que busca perspectivar um discurso racializado por entender que a questão racial é intrínseca à formação da sociedade brasileira, não podendo escapar de análises históricas.

1- Por uma história da identidade negra e memória social da escravidão no município de São Gonçalo.

> Brasil meu nêgo, deixa eu te contar à história que a História não conta, o avesso do mesmo lugar. Na luta é que a gente se encontra. Brasil (...) desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado: Mulheres, tamoios, mulatos, eu quero um país que não tá no retrato.
> *(História para ninar gente grande – samba da Mangueira 2019)*

A discussão central desse capítulo estabelece a forma como o coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo se configurou na cidade de São Gonçalo entre 2018 e 2022. Estabelecemos três escalas de análise: a discussão recente sobre o "dever de memória" e a forma como isso impacta a formação do movimento social; a reconfiguração da identidade negra na luta política da cidade e seus vínculos com o Movimento Ocupa; a relação entre a Fazenda Engenho Novo e a história negra do município. Esses três eixos de questões esboçam o perfil e preocupação do movimento social.

Ao contrário dos postulados de neutralidade axiológica que balizam a construção do conhecimento nas ciências naturais e sociais, entendemos que as pesquisas devem assumir seus pressupostos éticos e políticos para melhor compreender suas estratégias epistêmicas, uma vez que todos os saberes são implicados por um lugar social. Os eixos aqui elencados também permitem compreender o coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo como um movimento negro educador, participando da construção da práxis de emancipação social e produção de uma episteme e pedagogia que promova a descolonização do conhecimento.

1.1.- O dever de memória e o Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo: Educação antirracista e reparação histórica.

O debate do que se convencionou chamar de dever de memória é central na discussão do lugar da escravização dos povos e etnias no continente Africano e da diáspora negra para as Américas. Nessa mesma linha, fixou-se o intento de se reconhecer as feridas de grupos minorizados e minoritários. A minorização refletiu uma diminuição ou enfraquecimento do grupo em relações de poder, configurando uma subalternização mesmo que esse grupo não tenha significado menor quantidade de pessoas. Grupos como os indígenas e afrodescendentes cujos sofrimentos sociais atravessam várias gerações, são os grupos considerados as vítimas das injustiças históricas devido ao vinculo dessas populações com a colonização e escravidão sistemáticas na formação do território brasileiro (SAILLANT 2016. p.17).

Essa minorização não impediu que essas populações, ainda que perseguidas e assassinadas "elaborassem uma cultura, uma identidade e uma memória própria" (SAILLANT 2016. p.23), mas, as impediu de controlar o discurso sobre elas mesmas o que se configurou como um problema de negação histórica, portanto, uma injustiça. Por muito tempo no país, os séculos de subserviência desses povos não mereceram atenção ou gestos reparadores, contudo, nos anos subsequentes do alvorecer do século XXI, a discussão ganhou o campo político e jurídico de maneira mais elaborada.

No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988 abriu caminho para o desenvolvimento de políticas de reparação referente à escravidão africana. Dentre essas políticas podemos destacar o direito as terras quilombolas conquistado pelas comunidades remanescentes (caso do Quilombo do Bracuí) e o jongo do sudeste (manifestação cultural de canto, dança e percussão atribuídos aos africanos escravizados no Rio de Janeiro) reconhecido como um patrimônio imaterial da população negra. (ABREU, MATTOS, 2011)

Os diversos representantes do movimento negro se empenharam no discurso da injustiça histórica e, portanto, do direito a reparação material e simbólica. Assim, o reconhecimento dessa injustiça foi essencial para o reconhecimento da coletividade tocada por este mal histórico, porque os membros da coletividade minorizada são, até hoje, afetados na sua condição social (o problema das desigualdades) e na sua identidade (o problema das atribuições negativas) (SAILLANT 2016 p.24).

Os próprios grupos de quilombolas se organizaram para requerer reparações materiais e simbólicas em nome do dever de memoria, algo que foi além do direito a terras e do reconhecimento de suas manifestações artísticas e culturais. Essas memórias da escravidão eram traumáticas, porém importantes para a memória pública brasileira, no sentido de estabelecer o protagonismo da população negra, e impulsionar resgates históricos através de locais de memória e da oralidade dos remanescentes.

O Dever de memória e a *reparação histórica* são bandeiras de uma luta política e social que vêm caminhando juntas, pois, são pautas reivindicatórias de uma população que sofreu um processo de apagamento de suas histórias e memórias no decorrer do século XX. Uma mostra material desse apagamento se encontra no campo da educação: nos livros didáticos escolares se estabeleceu a imagem da Princesa Isabel como salvadora dos negros sem problematizar a situação dos ex-cativos no pós-abolição; ou na naturalização da imagem do "negro" como "escravo", sem considerar a agência e humanidade desses atores sócio-políticos.

Existiu a necessidade de se pensar em reparações jurídicas, pois essas injustiças passaram a ser consideradas crime (ABREU, MATTOS, 2011). No que concerne à legislação brasileira dentro dessa temática, podemos destacar leis que foram feitas para a proteção dessas populações, como foi o caso da promulgação da Lei 7.716[9], de cinco de janeiro de 1989, que tornou crime os preconceitos de raça e de cor e a Lei 14.523 sancionada em 12 de janeiro de 2023 que tipificou como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão.[10]

Foi também nesse contexto de debates sobre reparação e injustiças que o tráfico transatlântico ganhou, em 2001, status de crime contra a humanidade e injustiça histórica na declaração final da Conferência de Durban. A Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, contra a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância, promovida pela ONU, qualificou como crime não só o racismo como também ao ódio aos estrangeiros.

Durban teve visibilidade mundial e deu uma maior sustentação aos discursos dos diversos coletivos de militância negra no Brasil, fortalecidos após a constituinte de 1988. Dentre esses coletivos, a União de Negros pela Igualdade do Rio de Janeiro

---

[9] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em 19 de junho de 2021.

[10] https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial. Acesso em abril de 2023.

(UNEGRO) esteve presente. A UNEGRO é uma entidade nacional suprapartidária, fundada em 14 de julho de 1988, em Salvador (BA). Oficialmente possui 33 anos de existência e uma constante articulação de seus militantes na luta contra o racismo, sexismo, homofobia, a intolerância, e racismo religioso, e todas as suas formas correlatas de manifestação, pela luta de classes.

Seu principal objetivo foi construir consciência de classe, identidade, pertencimento de valores históricos da população negra e do povo brasileiro, bem como a defesa de direitos em acesso e oportunidade, no intento de transformar um povo outrora escravizado, em construtores de uma nova nação, essa que se constitui a segunda maior população negra do mundo, o Brasil.

A UNEGRO nasceu num momento de abertura política e redemocratização e do fim da Guerra Fria. A entidade enfatiza em seu texto de fundação que a queda do Muro de Berlim simbolizou a vitória triunfante do capitalismo no mundo, o fortalecimento da ideologia neoliberal e o avanço do Imperialismo. E com todo esse cenário, ainda assim a UNEGRO com a integridade de uma entidade fundada por comunistas, construiu com amplitude e radicalidade um programa altamente avançado, de cunho classista e abertamente marxista.

As consequenciais do regime militar, somada as ações neoliberais impostas inicialmente pelo presidente Fernando Collor de Mello, no início dos anos 90, aprofundou e recrudesceu as relações sociais e de trabalho, com elevação do desemprego, aumentando singularmente a marginalização da população negra. E com fortes resquícios da ditadura, o genocídio da juventude e das crianças negras virou pauta de luta e enfrentamento no Brasil. [11]

Damos ênfase a essa entidade, pois nela estão organizados os militantes e moradores de São Gonçalo Daniele Fontoura, Silvio Henrique de Carvalho Silva, Herimar Batista Santana e Matilde Batista Santana. Estes dinamizaram as primeiras atividades culturais na Fazenda Engenho Novo que deram origem ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo em 2018. A ideia de criar um núcleo em defesa da história negra no município partiu de Daniele Fontoura na dinâmica das atividades dos 21 dias de ativismo no município de São Gonçalo, contra o racismo no Brasil.

[11] Trecho do documento interno da entidade, cedido pela presidente da organização Claudia Menezes Vitalino no ano de 2021.

Em síntese, os 21 dias de ativismo contra o racismo são uma série de eventos que ocorrem anualmente. Essas ações são organizadas por universidades, movimentos sociais, sindicatos, ONG's e pessoas de referência na luta contra o racismo, que se uniram para criar uma agenda de atividades pacíficas focadas na reflexão sobre o combate ao racismo[12].Tais eventos fazem alusão ao vigésimo primeiro dia do mês de março de 1960 data em que o governo sul-africano, no contexto da política do Apartheid, regime racista presente na África do Sul, assassinou 69 pessoas e feriu outras 186, em brutal repressão. Esse acontecimento ficou conhecido como "*Massacre de Shaperville*". Devido a tamanha brutalidade, a ONU (Organização das Nações Unidas) considerou essa data o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial**.**

O *movimento ocupa* foi criado buscando evidenciar para o poder público e para sociedade civil a importância histórica da Fazenda Engenho Novo, denunciando a ausência de políticas públicas na região rural de Monjolos e dando ênfase a necessidade de inclusão social dos moradores locais, pois essa população carece de serviços básicos, cultura e lazer. No ano de 2019, o movimento social marcou presença na exposição "Quem somos" dando destaque fotografias de pessoas da militância negra do município. No mesmo ano, realizou o "Café da Manhã, Sarau e Apresentações" em 23 de novembro, na comemoração ao mês da Consciência Negra[13].

Também em 2019, o movimento passou a contar com uma equipe de pesquisa formada por cinco historiadores e um assistente social. O grupo, além de produção textual, objetivou gerir as atividades relacionadas ao mapeamento histórico local. Buscaram também formas de se instrumentalizar para realizar ações sociais com os moradores do atual assentamento rural no entorno da Fazenda.

Logo, foi criada uma dupla gestão composta pela Daniele Fontoura e por mim, Daiana Sousa Santiago. Atualmente o núcleo do coletivo é formado pelo doutorando em demografia (UNICAMP) Victor da Costa Santos (coordenação de pesquisa); os professores de história Lukas Lobo Santos (mestrando em História pela UERJ e professor da rede municipal de São Gonçalo); Naila Regina Silva Martins (professora da rede municipal de Itaboraí); Juliana dos Santos Duarte Bernardo (pós-graduanda em Histórias Africanas pelo IFRJ); e o assistente social Marcelo Iname Monção (UFF). A

[12] Disponível em <https://www.geledes.org.br/para-fortalecer-a-luta-anti-racista-campanha-promove-21-dias-de-ativismo-no-mes-de-marco/ > Acesso em 16/10/2022

[13]https://www.osaogoncalo.com.br/cultura-e-lazer/75332/saiba-onde-celebrar-o-dia-da-consciencia-negra-em-niteroi-e-sao-goncalo. Acesso em 25 de julho de 2022.

maior parte do grupo se conheceu e criou vínculo entre os anos de 2014 e 2016 no contexto das aulas do curso de graduação em História realizada pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP) localizada em São Gonçalo.

Esse núcleo se reuniu para a elaboração da escrita do projeto na sede municipal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) localizado no centro de São Gonçalo cujo espaço foi cedido gentilmente por Silvio Henrique Silva, militante e apoiador do coletivo. Á época, a ideia era escrever um projeto, não só de reinvindicação pela revitalização da Fazenda Engenho Novo, como também, realizar atividades culturais e educacionais mesmo no espaço em ruínas. Outro propósito era oferecer visitas guiadas ao público e trabalhar com a metodologia da História Oral, devido a não terem sido identificados trabalhos publicados sobre os libertos no pós-abolição na região e devido à experiência cientifica de alguns membros com essa metodologia acadêmica.

Assim, após analise da bibliografia sobre a história local e constatação do apagamento da história da população negra, o Movimento Ocupa buscou dar espaço para os personagens invisibilizados da Fazenda inspirados na militância negra e no *dever de memória*. Outro objetivo imediato foi escrever e tornar público a necessidade da revitalização do lote 32 onde está localizada a Fazenda. O coletivo, assim o fez, pois, parafraseando Fanon (2008) compreendeu que só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares.[14]

---

[14] O Coletivo vem desenvolvendo trabalhos em torno de três pilares: Educação, Promoção social e Cultura. Atualmente militam pela revitalização da Fazenda Engenho Novo e pela criação do Museu Histórico e Cultural Fazenda Engenho Novo:< https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2022/09/6482013-fazenda-do-monjolos-pode-ser-transformada-em-museu-historico.html>
O movimento social pensa um futuro espaço musealizado da Fazenda como a pesquisadora Marília Xavier Cury entende o museu: como um meio de comunicação, comprometido com a qualidade da comunicação. Isso significa que o museu busca a capacidade de despertar a consciência, estimular questionamentos e pensamentos críticos, e a educação em museu tem papel destacado no processo de formação de uma cidadania através do estudo do objeto patrimonial musealizado (CURY, 2013). Deste modo, um espaço musealizado possibilitará o diálogo com outros sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e à diversidade da nação brasileira. Será um espaço que repudiará como prevê a Constituição Federal, o "preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (CF, Art.3º, IV), que combaterá o racismo e trabalhará pelo fim da desigualdade social e racial, empreendendo a reeducação das relações étnico-raciais que não são tarefas exclusivas da escola. Que promoverá a igualdade racial, que valorizará a herança cultural afro-brasileira e dos sujeitos históricos da fazenda e de seus descendentes e daqueles que se relacionaram e contribuíram de alguma forma para resistência cultural dos sujeitos que por muito tempo estiveram longe de uma posição em que pudessem contar as suas histórias.

Porém, durante quase todo ano de 2020, se configurou uma fase de encapsulamento e autocrítica dentro movimento social: um projeto estava escrito, mas não havia possibilidade de mobilidade de uma ocupação cultural, sequer se podiam realizar intervenções pontuais como no biênio 2018/2019 devido ao início e agravamento da pandemia da Covid 19.

Toda escrita do projeto estava direcionada para atividades presenciais e interativas: realizar um concurso cultural nas escolas, mobilizar visitas guiadas, e fazer entrevistas de História Oral. As escolas estavam fechadas, e o público cerceado pelo desconhecido e mortal vírus que assolou nosso planeta.

No mês de outubro de 2020, devido à mobilização de ativistas, deputados federais e estaduais do campo da cultura, o governo federal colocou em execução a Lei Aldir Blanc[15], que consistia no auxílio a coletivos culturais que foram duramente prejudicados pelo processo pandêmico. Artistas e fazedores da cultura nacional dos mais diversos seguimentos sofreram por quase um ano sem contratos, espetáculos e sem público.

Daniele Fontoura identificou na Lei Aldir Blanc a possibilidade do coletivo tentar captar recursos para realizar parcialmente o projeto. Nesse sentido, viabilizou uma parceria com a UNEGRO. A entidade firmou tal parceria visando cumprir o artigo 3° inciso 5° de seu estatuto onde pode assumir a elaboração direta ou indireta de projetos que considere prioritários para o desenvolvimento de suas atividades e negociar com técnicos e/ou entidades interessadas em sua implantação

Por ser formado, em sua maioria, por professores, se tinha o interesse em fazer um concurso cultural com ênfase na educação antirracista para alunos do segundo segmento do ensino fundamental em seus anos finais. Essa ideia foi trazida pelo professor Farlen de Jesus Nogueira, que já havia feito concurso similar em sua cidade natal, Cachoeiras de Macacu (RJ). O professor teve que sair do grupo por motivos pessoais, mas sua ideia foi levada adiante no projeto e executada no ano de 2021.

Dessa maneira, em 2021, além da elaboração de roteiro e execução das entrevistas com os moradores locais, personagens centrais dessa pesquisa (Alfredo e

[15] O projeto Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo foi contemplado pelo edital nº 01/2020 "Retomada Cultural RJ", que dispõe sobre a premiação financeira para propostas de produções culturais realizadas no Estado do Rio de Janeiro, com fundamento na Lei Emergencial nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade em função da pandemia da Covid-19.

Marcolina) realizou-se uma intervenção pedagógica em duas escolas municipais próximas a Fazenda Engenho Novo.

O concurso cultural foi denominado “A história que não vivi”. O concurso teve autorização da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (RJ) e possibilitou aos membros do coletivo elaborar e realizar aulas sobre a história de personagens desconhecidos da Fazenda: Os escravizados e libertos.

Na dinâmica do concurso, foi dado aos estudantes do sexto ao nono ano do ensino fundamental, a incumbência de pesquisarem sobre a história da Fazenda e investigarem junto a familiares e amigos mais velhos se já haviam ouvido histórias sobre ela. A proposta da escrita e da pesquisa com base na oralidade objetivou descobrir fatos e curiosidades para a elaboração de uma redação narrativa com premiação para os oito primeiros colocados.

A atividade envolveu as coordenações pedagógicas e professores de três disciplinas (Português, História e Geografia). Sendo divulgado para quase seiscentos estudantes, dos quais 25 foram selecionados pelo movimento social e pelos professores das respectivas escolas. Estes selecionados tiveram a oportunidade de fazer uma visita guiada pelas ruínas da Fazenda com circuito e roteiro histórico elaborado pelo Movimento Ocupa, para reflexão das relações étnico raciais.

Nesse sentido, o Movimento Ocupa compreendeu que a recuperação e preservação da Fazenda Engenho Novo, enquanto um espaço de relevância histórica, econômica e social para o município de São Gonçalo, relaciona-se com a construção de uma educação antirracista através do reconhecimento da história e da cultura da população afro-brasileira, marginalizada dentro de uma construção social que sofreu um processo de apagamento de histórias e memórias dentro do município de São Gonçalo.

Esse apagamento de histórias e memórias tem sido igualmente debatido no país com destaque para a produção de intelectuais com destaque para pedagogos, historiadores e juristas negros. Tais histórias e memórias apagadas foram consequência direta da lógica do racismo estrutural presente nas diversas esferas institucionais brasileiras, dentre elas o campo da educação.

De acordo com Almeida (2019), o racismo foi fruto de um processo histórico complexo da modernidade. Almeida defende que a discriminação racial é sempre estrutural, faz parte da organização política e econômica da sociedade moderna, não

sendo apenas ações individuais ou subjetivas. Tem origem e permanência na construção racista do Estado Moderno e na sociedade capitalista.

É importante evidenciar que o olhar de Almeida na configuração institucional do país, no que tange a predileção de grupos sociais de homens brancos em detrimento de uma população minoritária, tem amplo debate na América Latina.

A partir da década de 1990, Aníbal Quijano retomou o conceito de colonialidade do poder. Esse conceito se refere à constituição de um poder universal e capitalista, moderno/ colonial e eurocentrado que criou uma ideia de raça biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Esse poder prevaleceu mesmo após o fim da dominação colonial, na cultura e na subjetividade dos povos subjugados.

Quijano fez revisão da constituição histórica da modernidade e de suas transformações na América Latina, à luz da categoria colonialidade como o reverso da modernidade e que deu origem a revisões historiográficas diversas e estudos decoloniais. A decolonialidade é conceituada como:

> Um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade, o que cobre tanto as revisões historiográficas, os estudos de caso, a recuperação do pensamento crítico latino-americano, as formulações (re) conceitualizadoras, como as revisões e tentativas de expandir e revisar as indagações teóricas. É um espaço enunciativo não isento de contradições e conflitos, cujo ponto de coincidência é a problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas. (QUINTEIRO, FIGUEIRA, ELIZALDE 2019).

Boaventura de Sousa Santos é outro importante teórico que problematizou a modernidade através das Epistemologias do Sul, com base na resistência social dos povos historicamente oprimidos. De acordo com o autor:

> As Epistemologias do Sul são uma proposta epistemológica que pretende identificar, validar os conhecimentos nascidos nas lutas, nas lutas sociais contra a opressão que, na época moderna, foram fundamentalmente produzidas por três formas de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São epistemologias porque procuram validar conhecimentos, conhecimentos outros, que não aqueles que estão validados pelas epistemologias do Norte. Desde o século XVII, as epistemologias do Norte têm vindo a construir a ideia de que o único saber científico é a ciência. (SANTOS, 2020)[16]

[16] Entrevista de Boaventura de Sousa Santos a Escola Brasileira de Psicanálise. Disponível em https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/ Acesso em 18/11/2022.

No Brasil, o entendimento teórico sobre o racismo na esfera institucional do Estado Moderno significou a possibilidade da construção de políticas afirmativas para os grupos subalternizados socialmente, aumentando a representatividade das minorias sociais buscando alterar a lógica discriminatória dos processos institucionais (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Essas políticas afirmativas, que surgiram no cenário nacional no alvorecer do século XXI, foram originadas na luta do movimento negro brasileiro que a autora Nilma Lino Gomes conceitua como um movimento político, mas, sobretudo educador. De acordo com Gomes o movimento negro é o protagonista das ações afirmativas que paulatinamente tem corroborado de forma organizada ações contra a injustiça racial da nossa população de maioria negra e parda.

Também são frutos das reinvindicações do movimento negro, como já mencionado, ser o racismo tipificado enquanto crime na constituição nacional e mais recentemente a lei 10.639/20032[17] que alterou a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB). A lei visa obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas particulares e públicas da educação básica e que nos ajudam a superar a nossa ignorância sobre o racismo e seus efeitos nefastos (GOMES, 2017, p. 15).

Desta forma, o movimento negro tem fundamental relevância enquanto educador por elaborar saberes emancipatórios e por enfatizar temas concernentes à situação racial no Brasil. Gomes questiona a formação no âmbito educacional e aos currículos feitos pelas instituições que a priori, são estruturalmente racistas. A autora, que teve Boaventura de Sousa Santos como seu orientador de doutorado, propõe uma pedagogia decolonial que priorize a perspectiva do oprimido e dá ênfase a importância das atividades dos movimentos sociais para o campo educacional:

> Os movimentos sociais trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética nas dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça (GOMES, 2017 p. 51).

[17] É importante ressaltar que a lei 11.645/2008 complementou a lei 10.639/2003 que determinou o ensino da história e cultura indígenas no currículo da educação básica no Brasil.

Assim, o coletivo Ocupa dinamizou suas ações buscando o enfrentamento do racismo estrutural e se identifica um movimento social negro e educador na medida em que, dentre outras atividades, elaborou essas intervenções pedagógicas em sala de aula a fim de sensibilizar a comunidade escolar das escolas selecionadas para o enfrentamento do racismo a partir da história do município de São Gonçalo e da Fazenda Engenho Novo do Retiro.

Com a finalidade de gerar reflexão racial e incentivar os estudantes a escrever, podemos citar o caso do aluno João[18], de 13 anos de idade, da rede municipal de São Gonçalo, que teve sua redação premiada pelo Movimento[19].

João, uma criança preta, escreveu, em forma de poesia, sobre a vida de um garoto negro que viveu na Fazenda e que queria muito ser libertado para não sofrer mais. O estudante declarou em reportagem: "É muita identificação minha nesse texto, porque, hoje em dia, nós tentamos fugir dessa sociedade que é muitas vezes racista, porém, não conseguimos, temos que encarar, com nosso jeito, respeitando todo mundo. A redação foi um desabafo."

Nesse sentido, podemos refletir que conhecer as narrativas de (re)existência da população negra no Brasil é fundamental para a educação das relações étnico-raciais numa perspectiva de uma educação que se quer democrática (PEREIRA, 2021 p.54).

Em 15 de setembro de 2021, o Movimento Ocupa foi matéria de capa do Jornal o Fluminense e atualmente mantem um site[20] e um Instagram[21] onde divulga todas as suas atividades e desenvolvimento do projeto.

[18] Nome Fictício.
[19] Premiação com aula de História ao ar livre em São Gonçalo (ofluminense.com. br) Acesso em 20 de setembro de 2022.
[20] www.ocupafazendaengenhonovo.org.in.
[21] @fazenda_engenhonovo

Ilustração 1 – Premiação com aula de História ao ar livre em São Gonçalo 2021



Fonte: Jornal o Fluminense

Voltando a importância da temática da reparação social e da educação antirracista foi pela força atuante do movimento negro que questões como “racismo”, discriminação racial, desigualdade racial, critica a democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação

das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro brasileiras, violências, questões quilombolas e antirracismo permaneceram no debate público nacional (GOMES 2019. p.17).

A partir do ano de 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso, e, prioritariamente, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram normatizadas algumas das reivindicações dos movimentos negros que diziam respeito a direitos de memória e políticas de reparação.

Damos destaque, a publicação do Decreto nº 3.551, de quatro de agosto de 2000, que instituiu patrimônios culturais e imateriais a partir da valorização da cultura afro-brasileira; e a promulgação do Decreto nº 4.228, de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal. (ABREU; DANTAS; MATTOS 2010). No inciso segundo desse decreto, consta que "deverá ser registrado a continuidade histórica de tal patrimônio imaterial e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira."

Acerca de se identificar como parte do fenômeno do movimento negro educador, o coletivo Ocupa se constituiu no intento de estabelecer uma História Pública. Conceitualmente a História Pública pode ser entendida como sendo a comunicação da História para "amplas audiências" ou ainda o "engajamento do público na prática e na produção do conhecimento histórico" (SAYER 2015, p.07).

Para Juniele Rabêlo (2016), os movimentos sociais são importantes produtores da História Pública e são responsáveis por reivindicações construídas em diferentes campos de disputas, mas sempre com finalidades sociais mais amplas do que a mera divulgação cientifica de fontes.

Como exemplo de atividade no campo da História Pública podemos mencionar, além das ações de educação promovidas em escolas, a Web série produzida pelo Movimento social denominada: *Os Invisibilizados da Fazenda Engenho Novo*[22] que consistiu na produção de três vídeos curtos (média de dois minutos) inspirados nas seguintes fontes respectivamente: cartorial, jornalística, e eclesiástica, todas oriundas do século XIX.

O primeiro vídeo foi inspirado na vida da liberta *Emiliana* com o texto:

[22] Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=NTyTBuRDGuA > 20/11/2022.

> "Emiliana: mulher, africana, escravizada da Fazenda Engenho Novo, registrada sob o número de matrícula 1813, mãe de Jesuína, Egídio, José, Félix, Lucas e Anastácio". Alcançou a alforria, por um acordo de gerar 6 filhos e trabalhar compulsoriamente nas terras da fazenda. Aos 52 anos recebeu 40 contos de réis e um pedaço de terra. Essa é Emiliana, uma das figuras invisibilizadas na história da Fazenda Engenho Novo. Emiliana Presente! Movimento Ocupa 2021[23]

A escolha dessa mulher negra deveu se a predominância matrifocal na escravaria do Barão de São Gonçalo (1791-1873). Tal fonte revelou a complexidade que existia na condição da negociação de liberdade. Gerar seis filhos saudáveis em condições de insalubridade num período de doenças permanentes como a cólera e a malária.

O segundo vídeo intitulado *A fuga dos escravos*[24] interpreta a saga dos escravizados Antônio e Januário que em 1831 tiveram seus nomes em destaque na notícia *Escravo Fugido* no jornal o Correio Mercantil[25], onde Belarmino Ricardo de Siqueira oferecia alvissaras pela captura de ambos. O coletivo interpretou a situação como um ato de resistência conforme descrição do vídeo:

> Antônio e Januário são personagens de estudo do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo, a qual objetiva resgatar a ancestralidade africana e a reparação histórica dos negros na cidade de São Gonçalo. A fuga de Antônio e Januário é um dos inúmeros casos de resistência escrava na história do Brasil. Resistência para poder querer viver e não apenas sobreviver. (MOVIMENTO OCUPA 2021).

Por fim, o último vídeo: *o batismo de Florência* interpreta o dia 7 de fevereiro de 1857, onde na capela de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros, sob os olhares do Barão de São Gonçalo, então com 65/66 anos de idade, o vigário Francisco de Moraes Silva Bueno batizou Florência, filha de Gertrudes de Nação. Considerada como crioula, Florência nasceu no ano de 1853, e quatro anos mais tarde teve como madrinha e padrinho dois escravos do Barão: Amália e Ramiro.[26]

Esses breves esquetes digitais, produzidas na sede da fazenda Engenho Novo no ano de 2021 buscaram ilustrar as condições e imposições de vida para a população

---

[23] Apud BRASIL, Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário e Testamento do Barão de São Gonçalo, 1873.

[24] Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=OVvjZvlJb-M&list=PLa5tsdyQAaooy5mKtaP9-wXyRYn9sDzJF&index=2> Acesso em 20/11/2022.

[25] Apud. Correio Mercantil (RJ)- Edição 74, 06.04.1831, Página 288. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709530&pesq=%22Fazenda%20Engenho%20Novo%20do%2 0Retiro%22&pasta=ano%20183&pagfis=1002. Acesso em 26 de agosto de 2021.

[26] ACMN, Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói. Livro de Batismos de Escravos, 1856-1885.

negra. Intencionalmente o coletivo pretendeu alcançar um público além do acadêmico fazendo divulgação desses produtos digitais com base nas fontes históricas nas redes sociais do coletivo[27] Michael Frisch (2016) evidencia que tais produtos colocam o historiador no papel de produtor e comunicador na intenção de obter público e audiência. Essa pratica do historiador público se difere do que "normalmente" faz o pesquisador, que é escrever para seus pares acadêmicos.

Contudo, o movimento social tem avançado também em pesquisas acadêmicas conforme o artigo científico de Victor da Costa Santos publicado no ano de 2022. Com o título "*Águas passadas ainda movem moinhos? Possibilidades da pesquisa histórica sobre o patrimônio material e imaterial da Fazenda Engenho Novo"*.[28] O coordenador de pesquisa expõe os avanços das pesquisas manuscritas e impressas realizadas no primeiro ano de pesquisa arquivística, e ressalta a existência de uma lacuna historiográfica acerca do estudo e da origem da população negra no município.

Somado a esse trabalho, também em 2022 foi publicado pela Revista Transversos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) o artigo *Fazenda Engenho Novo: História Oral e memória negra na cidade de São Gonçalo*[29]. Escrito por mim e por Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, o artigo analisou a história e a memória negra de Alfredo e Marcolina e considerou as narrativas desses atores sociais como centrais para qualificar as temporalidades e evidências históricas que permitam compreender a memória do cativeiro e da liberdade no meio rural fluminense e na sociedade brasileira.

1.2. - Identidade negra e memória social em São Gonçalo

O Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo possui uma relação próxima com a militância e ativismo negro na cidade de São Gonçalo. No final do século XX, atores e redes associativas construíram protestos que problematizaram a identidade negra na

[27] Instagram @fazenda_engenhonovo.
[28] Disponível em https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/1717. Acesso em 20/10/2022.
[29]Disponível em < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/64555#:~:text=O%20artigo%20analisa%20a%20hist%C3%B3ria,e%20Marcolina%20Alexandrina%20da%20Silva.>. Acesso em 20/10/2022.

cidade e no Brasil. Essa arena de conflitos serviu de base para a crítica da história e identidade embranquecida de São Gonçalo através da narrativa modernizante que a representou como “Manchester Fluminense”.

Para compreender os vínculos entre o coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo e a formação do movimento negro constituído em São Gonçalo, vamos apresentar parte da trajetória da família Santana que tem centralidade nessa arena política. Os dados biográficos de Jorge Santana e Matilde Santana foram concedidos por Herimar Batista Santana, filho do casal, que as relatou para essa pesquisa em 26 de agosto de 2022.

As demais informações foram transcritas do Projeto Experimental/Documentário de Flavia Vieira produzido no centro de produção e pesquisa visual da FACHA (COPPHA) localizada em Botafogo no RJ em março de 2010. O documentário *Ceba Identidade afro-brasileira* (23min 54seg) buscou resgatar os 40 anos da história do Centro de Estudos Brasil África, a partir de relatos da memória de seus fundadores e participantes destacando a fundação em 1975 e as ações ao longo da década de 1980.

Jorge Santana e Matilde Santana se casaram em 1963 tendo no decorrer da mesma década um casal de filhos. Antes de se casar Jorge morava no bairro da Engenhoca no município de São Gonçalo e Matilde residia na grande Recife. Ambos se conheceram na capital pernambucana numa das viagens que Jorge realizou por conta de sua profissão itinerante: ser soldado na marinha brasileira.

A partir de 1964 a família Santana enfrentou uma verdadeira peregrinação: tiveram que se deslocar pelo Brasil por conta da instauração da ditadura militar brasileira (1964-1985). Para não ser preso, Jorge, Matilde e seus dois filhos, fugiram da repressão passando pelas cidades de Recife (PE), Brasília (DF) e Viçosa (MG). Só retornaram ao Rio de Janeiro por volta de 1973, onde, após nove anos de fuga, fixaram residência no bairro do Rocha em São Gonçalo.

Os Santana foram perseguidos pela ditadura militar porque Jorge, especialmente, foi considerado um militar subversivo, devido a ser engajado na luta contra o racismo. No período considerado de maior repressão ditatorial, (1969-1974) houve desarticulação do ativismo e de organizações negras, e um sufocamento do debate sobre desigualdades preconceitos e discriminações raciais no Brasil (RIOS, FLAVIA 2019).

Porém, ao invés de desistirem da militância por causa da perseguição latente, a família Santana resistiu através da luta social pelo combate ao preconceito racial e continuou não só a interagir como também a fazer parte do movimento negro. Eles

frequentaram na década de 1970 reuniões com outros ativistas, do que viria a ser, em 1975, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), com sede na Rua Mem de Sá no centro do Rio de Janeiro.

O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras contribuiu para a redemocratização. Por intermédio da mobilização de jovens e de alguns militantes de esquerda, os componentes do Instituto buscavam valorizar a cultura negra, faziam o combate ao racismo, denunciando o "mito da democracia racial", e afirmavam uma identidade negra afro-diaspórica. Os militantes do Instituto lutavam contra o etnocentrismo europeu, a arbitrariedade militar, a elitização cultural e a marginalização popular dentre outras questões políticas pertinentes à época.

Foi nesse contexto que Jorge, Matilde, Dulce Vasconcelos e Édesio da Costa Justino, dentre outros ativistas organizados no (IPCN) resolveram que já estava na hora de migrar os valores e ações do Instituto para os negros "do lado de cá da Baía de Guanabara".

Assim, em cinco de dezembro de 1975 nasceu no município de São Gonçalo o *Centro de Estudos Brasil África* (CEBA). Eles eram um pequeno grupo de professores e ativistas empenhados na inclusão política e social dos negros e negras moradores da região de São Gonçalo e Niterói. Para tal intento, criaram o primeiro pré-vestibular para negros, e a fim de atrair a juventude, criaram um grupo de dança afro, e um grupo de modelo e manequim.

No decorrer da década de 1980, período de reabertura política e instauração da democracia no país, Jorge e Matilde, já não mais perseguidos, investiram nas suas respectivas carreiras. O antes militar da marinha brasileira se formou professor de educação física e em seguida se diplomou bacharel em Direito, e Matilde, antes costureira e cabeleireira se formou em Educação Artística pela Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, (UERJ – FFP).

As atividades do CEBA aconteciam na casa da ativista Dulce Vasconcelos, e de acordo com Herimar os integrantes do centro buscavam fortalecer e incentivar sempre os mais simples e os mais carentes para estudar, fosse os alfabetizando ou dando aulas para os alunos do pré-vestibular.

Ao longo dos anos, essa negritude consolidou uma espécie de rede familiar afetiva onde todos eram compadres entre si, sendo tios ou padrinhos desses jovens ainda

que não tivessem parentesco sanguíneo. “Era uma rede de amizades”, enfatizou Herimar Santana. [30]

Essa rede de solidariedade teve inspiração e referência nas praticas do associativismo negro que desde fins do século XIX já era praticado pelos afrodescendentes. Tal associativismo existiu no contexto histórico do pós-abolição no Brasil a fim de fortalecer os laços entre negros e negras, porque a libertação do cativeiro não significou a aquisição de direitos nem de cidadania para essa população.

A prática de se associarem consistia na composição de grêmios e clubes que promoviam festas e bailes, atividades artísticas e projetos educacionais feitos e voltados para a própria população negra. Eram também organizadas formas de arrecadação de dinheiro para ajudar pessoas da comunidade, sendo ofertados cursos profissionalizantes, entre diversas outras atividades. (SILVA, 2021. p. 19)

É importante ressaltar que o associativismo negro germinou já no inicio do século XX e se desdobrou no decorrer do século em vários movimentos negros, ainda que com características distintas no interior de cada grupo. Como aponta o historiador Petrônio Domingues:

> Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2008)

Domingues estabeleceu uma periodização sobre a atuação desses vários movimentos negros no Brasil em quatro fases[31]: a primeira fase que se estendeu da Primeira República até o Estado Novo (1889-1937) em que tiveram destaque o associativismo juntamente a imprensa negra e a criação da Frente Negra Brasileira (FNB 1930) onde nos dois espaços eram denunciadas as péssimas condições de vida dessa população.

---

[30] O documentário está disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=J5jcu0qxG2c > Acesso em 30/ 08/ 2022

[31] DOMINGUES, Petrônio *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos* – Revista Tempo Edição 23 – 2008.

A segunda fase que se estendeu da segunda república até a ditadura Militar (1945-1964) onde se destacou a criação da União Nacional dos Homens de Cor em 1943 em Porto Alegre e o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro (TEN) em 1944 fundado por Abdias Nascimento. O TEN foi um importante movimento cultural e político que propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país.

A terceira fase compreendeu o início do processo de redemocratização a República Nova (1978-2000) cuja militância negra oportunizou um retorno às ruas em protesto contra o racismo e a exclusão social mais fortemente. Teve destaque a criação do MNU (Movimento Negro Unificado) em 1978 inspirada a sua base de ativistas na militância dos estadunidenses Martin Luther King e Malcon X e nas organizações negras de direcionamento ideológico marxista como os Panteras Negras. O autor destaca a atuação do IPCN e do CEBA nessa fase (DOMINGUES, 2008 p. 114).

A quarta fase correspondeu aos anos 2000 até o tempo da escrita do autor no ano de 2008 e uma hipótese interpretativa de destaque ao movimento cultural do hip hop de mobilização da consciência e da juventude para as causas negras.

Voltando a atenção aos nossos personagens, pudemos perceber que Jorge e Matilde Santana foram precursores das lutas pela inclusão social fazendo parte da terceira e da quarta fase do Movimento Negro sendo vozes representativas na afirmação de uma identidade negra em São Gonçalo e referência para militantes e professores engajados no movimento negro do Rio de Janeiro desde a fundação do CEBA [32].

Jorge e Matilde Santana, Dulce Vasconcelos e Édesio da Costa Justino (fundadores do Ceba) são personagens da história de São Gonçalo fundamentais para entendermos a dinâmica social acerca das relações étnico raciais no município nas décadas de 1970 e 1980. É importante evidenciar que esses ativistas circularam no mesmo espaço de militância de expoentes do movimento negro no Brasil tal como Abdias Nascimento[33], que chegou a visitar o CEBA na década de 1980 e Lelia Gonzalez que foi uma das fundadoras do IPCN. De acordo com Abdias, ao visitar o município:

---

[32] A relevância de Jorge e Matilde para o movimento negro em São Gonçalo e no Rio de Janeiro é citada por Mariléia Santiago em depoimento aos pesquisadores Amílcar Araújo e Verena Alberti em 2003: SANTIAGO, Mariléia. (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 0min). Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS)

[33] Além de ter sido fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) Abdias Nascimento publicou em 1978 o livro: O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado pela Editora Paz e Terra.

> Eu vi que ali tinha um núcleo que tava ajudando de fato a família negra do Rio de Janeiro a se unir e a se preparar pra lutar contra o racismo e contra as condições miseráveis de vida da população negra. O CEBA foi importante no sentido de que desde o começo eles estavam fazendo esse trabalho. (NASCIMENTO, ABDIAS. 2010)

Assim, o casal Santana, fez parte de um grupo mais amplo de intelectuais surgidos no seio do movimento negro que compartilhavam dos ideais de afirmação da identidade negra no sentido de uma emancipação educacional e cidadã.

Revelaram também a necessidade de se "aquilombar", realizando estratégias de solidariedade, resistência e valorização de sua cultura estética e afro como uma maneira de evidenciar os negros enquanto agentes históricos dentro do município de São Gonçalo. Assim fizeram através do associativismo a fim de resistir à perseguição no período da ditadura, amortizando as vivencias de exclusão e preconceito racial, presentes na região conforme relata a professora Matilde Santana em 2010:

> Foi difícil, pois quando muitos negros se reuniam, era caso de polícia, então pra disfarçar, a gente fazia sempre um bolo com velinhas e tudo, colocava na mesa e quando a polícia chegava então era um aniversário (...). Olhávamos pelo olho mágico quando a gente via que era a policia a gente começava a bater palma (risos) cantando parabéns (...)
> O nossos cabelos eram afros, então fazíamos aqueles cabelos maravilhosos, quando a gente passava todo mundo dizia: Lá vai o negro! Pra nós que já tínhamos a nossa consciência, isso pra nós não era nada. Quando dizia: Ih Negra! Eu dizia: Brigada! Eu sempre agradecia. Eu tava sempre às vezes, ou de cabelo afro ou então de turbante, como eu estou hoje (...).
> Nós conseguimos fazer uma associação, foi à primeira associação negra de São Gonçalo, e nós participávamos de várias atividades como o carnaval, nós abríamos o carnaval como bloco afro (...) e um trabalho de dança, um trabalho de artesanato e o trabalho da banda afro. Isso me envaideceu muito! Graças a Deus tem muita gente trabalhando até hoje em grupos afros, tanto na dança como na profissão, e aí nós conseguimos resistir, fizemos vários trabalhos aqui no Instituto de Educação, eu e meu esposo que era o professor Jorge Santana, dava aula de educação física aqui... (SANTANA. MATILDE, 2010)

No mesmo período de militância de Matilde Batista Santana destacamos a atuação de Beatriz do Nascimento que foi uma intelectual fundamental no questionamento de, como até aquela década, havia sido contada a História do homem negro no Brasil. Ela problematizava a maneira fragmentada de como se abordou a história das pessoas de cor negra no país. A autora demonstrou em seu artigo *Por uma historia do homem negro (1974)* que estudiosos, como Florestam Fernandes,

analisavam o negro de maneira fragmentada através apenas do viés de classe ou de mobilidade social.

A historiadora denunciou que no Brasil o racismo era algo sutil e ao mesmo tempo violento como se o negro vivesse ainda sobre o escravismo. Mas principalmente evidenciou o fato de que a ciência histórica não dava conta de responder a uma simples pergunta. De acordo com Beatriz:

> Quem somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? (...) Confundidos com nordestinos, pobres ou índios? (...) Não será possível que tenhamos características próprias em termos culturais ou humanos? Pode-se ainda confundir nossa vivência racial com a do povo judeu, porque ambos sofremos discriminação? Historicamente, creio não haver nenhuma semelhança entre os dois povos, mesmo se pensarmos em termos internacionais. (NASCIMENTO, 1970 p. 94)

Ainda sobre a temática da identidade negra, os intelectuais do tempo de Jorge e Matilde, assim como Nascimento, evidenciavam que a história do negro no Brasil, até aquele momento, havia sido escrita por mãos brancas e preconceituosas, e que estavam por baixo de modelos e ideologias europeizadas que não davam conta de explicar o que era ser negro no Brasil, sempre comparando a história dos negros estadunidenses ou africanos com a história dos negros brasileiros.

Nascimento apontou que a diferença do desenvolvimento do racismo no Brasil foi diferente do estadunidense, pois lá, foram legitimadas leis raciais segregacionistas chamadas de Lei Jin Crown[34]. A autora explicou que no Brasil não existiu esse tipo de institucionalização, mas desde a era pombalina se estabeleceu um preconceito fundamentado ideologicamente na teoria do embranquecimento.

A acadêmica não questionava apenas os brancos, igualmente o fazia em relação à negritude brasileira no sentido de uma recuperação identitária, em não permitir o preconceito e a subalternização da raça negra, desenvolvendo sua militância no campo literário e historiográfico. Ainda para ela, a cultura do negro necessitava ser

[34] Leis de segregação racial haviam feito breve aparição durante a reconstrução, mas desapareceram até 1868. Ressurgiram no governo de Grant, a começar pelo Tennesse, em 1870: lá, os sulistas brancos promulgaram leis contra o casamento inter-racial. Cinco anos mais tarde, o Tennessee adotou a primeira Lei Jim Crow e o resto do sul o seguiu rapidamente. O termo "Jim Crow", nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio "separados, mas iguais", estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. Em 1885, a maior parte das escolas sulistas também foram divididas em instituições para brancos e outras para negros. Houve "leis Jim Crow" por todo o sul. Apenas nas décadas de 1950 e 1960 a suprema Corte derrubaria a ideia de "separados, mas iguais".

reexaminada a fim de atender as suas próprias necessidades. E isso somente seria possível sendo fieis a História no sentido de realizar um levantamento histórico da vivência do negro levada pelos seus descendentes.

Outra crítica da historiadora referia se a recusa dos intelectuais brasileiros a discutirem o negro do ponto de visto da raça, “por comodismo, medo ou racismo", perpetuando teorias que não tinham ligação com a dinâmica da realidade racial no país. Ela acreditava que era possível escrever uma verdadeira história dos negros no país, com investimento nos estudos do campo da memória social dos descendentes de escravizados, na afirmação de uma identidade negra, mas não sem razão, ou exclusivamente pela escrita da História: esses estudos deveriam ser direcionados para dar conta da humanidade e do protagonismo racional do homem negro brasileiro.

Oliveira (2021) evidencia que no projeto de Beatriz Nascimento “Reflexões sobre o Centenário da Abolição”, havia toda uma perspectiva de história assumida no pressuposto do que ela anunciou em sua intervenção: “pra nós negros a história de vida é a história que vai ser escrita oficialmente, para todos os brasileiros”. O tema da vida do negro(a) e sua relação com a história do Brasil e as pesquisas sobre a “cultura negra” rendeu várias análises e reflexões cuja oralidade tinha um papel estratégico na compreensão da “realidade racial” socialmente viva e cuja História Oral era um recurso heurístico que permitiria romper com a história que não considerava a experiência dos negros no Brasil.

Essas reivindicações e questionamentos dos estudiosos negros dos anos 80 ganharam visibilidade e força política no contexto da redemocratização e na constituinte de 1988, onde o ato do racismo passou a ser considerado crime em 1989[35].

Mas, apesar do avanço pungente do movimento negro no campo político ainda em 1980 o CEBA sofreu uma desarticulação por conta de divergências entre os membros e mudança de residência de Dulce Vasconcelos, onde a sede do CEBA fora instalada. E, apesar da desarticulação de alguns ativistas, Matilde e Jorge continuaram a realizar algumas atividades enquanto CEBA no interior do Instituto Clélia Nanci, escola localizada no bairro da Brasilândia, região central da cidade. Dessa maneira, o legado desses homens e mulheres negras residentes no munícipio, ainda que fora das

---

[35] LEI Nº 7.716 DE 05 DE JANEIRO DE 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor. Acesso em 26 de agosto de 2022.

instituições políticas oficiais da cidade, pautou a questão da identidade racial em São Gonçalo durante as últimas três décadas do século XX no município de São Gonçalo.

A história de Matilde Santana, do CEBA e do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo se entrelaçou por conta do envolvimento do filho da professora, o já mencionado Herimar Batista Santana, que, integrava a comissão da verdade sobre a escravidão negra no município. Interessava naquele ano de 2018 à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pautar e debater formas de combate o racismo no município.[36] De acordo com o advogado:

> "Vamos continuar buscando o fim das mazelas oriundas do período escravocrata. Para nós da advocacia é uma honra estar de frente já que o movimento abolicionista era formado em sua maioria por advogados e bacharéis do Direito, que não eram de acordo com os maus tratos sofridos pelos negros" (SANTANA H. 2018).

Mãe e filho estiveram presentes no primeiro café da manhã cultural realizado na Fazenda Engenho Novo em 2018, juntamente a eles estavam dois grupos de capoeira do município: a companhia local do contramestre tubarão e o projeto Cardume, grupo de capoeira infantil. Também esteve presente o já mencionado Silvio Henrique de Carvalho, que reside no bairro de Monjolos onde se localiza a Fazenda. Ele militou como presidente regional da União de Negros pela Igualdade do Rio de Janeiro (UNEGRO).

O evento, no geral, buscou reivindicar o espaço da Fazenda enquanto um território afro-brasileiro devido a mais de uma centena de escravizados que ali circularam durante a segunda metade do século XIX. Outra motivação era a já conhecida existência de remanescentes de escravizados na região, com destaque para a professora Marcolina que se tornou nos últimos 40 anos, figura notória na comunidade rural de Monjolos e sempre se identificou como bisneta de escravos.

Matilde Santana deixou esse plano físico em 2020 e apesar de não ser o objeto direto dessa pesquisa, a professora, sua família e grande parte de sua trajetória dirigindo o CEBA, deram uma espécie de "liga" entre as reivindicações de uma identidade negra da geração dos anos 70 e 80 gonçalense e as atuais reivindicações dos grupos do município no que concernem as questões raciais de combate ao racismo, ao preconceito e por uma identidade negra positivada.

---

[36] Campanha de ativismo contra racismo acontece em São Gonçalo (tanarederj.wixsite.com)

Ilustração 2 - Fotografia do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo – 24 de março de 2018.

Matilde Batista Santana está sentada à direita ao lado da escadaria da casa grande da Fazenda Engenho Novo. Damos destaque para a pose de punho cerrado da professora: um gesto histórico do movimento negro. A foto foi tirada em 24 de março de 2018 na primeira atividade que deu origem ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo.



Acervo Privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo

1.3.- A Fazenda Engenho Novo na São Gonçalo escravista do século XIX

Além do vínculo com os militantes do movimento negro de São Gonçalo, outra rede de sociabilidade mobilizada pelo coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo foram os moradores que lembram e falam da trajetória escravista da fazenda em questão. Para situarmos o recorte espacial historicamente, temos a necessidade de voltar nosso olhar para o contexto social, econômico e político do século XIX, que foi em parte o tempo do cativeiro e da liberdade em que os ancestrais de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva viveram. Conforme apresentaremos com ênfase no capítulo três, a Fazenda Engenho Novo é um dispositivo material fundamental na memória dos nossos entrevistados, daí a contextualização da história da sua formação,

dinâmica regional e os estímulos externos a qual ela estava conectada especialmente em relação à questão da propriedade e manutenção das terras.

Antes, portanto, em relação à formação e povoamento do território estudado, é valido registrar que no inicio da colonização portuguesa, o atual município de São Gonçalo foi originado de uma sesmaria no ano de 1579[37] e se tornou freguesia em 1647[38]. No ano de 1687, São Gonçalo tinha 250 fogos (domicílios) com 800 "pessoas brancas de comunhão e 700 escravos" (Cf. ACMRJ, Visita pastoral de 1687).

No fim do século XVIII, Monsenhor Pizarro contou em São Gonçalo 789 fogos e 5.329 pessoas de sacramentos, 167 de confissão e 606 menores, fazendo o total de 6.100 almas. (SAMPAIO, FRAGOSO 2014). Já no século XIX, em 1819, as vésperas da Independência a freguesia de São Gonçalo passou a compor a Vila Real de Praia Grande, atual munícipio de Niterói. Em 1834, na Regência, a recém-criada Vila Real de Praia Grande se tornou capital da província do Rio de Janeiro onde a freguesia gonçalense se destacou economicamente:

> Para José Antônio Soares de Souza, de todas as freguesias da Vila Real de Praia Grande, São Gonçalo era a mais significativa em termos de volume de produção de cana-de-açúcar e quantidade de engenhos existentes. Este salto de importância política era esperado já que, desde fins do século XVIII, a economia da região se estabilizara com engenhos de açúcar e aguardente, além de lavouras de cereais, mandioca, legumes e frutas. O comércio e as atividades agrícolas se desenvolviam concomitantemente e as dezenas de barcos de transporte com gêneros e passageiros davam maior movimento ao litoral, colocando São Gonçalo em constante intercâmbio com os portos de diversas freguesias, incluindo a corte. (OLIVEIRA 2014 p. 19)

Os portos gonçalenses estavam consolidados em razão da localização da região ao longo da extensa faixa na orla da Guanabara (SILVA; MOLINA 2010) e em meados

---

[37] Denise Vieira Demétrio afirma que entre 1565-1575, no contexto de fundação da cidade do Rio de Janeiro, foram doadas 111 sesmarias localizadas às margens da Baía de Guanabara com a intenção de formar um cordão contra os possíveis ataques de indígenas e estrangeiros. Entre as sesmarias distribuídas estavam às terras que iriam formar o Birapitanga ou Suassunhão, mais tarde denominada de São Gonçalo: "do lado oriental da Baía de Guanabara, medindo 1.000 braças de frente para o mar por 1.500 braças de fundo para o interior numa região rica de pau-brasil, denominada Birapitanga". Na época, a parte que mais progrediu foi doada a Gonçalo Gonçalves, em 06 de Abril de 1579. Nas terras de Gonçalo Gonçalves, às margens do rio Imboaçu (naquela época chamado de Suasunhão), foi erguida uma capela em homenagem a São Gonçalo do Amarante (OLIVEIRA, 2014. p.11).

[38] Para saber mais da fundação e colonização da região nos séculos XVI e XVII ver CAETANO, Antônio Filipe Pereira. Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo do Amarante e a Crise Política Fluminense (Rio de Janeiro, 1640 – 1667). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

do século XIX, a então freguesia já havia se estabelecido com uma economia pautada no trabalho escravo nos engenhos de açúcar e aguardente, além da lavoura de outros produtos.

Concomitantemente, a região se fazia complexa do ponto de vista fundiário, pois, não era composta apenas de grandes latifundiários escravagistas, ela era formada também de pequenos proprietários de terras e homens pobres cujo ápice do sucesso econômico se deu em possuir escravos especialmente até a década de 1850 (MOTTA, 1989 p.11) Denominados mini fundistas, esses homens, tinham uma situação socioeconômica razoável, não possuíam dividas, possuíam ao menos um cavalo, cabras e porcos e todas as casas da região possuíam senzalas (MOTTA, 1989 p. 122).

Essa estrutura fundiária e escravista sofreu alterações significativas nas décadas posteriores a 1850 devido à proibição do tráfico transatlântico que reorganizou o cenário da agricultura nacional. Com a cessação do tráfico, aconteceu um processo de mercantilização da terra e empobrecimento dos pequenos proprietários da região gonçalense.

Queremos aqui, chamar a atenção para a relevância da mão de obra, ainda que de poucos escravizados, que levou esses pequenos proprietários a uma constante pauperização e endividamento com os grandes latifundiários por não terem conseguido mais renovar sua escravaria. Eles preferiram inicialmente alugar cativos a trabalhar com eles ou ainda se indisporem, ou os membros de suas respectivas famílias, com o trabalho no campo (MOTTA, 1989, p. 126).

Nessa fase a pequena propriedade tentava subsistir em face ao crescente empobrecimento uma vez que a maior parte de sua riqueza estava concentrada em pessoas escravizadas que estavam cada vez mais escassas (MOTTA, 1989 p. 129). O que pode nos dar entendimento acerca da mentalidade dos homens e mulheres que habitavam o Brasil recém independente, e principalmente elucidar a pratica de arrendamento como uma forma de controle dos grandes latifundiários sob os pequenos agricultores e à medida que a escravidão foi sendo distendida dos recém-libertos também.

Foi nesse contexto que a Fazenda Engenho Novo surgiu, “localizada nas proximidades do rio Aldeia, numa estradinha de terra”. (SILVA, MOLINA, 2001), o que sabemos historicamente da origem da Fazenda foi que, em fins do século XVIII, o lugar já poderia conter uma capela, uma vez que no relato da visita do Monsenhor

Pizarro à Freguesia de São Gonçalo, realizada em 1794[39], há uma menção à existência de um oratório, localizado a quase 15 quilômetros de distância da Igreja Matriz de São Gonçalo, e que pertenceria à Dona Ana Bustamante e a sua irmã Luiza Victorina Bustamante. As terras desse local foram compradas em 1818 a Luiz Carr Ribeiro e José Luiz Pereira de Brito por Belarmino Ricardo de Siqueira, político, latifundiário e futuro Barão de São Gonçalo.

Acerca da Lei de Terras de 1850, somente por meio de compra registrada em cartório é que alguém poderia ser considerado dono de terras. Esta mudança no âmbito do registro de propriedade pôde ser identificada tanto no testamento, quanto no inventário de Belarmino em que suas propriedades tinham registros, como aprovado por esta lei. Não podemos ignorar que, libertos, pobres e imigrantes tinham reduzidas possibilidades de aquisição de terras, trabalhando muitas vezes como agregados e pequenos arrendatários em grandes e médias propriedades (OLIVEIRA, 2014). Assim, teve Belarmino à frente das terras a Fazenda denominada por ele de Engenho Novo do Retiro que ganhou contornos de grande produtora na localidade.

No aspecto material foi também no tempo da gestão de Belarmino que a Fazenda foi transformada numa grande propriedade. Entre as edificações que a integravam em meados da década de 1870 se destacava a casa principal de vivenda; uma casa da fábrica abrigando a máquina a vapor de moer canas; uma casa de fabricação de farinha de mandioca; uma casa que servia para o ensaio da banda de música e servia como enfermaria, estrebaria e ferraria; e a capela.

As construções originais foram feitas com trabalho de escravos, que usaram pedras como tijolo para construir o prédio principal e o teto com telhas de barro, à época, moldadas nas coxas dos escravos. O casarão principal possuía vários cômodos, divididos em dois andares, tendo todo o assoalho feito em pinho e as escadas em mármore trazidos de Portugal (SILVA, MOLINA 2001)

Belarmino, recebeu o título de barão em 1849 como componente da nobreza fluminense e amigo de D. Pedro II, foi agraciado com o título honorífico de Fidalgo da Casa Imperial e Comendador da Imperial Ordem (VALLADARES 2015 p.29) Faleceu em 1873, quando a Fazenda do Engenho Novo do Retiro encontrava-se sob a jurisdição

---

39 Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e, 1753-1830. Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898. Acesso em 15 de setembro de 2022.

da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Cordeiros, criada em 1844. Seu inventário demonstrou que ele possuía 111 escravos trabalhando na Fazenda do Engenho Novo do Retiro. Sem herdeiros diretos, a Fazenda do Engenho Novo do Retiro ficou aos cuidados de alguns familiares.

Após a morte desses familiares, o direito de posse da Fazenda foi pedido por Joaquim Serrado Pereira da Silva, coronel da Guarda Nacional, e que teve como primeira esposa Dona Cecília, sobrinha do Barão de São Gonçalo.

Ilustração 3 – Fazenda Engenho Novo



Dossiê de Tombamento - Inepac 1998.

Ilustração 4 - Fazenda Engenho Novo - J.B. Serrado



Acervo de Osmar Leitão – sem data.

Em relação ao escravismo na região, tal como os pequenos e médios proprietários, os fazendeiros sofreram as consequências da cessão do tráfico negreiro. No entanto, ao contrário dos mini fundistas que mencionamos, na crise do sistema escravista os grandes latifundiários como Belarmino e seus herdeiros tinham a alternativa de arrendarem suas terras e com isso perpetuarem seu poder político e socioeconômico por meio desses alugueis. Grandes proprietários, não só arrendavam parcelas de suas propriedades, como também, intervinham na comercialização da produção de seus arrendatários (MOTTA, 1988 p.134).

Esse dado é importante, pois, a prática do arrendamento perdurou durante todo século XX na região, gerando muitas tensões e negociações no pós-abolição. Esses conflitos estiveram presentes nas memórias dos nossos protagonistas especialmente na segunda metade do século XX quando a fazenda pertenceu a *Zeca* Serrado, filho de Joaquim Serrado, na administração de Ennes Biazzi.

Em 1989, José Balthazar Serrado (*Zeca Serrado*) vendeu a Fazenda ao empresário Deusdérito Belmont Netto. Este iniciou um processo de expulsão, perseguição e violência para com os trabalhadores, meeiros e arrendatários, os quais travam uma verdadeira batalha pela condição de produtores rurais e posseiros (CASCO & VELOSO, 1999).

Portanto, a oralidade das famílias, sitiantes e moradores da Fazenda Engenho Novo, vão evidenciar no capítulo 3 a complexa relação que foi construída para esses atores serem reconhecidos na região conquistarem direitos e cidadania e formarem seus espaços de habitação e trabalho. Entendemos que apenas por meio da memória dos tempos do cativeiro e dos tempos de liberdade relatados por Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva se consegue compreender o abandono do patrimônio material da Fazenda, e a atual configuração da zona rural de São Gonçalo.

Diferente do que poderia ser entendido como lógico, nessa pesquisa, não consideramos as ruínas da Fazenda Engenho Novo apenas como um símbolo do descaso das autoridades de um espaço que foi de vivência dos Ilustres Barão de São Gonçalo e Dom Pedro II. As consideramos como o símbolo da resistência dos remanescentes que conseguiram permanecer e resistir a muitos ataques (queimadas, ameaças, descaso, ausência de políticas públicas etc.) por parte dos fazendeiros e do poder público.

Dessa forma, “se a História oficial esqueceu-se de contar e valorizar a saga dos africanos e seus descendentes nas Américas, a memória desses permitiu o conhecimento de um sistema simbólico, e uma reorganização do território negro na diáspora” (Conceição Evaristo 2021).

Assim, a relação de colaboração e parceria desses personagens com o coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo é parte central das práxis políticas e pedagógicas assumidas nos projetos de educação e memória do movimento social. Tem-se uma História Pública articulada por uma pesquisadora (que é militante do coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo) com o movimento negro e moradores da Fazenda Engenho Novo, para produzir um conhecimento histórico e uma pedagogia decolonial e antirracista.

Por fim, assim como as redes construídas pelo ativismo negro e pelas políticas de reparação e memória, os moradores são atores centrais na produção do conhecimento, pois, norteiam essa pesquisa e são parte colaborativa, das reflexões e desdobramentos dos capítulos da presente dissertação como veremos a seguir.

2- Narrativas, memórias e representações dos memorialistas gonçalenses sobre a escravidão na Fazenda Engenho Novo.

O recorte desse capítulo são publicações que tratam diretamente de assuntos que essa pesquisa objetiva investigar: a história da população negra da Fazenda Engenho Novo; o contexto do escravismo; a abolição e o pós-abolição.

São as obras: *São Gonçalo Cinquentenário: História, Geografia, Estatística* – Escrita por Luiz Palmier, publicada no ano de 1940; dois livros do professor Homero Thomaz Guião Filho; *História de São Gonçalo* publicada no ano de 1968 e *Capela, Fazenda e Engenho* de *1973*; *O município de São Gonçalo e sua história* – escrita pela professora Maria Nelma Carvalho Braga, publicada em 2006 e *São Gonçalo no século XIX* – Escrita pelos historiadores Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina, publicada em 2010.

Esses autores, em maior ou menor grau, deram destaque à Fazenda Engenho Novo enquanto um lugar histórico para a formação econômica, política e social do município. Assim, o intuito do capítulo é investigar a forma como a história negra foi representada, seja no contexto da escravidão, e, ou, posteriormente. Para isso, relacionaremos a escrita desses memorialistas aos debates sobre as relações raciais no pensamento social brasileiro.

Lilia Moritz Schwarcz e André Botelho relatam que a área de pensamento social, vem aproximando questões do passado às indagações contemporâneas, a área compreende pesquisas direcionadas para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira, que se irradia por questões como a modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania. Existe um interesse crescente pelas interpretações que o Brasil recebeu e recebe, e uma nova curiosidade acerca destes "Brasis", desenhados, projetados e imaginados por tantos pensadores locais e estrangeiros (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p.11 e 12)[40].

Não será a primeira vez que esse conjunto de obras será analisado. Em 2012, Jaqueline Wenderroscky José Lopes Veloso defendeu a dissertação de mestrado

[40] SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. Lua Nova, São Paulo, 82: 11-16, 2011.

denominada *Empreendedores de memória: memória, identidade e representações sociais da cidade de São Gonçalo.* Para Veloso, esses autores não escreveram ao rigor dos academicistas e descrevem o cenário histórico e econômico, em contextos diversos, que perpassam o tempo, o espaço e a memória local. Veloso defende que eles escreveram porque enxergaram como necessária uma narração para que a história construída fosse passada e repassada por gerações a uma comunidade imaginada[41]. De maneira geral, todos buscaram expor uma São Gonçalo que obteve progresso por intermédio de heróis imaginados da cidade (militares que tiveram destaque na guerra do Paraguai, donos de fazendas da freguesia que promoveram desenvolvimento econômico e agrícola até o final do século XIX e políticos relevantes para a região), uma cidade recém-criada que foi apresentada com uma visão positivista e otimista.

Veloso utiliza o conceito de *empreendedores de memória*, termo cunhado pela autora Elizabeth Jelin (2001), por acreditar que essas publicações representam um empreendimento social, ou seja, um empreendedorismo intelectual da comunidade do município. No campo da memória, Jelin explica que existe uma relação entre discurso e experiência, e que para aqueles que não tiveram as experiências do passado, "[...] a memória é uma representação do passado construída como conhecimento cultural compartilhado por gerações e por diversos/as outros/as". (JELIN 2001, *apud* VELOSO, 2012 p.11). É nesse caminho, entrelaçando os conceitos de memória e representação social que a autora comenta:

> Foi possível perceber, a partir da leitura de algumas publicações, que esses intelectuais, frequentemente, valorizam a cidade de São Gonçalo, prestigiando seu passado, seus antigos habitantes, pedindo cuidado e amor à cidade aos atuais moradores. Foi acreditando que o trabalho dos intelectuais fornecessem subsídios de memória, contribuindo para que esse passado não esmaecesse, principalmente para a juventude da cidade, que fomos investigar junto às obras literárias tais pressupostos. (VELOSO 2012. p.11).

Ainda no sentido do resgate da memória do município, Veloso conclui que esses intelectuais, em sua maioria, não estavam ligados a cargos políticos e, mesmo assim, "sentiram a necessidade de tomar algum tipo de atitude (escrever, por exemplo), com relação aos problemas identificados em São Gonçalo" (VELOSO, 2012 p.110). É essa forma de agir que leva a autora a compara-los ao que Jelin (2001) denomina de

[41] O conceito de comunidade imaginada a que se refere Veloso foi cunhado por Benedict Anderson no livro Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Publicado no Brasil com tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.2008.

empreendedores de memória, ou seja, poderiam se configurar como empreendedores intelectuais da comunidade gonçalense.

Mas diferente de Veloso, observamos que todos os autores estavam vinculados a alguma liderança politica local, não ocupando cargos públicos diretamente, a exceção de Luiz Palmier que foi vereador na cidade em 1929, mas articulando essa produção da memória, história e representação social de São Gonçalo, com o executivo de suas respectivas épocas. Não estamos dizendo que não houve iniciativa, motivação deliberada e de afeto ao municipio, apenas evidenciamos que, para essas obras terem sido publicadas, existiu articulação direta e apoio aos autores por parte dos gestores publicos[42].

Cabe ressaltar que ao escrever esse capítulo, não existe intenção de desqualificar obras nem instituições ligadas à produção da memória e a história oficial em São Gonçalo. Todos, de acordo com seus contextos e épocas, fizeram reconhecidas pesquisas em fontes e acervos documentais sobre São Gonçalo, mapeando portos, fazendas e igrejas. Os autores apesar de terem publicado em tempos históricos distintos, convergem para uma escrita que quer chamar a atenção do gonçalense e do público em geral para valorizar e conservar uma determinada memória e identidade do município, porém é importante evidenciar que essa memória oficial teve pouco espaço para as experiências negras na cidade de São Gonçalo e na Fazenda Engenho Novo.

Portanto, ainda que tivessem escrito sobre um município tinham em vista narrativas de comunidade nacional imaginada que estabeleceu uma hierarquia entre brancos e negros na forma de contar e narrar a história – o que justifica a relação desses autores com o debate sobre a formação do pensamento social brasileiro. E essas memórias da cidade, direta ou indiretamente, conectam-se aos institutos voltados a divulgação e pesquisa histórica gonçalense.

---

[42] Nesse sentido, "O São Gonçalo Cinquentenário, foi editado por uma cooperação da Prefeitura de São Gonçalo e do Instituto Brasileiro de Geografia c Estatística, é parte, das mais modestas, das comemorações da data cinquentenária da criação do município (22 de Setembro de 1890)" (PALMIER, 1940 p.227). Os livros do professor Homero Thomaz Guião Filho receberam o apoio direto do prefeito Joaquim Lavoura (GUIÃO FILHO 2020). São Gonçalo no século XIX foi publicado pela editora São Gonçalo Letras vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Fundação de Artes de São Gonçalo. A obra foi apresentada pela Prefeita em exercício Aparecida Panisset. O livro: O município de São Gonçalo e sua história, teve apoio da Secretaria de Cultura da cidade e atualmente é a fonte sobre a história da município no site oficial do governo municipal https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/historia-de-sao-goncalo/ Acesso em 25 de abr. 2022.

Existem três conhecidas instituições na cidade de São Gonçalo: A Academia Gonçalense de Letras, Artes e Ciências (AGLAC) fundada em 1974; o Instituto Histórico e Geográfico de São Gonçalo (IHGSG) fundado em 1995, ambas em atividade, e o Núcleo Gonçalense de Memória, Pesquisas e Promoções Culturais (MEMOR). Seus membros atuaram entre as décadas de 1980 e 1990, porém, o MEMOR se encontra desativado. (VELOSO, 2012).

Atualmente, existe um grupo na cidade formado por historiadores profissionais que desde 1996 realiza pesquisas acadêmicas sobre a memória e a identidade na cidade[43]. O grupo tem o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro da Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Esse grupo publica livros e trabalhos acadêmicos sobre patrimônios no leste fluminense e sobre a história da imigração e migração na região. Publicou o Guia de Fontes para a História de São Gonçalo, importante trabalho para quem se dedica estudar a história local. Dentre alguns estudos de renovação historiográfica no município, existem algumas biografias como as de Joaquim Lavoura, Luiz Palmier e o fundador da sesmaria, Gonçalo Gonçalves. Para além, o grupo se dedica as histórias de vida de imigrantes de diferentes nacionalidades e que vieram para o Brasil ao longo dos séculos XX e XXI[44].

2.1- Narrativas no contexto do Estado Novo: "Bem antes da arrancada abolicionista os escravos do Barão de São Gonçalo eram libertados" Luiz Palmier e o cinquentenário de São Gonçalo (1940)

Luiz Palmier (1893-1955) nasceu em Sapucaia, interior do Rio de Janeiro. Foi um intelectual multifacetado que atuou nos campos da política, da educação, da

[43] O Grupo São Gonçalo: Memória e Identidade publica em seu site os diversos trabalhos acadêmicos produzidos desde sua criação em 1996 https://www.historiadesaogoncalo.pro.br/historia-e-historiografia-de-sao-go

[44] Podemos destacar os trabalhos de Fernandes e Reznik: Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Um ilustre desconhecido. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinas e identidade local. Cabo Frio: Visão, 2020. E Reznik, Luís; Fernandes, Rui Aniceto Nascimento (orgs.). Experiências da imigração: São Gonçalo nos séculos XX e XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

medicina e da gestão pública entre 1914 e 1954. Ideologicamente eugenista, após se formar em medicina especializando em obstetrícia, ginecologia e neonatologia, se mudou em 1919 para São Gonçalo com a finalidade de combater a grave epidemia de gripe espanhola que assolou todo o território nacional. Nesse período em que Palmier migrou para o município, "o Estado do Rio de Janeiro iniciou uma cooperação com a Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller objetivando a realização de estudos e a criação de serviços de profilaxia" criando assim um posto sanitário em São Gonçalo e em outros poucos municípios do Estado (REZNIK, 2003).

Entre 1919 e 1940, foi o primeiro diretor do hospital do município, inaugurado em 1934 atuando como médico. Dentre suas diversas atividades, participou de algumas associações como fundador ou membro e escreveu nos jornais da cidade de São Gonçalo[45] sendo ainda deputado federal entre 1935-1936, tendo seu mandato interrompido pelo golpe do Estado Novo. Em 1938, permaneceu na gestão pública dirigindo o Liceu e Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Inaugurou em 1939 o lactário do Instituto Gonçalense de amparo a maternidade e a infância (IGAMI).

Palmier tinha desde que veio para São Gonçalo, o objetivo de implantar ideias políticas e da medicina social eugênica, que estava em voga na intelectualidade brasileira. Imaginava transformar o município numa cidade moderna e sadia, livre do atraso e das doenças de seu tempo.

Para o historiador Henrique Mendonça da Silva (2011), a eugenia praticada por Palmier estava desassociada de estereótipos, físicos e cromáticos. Silva defende que Palmier não emitira na esfera pública nenhuma opinião racista ou que inferiorizasse um ou outro grupo étnico ou racial. Raça, segundo o autor, não assumiu uma dimensão biológica para ele. Foi tratada e interpretada como um elemento cultural e social que se ligava ao eugenismo pela complementaridade entre saúde e doença do corpo social (SILVA, 2011. p.15)

No ano de 1940, publicou a obra, *São Gonçalo. Cinquentenário, História, Geografia e Estatística* a fim de comemorar os cinquenta anos de emancipação político-administrativa da cidade de São Gonçalo. Publicação de 237 páginas dedicadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Prefeito de São Gonçalo Dr.

[45] O médico escreveu algumas matérias nos jornais dos irmãos Belarmino e Abílio Mattos, A Gazeta de São Gonçalo (17 artigos entre 1919-1937) e (24 artigos entre 1931-1955). Destaque para o artigo de 1920 intitulado "São Gonçalo do Futuro, novo rumo".

Nelson Correia Monteiro, foi o primeiro levantamento documental que buscava reunir a história do município seguindo um modelo proposto pelo *IBGE*[46].

O *Cinquentenário* objetivou apresentar "os principais feitos da gente de São Gonçalo, desde a colônia, sesmaria, aldeia, freguesia, distrito, cidade (...)" Foi um livro criado para ressaltar a importância do município de São Gonçalo frente ao Governo Federal e ao Estado Novo (LIMA, 1999, p. 27) Nesse aspecto, Palmier ansiava inserir São Gonçalo na História do Brasil. Para isso, propôs em sua escrita reverenciar a alguns personagens chamados por ele de "ilustres" e "colaboradores do progresso" que foram autoridades políticas, eclesiásticas, policiais e jurídicas que, segundo o autor e suas fontes eram:

> Filhos ilustres, que também se exercitaram, em atividades locais ou levaram a outras paragens o nome da terra de nascimento, bem merecem o destaque natural e as homenagens tributadas aos eleitos que tanto elevaram, dignificaram e engrandeceram a pequenina pátria. Homenagens sejam igualmente prestadas aos que se identificaram com os anseios de progresso e também tudo deram pela grandeza maior do torrão adotivo. Não importa que tenham tido origem em outras Nações ou Estados, da mesma forma que sejam filhos de outros municípios da Terra Fluminense. Todos são dignos dos aplausos e da admiração dos vindouros e suas memórias tornaram-se credoras das reverências a que fizeram jus. (PALMIER, 1940, p. 197)

O livro ainda possui vasto acervo de fotografias para comprovar esse progresso: imagens de escolas, o prédio da prefeitura, comércios, o bonde a vapor e antigas fazendas são dignificados enquanto um lugar de progresso, mas também de memória e história.

Palmier inicia seu livro modestamente alegando que a história de São Gonçalo ficaria ainda por escrever e que sua colaboração era "pálida" frente às comemorações pelo aniversário da cidade. Ao falar sobre a origem da região, chama atenção para a formação racial do povo brasileiro: se as pessoas do passado possuíam hábitos "primitivos" (categoria descrita pelo autor, sinônimo de uma sociedade atrasada), a gente de sua época trabalhava pela evolução e progresso da mesma.

---

[46] Em 26 de janeiro de 1938, já sob a ditadura do Estado Novo, o Decreto-Lei nº 218 criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE). Em dois de março do mesmo ano, o Decreto-Lei nº 311, conhecido como Lei Geográfica do Estado Novo, determina nova Divisão Territorial do país e lança a "campanha dos mapas municipais". Como fruto desse trabalho, 1.574 municípios apresentariam sua "imagem cartográfica" na Exposição Nacional dos Mapas Municipais, inaugurada em todas as capitais do país no dia 29 de maio de 1940. Fonte:< https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/linha-do-tempo/LinhaDoTempoSemImagem.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2021.

Para ele, a catequização imposta pelos portugueses juntamente ao instinto e solidariedade dos guerreiros indígenas, foram elementos fundamentais para o desenvolvimento da sesmaria gonçalense desde a criação da sua paroquia em 1646. O intelectual denota, portanto, a tríade: portugueses, indígenas e mais tarde escravos como "elementos predominantes das populações primeiras" (PALMIER, 1940 p.17).

No *Cinquentenário*, as raças existentes no Brasil foram citadas apenas para explicar de onde viemos, era um passado longínquo. Na sociedade idealizada pelo autor, raça era algo dos tempos "bárbaros e primitivos". Para ele, restaram na cidade apenas alguns vestígios da primitividade e da semi-evolução da sociedade, como por exemplo, as macumbas (PALMIER, 1940, p.37).

Raça, na década em que o autor escreveu, era quase como um 'slogan de época', uma noção em desuso que deveria ser rapidamente extirpada do vocabulário local. Intelectuais como Luiz Palmier, que era ligado ao poder público e dirigiu o movimento folclórico fluminense (1952 – 1955), buscavam pensar em políticas culturais que viabilizassem 'uma autêntica identidade brasileira'. Com esse fim é que foram criadas e aprimoradas instituições culturais que visavam 'resgatar' o folclore, a arte e a história nacional (SCHWARCZ, 1995).

Palmier usou expressões como "trabalhadores da nação "e "trabalhadores anônimos", sem raças ou conflitos de classe. O povo trabalhava em sua época para modernizar a cidade como nos informa o trecho a seguir:

> Trabalhadores anônimos de tôdas as classes da sociedade embrionária da colónia, dos núcleos mais fortes das freguesias, dos distritos e, mais modernamente, dos centros urbanos ou rurais, todos contribuíram em maior ou menor escala, para o esplendor do conjunto. Em tôdas as épocas pela inteligência, ou pela força muscular, nas lutas pelo saber, trabalho de direção ou contribuição nos setores comerciais, agrícola e industrial, os que mais se destacaram, filhos da terra ou de origem alienígena, todos merecem o respeito, a admiração, o aplauso e verdadeiro culto das gerações que passam e das que completarão essas obras, plasmadas pelas exigências da era atual, com a mais alta visão das conquistas futuras. Usufrutuários do esforço continuado dessas gerações que passaram, dos que exerceram funções diretivas e, de algum modo, orientaram essas coletividades, os que participam dessa herança comum não devem e não podem esquecer os cooperadores dêsse progresso. Filhos ilustres, que também se exercitaram, em atividades locais ou levaram a outras paragens o nome da terra de nascimento, bem merecem o destaque natural e as homenagens tributadas aos eleitos que tanto elevaram, dignificaram e engrandeceram a pequenina pátria. (PALMIER, 1940, p. 197)

O autor sintetiza uma visão elitista comum à sua época, de que o Brasil era uma nação apaziguada, uma democracia racial que se baseava na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças de origem[47]. Esse pensamento teve uma penetração profunda na sociedade brasileira, pois, exaltava a ideia de convívio harmonioso entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos. Kabenguele Munanga (2019), afirma que esse pensamento permitiu às elites dominantes dissimular as desigualdades e impediu os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual foram e são vítimas na sociedade. Para Munanga:

> Esse comportamento encobriu os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2019, p.87).

É perceptível no livro um esforço em silenciar os problemas étnicos e sociais brasileiros apontados por Munanga, o *Cinquentenário* parece ser um trabalho, sobretudo, político e que refletia os anseios intelectuais do Estado Novo. Interessado em construir a identidade do trabalhador nacional e apresentar o Brasil como espaço de harmonia e paraíso racial, o governo de Vargas promoveu uma retórica assimilacionista e corporativa, em que todos teriam lugar no desenvolvimento nacional. O próprio Palmier dá ênfase a esse momento político administrativo do país, por causa dos recursos destinados ao progresso da "nação gonçalense".

> A Constituição de 10 de Novembro de 1937 representa a maior transformação política do país após a implantação do regime republicano em 15 de Novembro de 89. Nem mesmo a revolução de 1930 modificou tão radicalmente as instituições (...) Todos os setores receberam o influxo de uma nova orientação e em todos foi possível muito produzir em benefício da coletividade. A Assistência Social e Médico-Social receberam amparo; o auxílio ao Hospital de São Gonçalo, a criação do Serviço do Pronto Socorro e do Serviço Médico Escolar, ao lado da prometida ajuda ao Instituto de

[47] (...) em 1840, foi definido um prêmio de 300 mil réis para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O texto premiado em 1847, do alemão Carl Friedrich Phillip Von Martius, fora publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1844 e se revestia de um caráter pragmático, como o próprio nome sugere: "Como se deve escrever a história do Brasil. (Ganzer, 2012). Martius acreditava que, para se escrever a história do Brasil, deve-se, antes de tudo, ter em conta "os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem". No caso do Brasil, "estes elementos são de natureza muito diversa tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana e, enfim, a preta ou etíope" (MARTIUS, 1845, p. 390)

> Assistência à Infância, foram modalidades dessa evolução (PALMIER, 1940, p. 225).

Palmier, portanto, esteve mobilizado desde a sua formação enquanto médico sanitarista a sua atuação em São Gonçalo, por um projeto nacional do Governo Vargas que criou em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). O MESP funcionou como um instrumento burocrático com a finalidade de consolidar uma estrutura de serviços a nível nacional. A estratégia adotada reforçava uma organização burocrática de atuação nacional e além de se adequar aos interesses do governo federal com os governos estaduais e satisfazia os desejos ideológicos voltados para a consolidação de uma nova nação (FONSECA, 2010).

2.1.1- A escravidão, o Barão e a Fazenda Engenho Novo no Cinquentenário. E o Negro em São Gonçalo? Não tem não!

Palmier cita Belarmino Ricardo Siqueira, repetidas vezes, afirmando que o Barão foi o mais graduado dos brasileiros, com serviços prestados a São Gonçalo:

> Natural de Saquarema, onde nasceu em 1792, identificou-se com a terra gonçalense, da qual recebeu o título nobiliárquico e onde exerceu atividades agrárias e outras muitas. Além das visitas do Imperador ao solar do Engenho Novo, na freguesia de N. S. da Conceição de Cordeiros, possuía outras propriedades agrícolas, inclusive a fazenda do Jacaré e proporcionou oportunidades diversas para que São Gonçalo se projetasse na política e na vida social do Império. Era caridoso e libertou os seus escravos, dando-lhes haveres e terras, bem antes do 13 de Maio, pois havia falecido em 1873. A Ponte do "Barão", sobre o rio Aldeia, justamente nas terras da fazenda do Engenho Novo, hoje propriedade da família Serrado, representa justa homenagem ao nobre fluminense que possuía os títulos de — Grande do Império, Fidalgo Cavalheiro dâ Casa Imperial, Ordem da Rosa e Cavalheiro da Ordem de Cristo. Prestou grandes serviços à causa pública, tendo ocupado o elevado posto de Comandante Superior da Guarda Nacional, no Município de Niterói. (PALMIER, 1940, p.21).

Quando relacionamos a benevolência de Belarmino aos estudos de Luiz Felipe Alencastro, certamente, podemos supor que tal bondade foi influenciada pela trama política em que a abolição da escravidão ocorrida em 1888 foi votada pela elite brasileira a fim de evitar a reforma agrária. “A maior parte do movimento republicano,

iniciado antes do falecimento do Barão, fechou com os latifundiários para não mexer na propriedade rural". Foi aí que veio a aprovação da Lei Áurea, sem nenhuma compensação ou alternativa para os libertos se inserirem no novo Brasil livre[48].

Enquanto enaltecia a figura do Barão, Palmier nos furta entender o que aconteceu com os recém-libertos da FEN. Sobre esse tema, podemos ressaltar a complexidade do que significou essa libertação que, na realidade empírica, se configurou de variadas formas, desde a situação ideal-típica do trabalhador independente assalariado até uma miríade de arranjos de trabalho.

Tais formas, recombinavam graus diferentes de "liberdade" e compensação financeira pelo trabalho, caracterizados por coerção física e pecuniária, tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida. (GONÇALVES, 2017 p. 314)

Adiante, acerca da Fazenda Engenho Novo, Palmier destaca a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Cordeiros, cuja FEN se localizava e dá destaque a oferta do Barão de São Gonçalo "para que as solenidades religiosas fossem realizadas no oratório da fazenda"[49], reforçando o aspecto emancipador político de Belarmino.

Aqui, percebemos uma dualidade descrita pelo autor: o Barão não era alguém que teria levado São Gonçalo ao atraso apesar de ser um aristocrata, conservador e escravista dos tempos do Império. Por causa da amizade com o Imperador Pedro II, de sua articulação e influência política, que levou obras a serem finalizadas na freguesia, como a ponte do Barão, construída para o Imperador passar, além da já mencionada criação da Freguesia, Palmier o identificava como um dos grandes responsáveis pelo progresso da cidade e da República Brasileira.

É nessa narrativa de expor a benevolência dos latifundiários gonçalenses quanto ao progresso no território, que, o intelectual salienta que: "bem antes da arrancada abolicionista os escravos do Barão e de muitos outros eram libertados". Essa afirmativa, passa a ideia de que a escravidão na cidade foi branda e a libertação da população negra

[48]Entrevista de Luiz Felipe Alencastro a BBC News Brasil disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474 Acesso 20 abr. 2022.

[49] O Barão contribuiu para a criação da freguesia de N. S. da Conceição, de Cordeiros, oferecendo a Capela da sua fazenda, para os atos religiosos, conforme esclarece a deliberação n 0 886 de 1. ° de Outubro de 1856. (Palmier 1940, p. 199).

e cativa foi antecipada pelos aristocratas da cidade em nome da modernização e do civismo republicano:

> O Civismo foi sempre característica dos povos evoluídos e concientes do seu valor. Os movimentos patrióticos e as iniciativas em prol da grandeza da terra encontraram eco entre os gonçalenses. O ambiente social foi e é dos mais propícios a essas manifestações. Nos pródromos da Independência Nacional e na Campanha do Paraguai, alguns gonçalenses, dos mais ilustres, defenderam a Bandeira Nacional, ao som da metralha, nos campos das batalhas, da mesma forma que, tomavam parte em todos os demais movimentos cívicos (...) O regime republicano encontrou adeptos e propagandistas. Todos os demais movimentos condizentes com a manutenção da ordem ou garantia do progresso, o respeito à lei, a defesa das instituições, as tendências para a filantropia e manifestações outras demonstrativas de um culto pela Pátria, encontraram campo livre e adeptos fervorosos (PALMIER, 1940 p.150).

Essa tendência para a filantropia, praticada pelo Barão, permaneceu na dinâmica política dos homens de poder do município em direção ao século XX e atingiu a São Gonçalo de 1940 em que vivia o autor na forma de assistência médico-social subsidiada pelo Estado Novo. Sobre essa prática, o autor ressalta:

> Preventórios e preservatórios, asilos e creches, hospitais e patronatos, amparo à infância e à maternidade, instituições escolares e pré-escolares, enfim, desde o campo vasto da eugenia, pela organização científica de serviços pré-natais ou pré-nupciais, até a assistência à senilidade, amparada no Asilo dos Velhos ou no Abrigo Redentor, todas as etapas da vida humana, de tôdas as classes da sociedade, merecem cuidados especiais e amparo cada vez mais perfeito. Avultam as instituições de assistência médico-social, como afirmativas simbólicas, de uma tendência para aperfeiçoamento, no sentido de aprimorar as condições de higidez de um povo, cioso de sua missão construtora em face das prerrogativas raciais. (PALMIER, 1940. p. 149).

Concluímos que, tais prerrogativas raciais a que o povo gonçalense estava cioso por construir, não são descritas por Palmier para além da justificativa da higidez. Mas conseguimos afirmar que a população negra é invisibilizada propositalmente na obra do autor na medida em que ele demonstra fidelidade ideológica ao projeto do governo brasileiro que estava comprometido em preencher os espaços vagos do território nacional com o *trabalhador ideal*.

Nesse sentido, de forma a não aumentar o abismo provocado pela "má-formação étnica" herdada do passado escravocrata e do liberalismo republicano, assim, também se fez a adoção de políticas restritivas de imigração no Estado Novo, fundamentada

na ideologia do trabalho e da segurança nacional, pensamento que persistiu durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1954) (CARNEIRO, 2001, pp. 64-96; MOVSCHOWITZ, 2001; CARNEIRO & TAKEUCHI, 2010; SILVA, 2010)[50].

2.2- Memórias nos tempos do Lavourismo: "Os escravos do Barão não sofriam muito não" Homero Thomaz Guião Filho (1968)

Homero Thomaz Guião Filho foi professor, historiador, teólogo e filósofo[51], nascido no Distrito Federal em ano não revelado pelo mesmo. Se mudou para Pernambuco aos três meses de idade, lá permaneceu até seus 11 anos, quando migrou para a cidade do Rio de Janeiro. Aos 12 anos de idade foi para São Gonçalo fixando se no bairro da Brasilândia. Católico, é Irmão da Ordem Beneditina[52] e se autodeclara politicamente monarquista. Possui um quadro pintado do Barão de São Gonçalo no século XIX e alega possuir algumas fotografias da Fazenda Engenho Novo ainda com os móveis do período imperial.

Em relação a história de São Gonçalo publicou os livros: *História de São Gonçalo (1968), Capela, Fazenda e Engenho (1973) e Álbum de São Gonçalo Dentro da História Universal - Brasil 500 (1999).*

De acordo com Homero, no ano 1963, época de sua juventude, foi diretor da Associação Gonçalense de Estudantes aproximando se do prefeito Joaquim de Almeida Lavoura, esse que é considerado, a maior liderança política existente entre os anos de 1950 a 1970, sendo eleito vereador em 1947, e prefeito em 1954. Foi eleito duas vezes nas décadas subsequentes (1963 – 1967 e 1973-1975 pelo partido da Aliança

[50] https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/. Acesso em 20 jan. 2022.

[51] Os dados biográficos foram fornecidos pelo próprio autor que preferiu não revelar sua data de nascimento. Homero Thomaz Guião Filho concedeu entrevista audiovisual aos integrantes do Movimento Ocupa, em 15 de dezembro de 2020. Os pesquisadores Daiana Sousa Santiago e Victor da Costa Santos e os assistentes sociais Daniele Gonçalves Fontoura e Marcelo Iname Monção realizaram uma visita a residência do professor em Niterói no bairro de Icaraí. Foi feito um roteiro elaborado por Daiana Sousa Santiago com base na trajetória pessoal e profissional do autor e na relação do mesmo com a Fazenda Engenho Novo. A entrevista teve duração de aproximadamente 80 minutos, e se encontra preservada no acervo privado do movimento social.

[52] A ordem dos beneditinos é uma ordem religiosa de origem católica que se baseia nos preceitos de São Bento.

Renovadora Nacional (ARENA). Sobre sua relação com Lavoura o professor assim relata:

> Eu queria um lugar que fosse um Centro de Cultura (...) aí ele falou que não ia fazer, então eu falei: "Tem uns votinhos lá comigo, se você não fizer o centro de cultura, esses votos você vai perder e eu vou fazer uma campanha danada contra". Aí ele criou a biblioteca. Era uma coisa maravilhosa, fica do lado da prefeitura (GUIÃO FILHO, 2020).

Atualmente, a biblioteca mencionada é um centro cultural que leva o nome de Joaquim Lavoura e ficou popularmente conhecida na cidade como *Lavourão*. De acordo com Homero, foi pelas épocas da criação desse centro que o mesmo resolveu escrever um livro sobre a história de São Gonçalo e começou a percorrer as fazendas do município chegando a Fazenda Engenho Novo. Assim, ele teve conhecimento da história da FEN e se encantou especialmente pela trajetória de Belarmino Ricardo de Siqueira:

> A fazenda com plantação de laranja, abacaxi, uma agricultura muito desenvolvida né. O Coronel Serrado, pai do Balthazar, casou com a viúva da fazenda restaurada com piscina. Ele arrumou um trambique horrível porque tinha prestígio. O Coronel Serrado tinha um prestígio enorme. O que ele fez: uniu a fazenda com o casamento e depois dividiu. Da fazenda eu tinha até o número de escravos, nome por nome dos escravos presos em 1876 quando se abriu o inventário do Barão. A instituição hoje que eu sou vice-provedor aqui na Miguel de Frias, foi construída pelo Barão: a influência que ele tinha, enorme, entendeu? E um fato que eu achei impressionante foi que lá na fazenda se escondeu Joaquim Gonçalves Ledo, autor pra mim da independência do Brasil, embora muita gente fale que foi Jose Bonifácio. (GUIÃO FILHO, 2020)

O testemunho acima permite evidenciar a forma como o autor situa seu interesse pela história do município, a partir de um projeto político de construção de um centro cultural e da admiração pelo Barão de São Gonçalo, identificando figuras locais como heróis nacionais. Em 1968, publicou o livro "A História de São Gonçalo", de 71 páginas sem editora. Dentre os agradecimentos pela publicação estava o prefeito Osmar Leitão Rosa, o diretor e chefe do Serviço de Produção da Imprensa Oficial, um Studio fotográfico, alguns estudantes e primos.

Guião Filho faz algo muito semelhante a Luiz Palmier, pois, dedicou sua pesquisa a contar uma espécie de história geral de São Gonçalo listando em seu prefácio a origem da cidade desde a sesmaria, passando pela colônia, império e república. O autor também destaca o Barão de São Gonçalo e a outros ilustres da cidade, mas, diferentemente de Palmier, que busca invisibilizar ou ao menos colocar no passado a

questão das raças em prol do progresso, Guião Filho dedica uma página de seu livro ao negro, intitulada: o *homem negro.*

Com o subtítulo "O negro na agricultura", Guião Filho identifica a necessidade do "braço africano", porque a agricultura, especialmente o cultivo da cana-de açúcar, exigia numerosos escravos". Ainda nesse intuito, sobre a trajetória da população negra no município o autor destaca:

> Não conseguindo a escravidão indígena a côrte portuguesa lança mão do braço do negro, para o trabalho na lavoura recorrendo à importação de negros na África, principalmente da Guiné, Angola ou de Moçambique (...) Comprados em leilão no Porto do Rio de Janeiro, por senhores de engenhos e fazendeiros da Freguesia de São Gonçalo, era o negro trazido para o trabalho da lavoura gonçalense. (GUIÃO FILHO, 1968, p. 18).

O escritor reverencia o Barão de São Gonçalo acerca de sua bondade com seus cativos; "Em São Gonçalo, os escravos não foram tão maltratados ou mutilados, vez, ou outra, é que eram açoitados por falta grave." Ou ainda ao falar das doenças do período escravocrata:

> Por curiosidade, só houve um princípio de epidemia de maleita na Freguesia de São Gonçalo, isto é na Fazenda do Engenho Novo de propriedade de Belarmino Ricardo de Siqueira, o Barão de São Gonçalo. A princípio todos se agitaram com a morte de alguns, contudo essa epidemia foi logo vencida. (GUIÃO FILHO, 1968, p. 18)

Adiante constata a decadência das lavouras gonçalenses e as lavouras do Estado do Rio de Janeiro, após o fim da escravidão:

> Quando foi feita a abolição da escravatura a 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, a lavoura gonçalense como em todo Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, foi muito prejudicada, dado o pouco número de imigrantes europeus para o trabalho na lavoura brasileira. (GUIÃO FILHO, 1968, p.18).

Ao falar das fazendas e dos escravos, o autor assume e reproduz uma narrativa senhorial sobre a escravidão. Desde o século XIX, no período de desagregação do sistema escravista, construiu-se imagens do escravismo no Brasil como benévolo para com o negro, diferenciando do sistema escravista americano. Essa visão harmônica e adocicada apagava a agência dos escravizados e foi reiterada na ideologia oficial da democracia racial, especialmente defendida por autoridades estatais vinculadas à ditadura militar - período em que o livro foi publicado.

Essa memória senhorial apresenta-se na maneira de narrar o 13 de maio: na província do Rio de Janeiro, uma das mais importantes do século XIX pela proximidade da corte imperial e pela economia cafeeira, a abolição foi vivenciada a partir de uma ideologia da crise econômica e decadência da província, mantendo uma visão saudosista da "Velha Provincia" como uma era de ouro do Estado.

Além disso, assim como em Palmier, há um paralelismo que reduz o negro ao escravo, pouco abordando as tramas e tensões entre cativeiro e liberdade na localidade. Adiante, o autor narra um cenário de um escravo dentro da FEN, reconhecendo a importância do braço africano para o funcionamento da propriedade bem como a pratica do açoite:

> (...) é visto ainda, mais adiante, o poço que abastecia com água potável a fazenda, e, foi todo construído pelo braço escravo.
> A fazenda é uma verdadeira obra de arte antiga (...). A capela da Fazenda, tem ainda em sua frente o lugar onde se colocava o sino para chamar os escravos e duas aberturas em suas extremidades para prender o negro escravo para ser açoitado. (GUIÃO FILHO, 1968 p.54).

Em seu outro livro, *Capela, Fazenda e Engenho*, 2ª edição, lançado pela editora Tricolor em 1973, o autor, dedica-se mais especificamente a questão das fazendas, engenhos e capelas gonçalenses fazendo um resumo sobre a história do Brasil desde o "descobrimento" dando destaque a religião. Guião Filho expõe dados referente à atuação religiosa dos personagens da cidade, ao mencionar a atuação da figura do capelão. Podemos observar que é mencionada a religião dos negros diferente da religião oficial cristã dos tempos coloniais.

Diferentemente de Palmier que categoriza a religião de matriz africana como macumba, e como signo do atraso, Guião Filho reconhece que existe uma religião dos negros como uma crença diferente*:*

> O capelão geralmente residia na própria localidade da Capela, em casa do senhor proprietário. Como capelão, não estava impedido de outras funções na ajuda de vida do engenho ou da fazenda. Procurava dar sempre assistência aos colonos, quando estes precisavam. No que se referem à vida dos escravos negros, eles não se envolviam. Porque os escravos eram propriedade dos senhores. Todavia, procuravam algumas vezes intervir, decepcionando-se quase sempre. Ora, com os senhores, ora, com os escravos negros que traziam consigo uma crença diferente nos seus ancestrais africanos. De um lado, o capelão com sua doutrina de colonos, de outro lado, os escravos negros com sua doutrina, que quando permitida pelos senhores invocavam seus deuses ancestrais, através de seus rituais a principio estranhos, depois

> reconhecido pelo valor que exerciam no trabalho da lavoura (...) Alguns dos escravos, com o passar do tempo, foram-se adaptando à vida de engenho ou fazenda, o que fez com que alguns tivessem permissão para participar do cerimonial da doutrina católica; embora essa permissão não esteja ligada a todos, muitos senhores de engenho ou fazenda não permitiam essa participação e, por sua vez, a maior parte dos negros continuavam ligados às velhas tradições africanas. (GUIÃO FILHO, 1973, p. 67)

Essa dinâmica das fazendas escravistas do Brasil colônia a que Guião Filho se refere e interpreta, tem sido estudada por historiadores e teólogos brasileiros que identificam um aspecto de aculturação das religiões de matriz africana. Para Bastide (1989), os africanos vivenciavam sua cultura de maneira discreta, mas, intensa, pois, vinham nos navios negreiros, sacerdotes, feiticeiros, adivinhos, médicos ocorrendo uma renovação dos valores e saberes.

Porém, o catolicismo no Brasil assumiu na sua formação histórica um caráter fortemente obrigatório, ou seja, todos que residiam na colônia tinham que professar a fé católica, de modo que era praticamente impossível viver em terras brasileiras sem confessar a religião católica. Os proprietários das fazendas, motivados pelos clérigos, exigiam que as festas dos negros fossem nos dias dos santos patronos das famílias ou patrono dos escravos. Bastide afirma ainda que a Igreja aceitou a escravidão do negro e que ela lucrou com o cativeiro: na Bahia, por exemplo, a propriedade de Santa Cruz e o convento do Desterro, possuíam em 1768, 1205 escravos e tinha 400 escravas para 74 freiras respectivamente (MARTINS, IWASHITA, 2017)[53].

Desta forma, a mentalidade era que o negro estava entregando sua força física e seu trabalho, e ao dono da fazenda a sua alma. "O senhor branco podia lucrar com a mão de obra servil, mas esse direito estava contrabalançado por deveres correlatos, figurando, em primeiro lugar, o da cristianização" (BASTIDE, 1989.p.77.)

Assim, pelos sacramentos recebidos impostamente, os escravistas estavam preocupados com o lucro que seus cativos podiam render, mas, a igreja exigia cristianização destes negros e, desta forma, a cristianização de sua cultura. Essa adaptação a fé católica a que Guião Filho se refere tem mais a ver com a resistência dos

[53] Martins Alan Christian Pedroso, Iwashita Pedro K. Sincretismo: uma relação entre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras (Syncretism: a relationship between Catholicism and Afro-Brazilian religions) Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X. Vol. 11, n. 20, jul/dez, 2017, p. 38-54 http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo.

escravizados e libertos, que mesmo afrontados por uma outra fé, encontravam meios para uma sobrevivência cultural, através do sincretismo religioso.

Outro aspecto da narrativa de Guião Filho é a classificação das religiões de matriz africana como "velha tradição", marcando um contraste com o cristianismo associado à cultura e civilização e com a modernidade almejada pela cidade de São Gonçalo. Tal procedimento é comum a folcloristas e a ideologias evolucionistas eurocêntricas que associam a religiosidade africana não como algo vivo e presente, mas algo cristalizado no passado longínquo numa África simbolizada como *lócus* do atraso e da barbárie.

Na sequência do livro existe uma seção denominada: *XVIII – O Negro Escravo*, nela repete-se a imagem que reduz o negro à condição de escravo e mercadoria, sem perceber sua agência. Desenvolve-se também uma representação do lugar da mulher negra nessa injunção:

> A presença dos reprodutores, negros de raça, que tinham relações sexuais com as negras, de quem ficavam grávidas, dando cria de raça para a manutenção da propriedade ou comércio em sua venda, fazia que os demais negros, em muitos casos, ficassem privados de relações sexuais, podiam ter contato com as desproporcionais, enquanto isso as negras proporcionais e vistosas pertenciam ao ato sexual de seus senhores, que organizavam em seus domínios pequenos hárens. (GUIÃO FILHO, 1973, p.87) [54]

Aqui percebemos a imagem do negro como reprodutor e das negras como objeto exclusivo de prazer. Guião Filho reproduz um estereótipo da mulher negra sexualizada na colonização. Para Achille Mbembe (2014), a submissão dos africanos à colonização passa pela mediação de bens e tal como na época do tráfico, o desejo de bens é usado, se não pela morte, por qualquer aspecto de escravatura. À semelhança do tráfico atlântico, a colonização marca, a entrada dos africanos numa nova era caracterizada pelo desenfreado desejo e prazer - desejo, sem responsabilidade, e prazer como mentalidade onde a matéria-prima da propriedade foi o prazer dos sentidos.

O tráfico de escravos constituiu um momento altamente exuberante, em que a equivalência entre os objetos e os seres humanos chega quase à totalidade. "A relação com os objetos passa pelo consumo imediato, pelo prazer bruto. O colonizado, tal como

[54] Guião Filho faz referência ao local onde se encontravam as mulheres que serviam aos sultões do antigo Império Otomano. Esses locais tinham grande importância na época do sultanato. Característico do antigo Império Otomano, o harém era a parte do palácio do sultão destinado às mulheres que o serviam.

antes dele o comerciante de escravos, deixa-se fascinar e capturar pelo ídolo por detrás do espelho" (MBEMBE 2014, p. 204).

A sexualização da mulher negra como resultado da colonização também foi desenvolvida na reflexão dos intelectuais negros no Brasil. O ativista negro Abdias Nascimento ao remontar às origens do mulato brasileiro, diz que o Brasil escravista herdou de Portugal a estrutura de família patriarcal, e que o preço foi pago pela mulher negra. "O desequilíbrio demográfico entre os sexos durante a escravidão, na proporção de uma mulher para cinco homens, conjugado com a relação assimétrica entre escravos e senhores, levou os últimos a um monopólio sexual das poucas mulheres existentes." (MUNANGA, 2019 p. 90)

Assim, as escravas negras eram vítimas fáceis e vulneráveis a qualquer agressão sexual do senhor branco. Elas foram dessa forma subvertidas em prostitutas como meios de renda e impedidas de manter qualquer estrutura com uma família estável. Abdias utiliza o ditado popular "branca pra casar, negra pra trabalhar, mulata pra fornicar", a fim de reforçar a ideia de que a mulher negra foi usada para prostituição.

"Já que a existência da mulata significa o produto do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que, após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original": o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definiram, ainda outra vez, seu papel social. (MUNANGA, 2019. p.94)

Guião Filho pouco reconhece a situação de violência a que estavam submetidas as mulheres negras. Seu discurso que naturaliza a posição da mulher como sexualizada e reprodutora numa sociedade patriarcal desconhece a humanidade das mesmas e sua agência, inclusive construindo famílias negras. Além disso, identificamos que, as quase três décadas que separam os livros publicados por Palmier e Guião Filho apresentam similaridade no aspecto de enaltecer figuras do poder político e eclesiásticos na formação da população gonçalense.

Todavia, há diferenças entre as obras de Palmier e Guião Filho em relação ao tema da raça: Palmier não menciona os negros em seu livro, já Guião Filho os menciona. Mas ainda que tenha citado o homem negro, o autor acaba por coisificar o negro no contexto do escravismo influenciado pelas ideologias que permearam o pensamento social brasileiro no decorrer do século XX.

Essa diferença, não menção e menção aos negros, pode ser justificada pelo contexto político e social que separou a década de 1940 e a década de 1960. Enquanto na década de 1940 houve um discurso de supressão e apagamento das raças em busca do brasileiro saudável e trabalhador ideal para a nação, na década de 1960, existiu fortemente a atuação dos ativistas negros no campo político, artístico e acadêmico no Brasil e nos EUA. (DOMINGUES, 2008).

2.3.- Escritas Contemporâneas de professores pesquisadores

2.3.1. - Os senhores de escravos viram-se mergulhados em profundo desgosto pelos prejuízos causados pela abolição da escravatura. Evadyr Molina e Salvador Mata e Silva (2010).

Evadyr Molina (1931- 1998) foi um professor gonçalense[55] Salvador da Mata e Silva (1947- 2016) também exerceu a carreira docente. Faziam parte do Núcleo de Memória Gonçalense (MEMOR) e publicaram livros sobre São Gonçalo entre 1997 e 2001. A princípio sem um caráter de instituição, o MEMOR produziu uma série de estudos "autônomos" sobre História, tendo como principais representantes os professores Helter Barcellos, Marlene Salgado, Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina, ocupantes também de cadeiras na Academia Gonçalense de Letras (AGLAC) [56]. Posteriormente uma instituição privada, o Instituto Cultural Brasil – Estado Unidos incorporou o MEMOR, que passou a oferecer ao público atividades de extensão (cursos, visitas guiadas, palestras etc.) e acesso ao acervo bibliográfico e iconográfico, coletado principalmente por Salvador da Mata e Silva. (VELOSO 2012 apud LIMA, 1999, p. 37-38).

O núcleo do Memor foi formado nos anos 80 e era composto por professores dentre os quais Mata e Molina: esse núcleo tentava construir uma identidade gonçalense através de suas publicações. O grupo foi a diversos acervos no Rio de Janeiro que na

[55]Disponível em <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/54410/evadyr-molina-um-carteiro-que-se-tornou-referencia-na-historia-de-sg.> Acesso em abril de 2022.
[56]Localizado no centro de São Gonçalo. A Academia Gonçalense possui sessenta cadeiras. Anualmente é publicado o Edital para processo de seleção dos futuros membros.

década de 90 possibilitou a publicação de três livros: São Gonçalo no Século XVI, XVII e XVIII.[57]

São Gonçalo no século XIX foi publicado apenas em 2010, já sendo falecido o professor Evadyr. A obra apresenta o histórico das fazendas e engenhos existentes à época na cidade. Os autores dedicaram o capítulo sete ao tema da escravidão. No decorrer do trabalho, ambos fizeram robusta pesquisa sobre a família e a carreira dos homens que consideraram importantes na São Gonçalo no século XIX ao passo que ao falar da escravidão, limitaram se a expor o escravizado apenas como uma necessidade econômica e de manutenção de protagonistas que fizeram a história da construção política do município.

No capítulo sete, Molina e Matta dissertam que a escravidão foi um fator importante para a região gonçalense. De acordo com os autores as fazendas eram "extensas e para cultiva-las era necessário maior número de pessoas e para isso os portugueses recorreram à escravidão" (SILVA E MOLINA, 2010 p. 103). Não obstante, ambos expõem os horrores vividos pelos escravizados "amontoados como animais nos fundos dos porões viajaram esses infelizes... aqui eram vendidos em leiloes públicos e transferidos para os engenhos dos seus compradores". (IDEM, 2010)

Neste sentido, os autores reforçam o imaginário já existente sobre o lugar social produzido para o negro, sempre vinculado à violência e justificam a escravidão como algo necessário ao desenvolvimento da cidade moderna. Igualmente colocam a abolição como um fator negativo para os "heróis" imaginados da cidade:

> Os senhores de escravos viram-se mergulhados em profundo desgosto pelos prejuízos causados pela abolição da escravatura, sem indenização pela perda do capital empatado pelo "Marfim Negro" ...) Este golpe foi tremendo em seus efeitos econômicos para São Gonçalo, pois era uma região que se constituía de um número grande de escravos. Desaparecera o braço forte da lavoura dos campos, dos engenhos, tudo para. Acabando o esplendor da vida rural gonçalense. (SILVA E MOLINA, 2010 p.105)

[57] Molina, Evadyr, e Salvador Mata e Silva. São Gonçalo no século XVI. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.Molina, Evadyr, e Salvador Mata e Silva. São Gonçalo no século XVII. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997. São Gonçalo no século XVIII. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1998.

Adiante, fazem uma conclusão pessoal, no que tange a abolição da escravatura e em como as leis abolicionistas favoreceram a população negra. Introduz no texto uma espécie de defesa de Belarmino Ricardo de Siqueira, o Barão de São Gonçalo, no que se refere à libertação dos escravizados na fazenda:

> (...) deixou terras em seu testamento a "uma lista enorme de escravos... e aos escravos que contarem a idade de 70 anos para cima. As escravas que tiveram dado 6 filhos criados. A todos os s escravos que tiveram prestado mais de 40 anos de serviços bons". Com a Lei Áurea encerra se a escravidão no Brasil. (SILVA. MOLINA 2010 p.105).

Não problematizaremos aqui sobre as condições, que para a vida do escravizado, era quase impossível de se atingir para receber a liberdade no testamento de Belarmino, este assunto deixaremos para outro momento. Nosso foco e analise limita se a escrita e ao pensamento social dos autores sobre o tema exposto no capítulo do livro. Presumimos que essa visão contraditória, ora negativa sobre o fim da escravidão para a economia gonçalense, ora positiva sobre a liberdade antecipada cedida pelo Barão, sempre na defesa da elite e modernidade gonçalense, já identificados na escrita dos dois memorialistas, tem relação direta com o imaginário dos intelectuais brasileiros criado no decorrer do século XX sobre a questão do negro no país.

O autor Marcelo Paixão, em seu livro "*A lenda da modernidade encantada*" defende a ideia de fábula da história brasileira na modernidade, "uma forma de expressar um discurso ideológico acerca do modo de funcionamento do conjunto cultural brasileiro", conceito cunhado pelo autor acerca dos intelectuais que escreveram sobre as relações étnico raciais ou a questão do negro no país, Paixão nos revela que existe um atraso no Brasil no que tange ao estudo das relações raciais, devido ao mito da democracia racial que vem como já mencionado, sendo construída e debatida desde a década de 1930.

Paixão faz citação e estudo de alguns autores de maneira a reconhecer o que poderia ter gerado esse atraso no pensamento social brasileiro e que, podemos correlacionar com a escolha de Silva e Molina sobre quem foram os "heróis" gonçalenses que privilegiaram a elite local sobre o século XIX em São Gonçalo:

> O atraso brasileiro é resultante de um vício de origem, em relação ao tipo de colonização a que fomos submetidos a chamada herança do patrimonialismo ibérico - cujas estruturas teriam sido reforçadas, ainda mais, com o

> transplante, no começo do século XIX do Estado português para o solo americano (WENECK VIANNA, 1999, p.175).

Concluímos, assim como o autor, que nosso país tentou manter seus atrasos escamoteando as questões raciais ao ressaltar apenas suas virtudes, e que moderno o Brasil só será quando reconhecer a necessidade cada vez maior do estudo das relações raciais a fim de desmistificar a ideia de democracia racial.

2.3.2.- "Até meados do século XX ainda se via na fazenda a senzala e o açoite..." Maria Nelma Carvalho Braga (2006)

Maria Nelma Carvalho Braga nasceu em São Gonçalo, no dia 04 de dezembro de 1944. Formou-se professora, em 1965 pela Escola Normal Santa Catarina, em São Gonçalo. Em 1974 terminou o curso de especialização em Ciências e Matemática, no Colégio São Gonçalo. Em 1979 iniciou o curso superior em Ciências Físicas e Biológicas, na Faculdade do Centro Educacional de Niterói (FACEN), o que não foi concluído, segundo ela, por motivos profissionais, acadêmicos e particulares. Durante os 28 anos de sua carreira como professora lecionou em diversas instituições escolares, em São Gonçalo e adjacências. Após sua aposentadoria, em 1994, Braga resolveu dedicar-se à pesquisa, especialmente à história da cidade de São Gonçalo (VELOSO 2012. p.58).

Em relação a sua trajetória de publicações, o livro *O Município de São Gonçalo e sua história (2006)* foi seu segundo trabalho em 3ª edição. Antes em 1991, escreveu "Higienistas Brasileiros" e em 2000 lançou o livro, Conhecendo meu município – A História e Geografia de São Gonçalo" Em 2005 publicou" Topônimos Gonçalenses de origem Tupi" concluído em coautoria com Marina de Oliveira Dias no ano de 2002. A autora vinculou-se a duas instituições gonçalenses: Foi eleita em 29 de junho de 1998, membro efetivo do IHGSG para ocupar a cadeira 23. E dois anos mais tarde foi eleita membro efetivo da AGLAC onde ocupa a cadeira 59.

Logo no início do livro Braga faz agradecimento pela publicação da terceira edição para membros da Prefeitura Municipal de São Gonçalo além de agradecer aos apoiadores da pesquisa, familiares e amigos. Antes de apresentar o conteúdo, a autora dedica uma página para falar diretamente com o Gonçalense sobre a importância de

amar a cidade e não se envergonhar do seu local de origem. Adiante, apresenta seu conteúdo e assim como faz Guião Filho, busca conectar a História do Brasil e de São Gonçalo. Na primeira parte da obra apresenta *história e trajetória* e na segunda parte as *conquistas e realizações* do município.

A Fazenda Engenho Novo é contextualizada no século XIX acerca da visita de Dom Pedro II as fazendas do Barão. Braga menciona a capela Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, antigo oratório da região na seção dedicada as Igrejas da cidade. (BRAGA, 2006).

É na parte dedicada a pesquisa sobre as fazendas que a autora explica a trajetória dos donos da Fazenda desde o Barão de São Gonçalo, passando pela família Serrado no século XIX chegando a Deusdérito Belmont no século XX. É nesse trajeto dos diferentes proprietários da FEN que Braga afirma que até meados do século XX, podia se ver ainda a senzala, o acoite e outros objetos que lembravam o período escravocrata. A Casagrande com seus móveis, lustres e as estatuas que ornavam o muro (BRAGA, 2006). É importante notar como a autora é sensível a reprodução da estrutura espacial e patrimonial que simbolizavam o poder senhorial e ao horror da escravidão.

A autora faz menção aos negros de São Gonçalo, mas não somente na Fazenda Engenho Novo, em *Anexo I dados complementares* dedica um tópico para explicar a formação do povo gonçalense dando destaque aos indígenas e aos negros, aos judeus gordos e ao branco (europeu). Braga oferece mais dados sobre a participação da população negra na história e formação da região do que Guião Filho, conforme trecho a seguir:

> Os negros assim como os índios, também tiveram grande participação no desenvolvimento da Freguesia de São Gonçalo. Com a chegada do branco europeu em todo território brasileiro, até então, habitado apenas pelos índios, houve a necessidade de braços fortes para o desbravamento da terra virgem que deveria dar lugar as moradias e lavouras das sesmarias depois divididas em grandes fazendas. Os índios não se adaptando a esse tipo de trabalho, foram recuando mata adentro e a falta de homens para o trabalho tornou-se cada vez mais crescente. Passaram então os senhores de fazendas e engenhos a importarem negros africanos que atendiam as suas necessidades. Esse procedimento teve inicio, em meados do século XVII, na Província do Rio de Janeiro, com o comércio de escravos vindos diretamente da África. Em São Gonçalo, essa entrada ficou por conta do governador da Província do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides, em 1660 com escravos vindos de Portugal. (BRAGA 2006, p.283)

Aqui vemos que a autora reconhece a ilegalidade do tráfico e revela outras etnias diferentes das que Guião Filho cita:

> Embora o tráfico de escravos tenha sido extinto em 1850, com a Lei Eusébio de Queiros, a escravidão perdurou ainda por muitos anos. O Brasil importou no período de 1842 a 1852, um total de 326.405 escravos, na época chamados *Peças* na sua maioria monjolos, bengueles e cabindos. Em São Gonçalo não foi diferente, e os escravos era desembarcados na Praia da Luz. Ainda Em 2003, podiam ser encontrados nas Fazendas Quintanilha, Engenho Novo e Colubandê (daquelas a que o povo tinha acesso), os objetos usados para a tortura e o castigo (masmorra) como prova concreta da presença do negro escravo em nosso município. (BRAGA 2006, p.283).

A professora fez alusão às fugas, aos maus tratos físicos e doenças dando ênfase a resistência dos cativos:

> Embora não se saiba, ao certo, a quem atribuir (se aos índios ou aos escravos, ou até aos colonizadores) os sinais da existência de tuneis próximos a algumas capelas e casarões, presume-se terem servido para fugas e esconderijos dos seus perseguidores. (...) além dos maus tratos físicos cometidos pelos senhores e capatazes contra os negros, causa maior das revoltas, fugas e também formação de quilombos. Eram os negros do território gonçalense ainda acometidos de doenças como sarampo, maleita (malária) e banzo (nostalgia mortal). Embora trabalhando de sol a sol, (do clarear ao entardecer) reuniam-se a noite, no terreiro, para dançar demonstrando assim o seu poder de superação das suas tristezas e incertezas. Apenas alguns poucos escravos, de fazendas próximas dos governos centrais, exerciam atividades remuneradas. Esses saíam em busca de água nas bicas e chafarizes públicos mais próximos e eram chamados de "negros de ganho". Outro grupo de negros que não trabalhavam na lavoura era o dos que serviam aos seus senhores no transporte, carregando ou tangendo animais que os conduziam (redes, cadeirinhas, liteiras e outros) (BRAGA, 2006. p. 284).

Vemos nesse livro, de maneira inédita, entre as publicações aqui analisadas, alguma informação sobre o pós-abolição. Diferente de Mata e Molina, que sustentam a ideia de decorrada das fazendas por não existirem mais "braços fortes", ainda que não especificamente sobre São Gonçalo, a autora menciona a substituição da mão-de-obra escrava pela europeia.

> Após a abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, muitos negros fugiram para a liberdade, enquanto outros aguardavam dos seus senhores a sua alforria (carta de libertação). Fugidos e inexperientes, acabaramjuntando-se aos bandos (em grupos), dando origem assim aos mocambos ou quilombos. Os Quilombolas (como eram chamados), embora libertos, tinham que obedecer a um chefe comum (Zumbi).
> (...) antes mesmo da Abolição dos Escravos, já alguns fazendeiros vinham, gradativamente, substituindo os negros pelos europeus que partiam de seus países de origem à procura de uma vida nova. (BRAGA, 2006 p.284).

Ainda sobre o pós-abolição:

> Embora não mais escravos, por trás dos trabalhos nas lavouras estavam os negros, provando assim, na história do desenvolvimento do Brasil, ser o negro uma raça forte, trabalhadora e ordeira e que muito contribuiu para o engrandecimento e o progresso do nosso país desde quando foi trazido para cá. (BRAGA, 2006. p.285)

Concluímos que, apesar de Braga incluir mais elementos históricos sobre a agência negra no município, ao falar das fugas e formação dos quilombos, manteve o discurso da importância destes em nome do progresso caracterizando-os como uma raça forte e ordeira denotando, assim como Mata e Molina, uma ideia de submissão.

Entre 1940 e 2000, os empreendedores de memória da história e memória de São Gonçalo produziram uma narrativa embranquecida sobre a cidade. As narrativas naturalizam a imagem e representação do negro-escravo, e pouca margem deram para a percepção da agência dos atores sociais afro-brasileiros que são constitutivos da história do município, uma vez que representam cerca de 55% de sua população segundo dados último censo do IBGE. Quase todas essas representações do passado gonçalense esteve alicerçada na perpetuação de uma memória senhorial do município associada ao progresso e à benevolência da aristocracia local. O Barão de São Gonçalo e a Fazenda Engenho Novo rapidamente são alçadas ao centro dessa memória local. Patrocinadas pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, esses intelectuais inseriam a cidade na história nacional reforçando a imagem de modernidade e modernização projetada e almejada pelo poder público, e associou a cultura negra ao atraso e ao passado.

Neste sentido, sugerimos que novas abordagens sobre a temática do cativeiro e da liberdade, do pós-abolição e da população negra, seja algo vital e orgânico em São Gonçalo, pois interessa entender sobre a ancestralidade de uma população que enfrenta os reflexos das desigualdades sociais geradas desde a abolição da escravatura até os dias atuais, não somente na zona rural do atual bairro de Monjolos onde se localiza e FEN, como também nas periferias da cidade. E, nesse sentido, a História Oral com atores negros é central para o reconhecimento das tradições negras socialmente vivas no município e ajudam a iluminar os processos de transformação ocorridos no território gonçalense.

No próximo capítulo, mostraremos como a memória negra silenciada na historiografia oficial constitui um dos lócus centrais para compreensão das

transformações da cidade na república e no tempo presente. Elas mostram como as famílias negras se constituíram e conquistaram a cidadania na dissolução da sociedade escravista-senhorial fluminense.

3- Cativeiro e "Liberdade" nas terras da Fazenda Engenho Novo: História Oral e memória negra em São Gonçalo

Iniciamos aqui nosso terceiro e último capítulo que objetiva apresentar ao leitor a Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva e as entrevistas de História Oral concedidas por eles aos pesquisadores do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo no ano de 2021.[58] Ambos evidenciaram uma memória negra na Fazenda Engenho Novo e suas narrativas discorrem sobre a dinâmica das relações políticas e de trabalho que se estenderam na região desde o pós-abolição aos dias atuais.

Acerca dessas memórias sobre o cativeiro e a liberdade de seus antepassados as caracterizamos como uma "memória de tabela". O conceito que foi utilizado por Michel Pollack (1989, 1992) para identificar memórias compartilhadas por uma comunidade, definindo sua identidade social, mas que não foram vivenciadas diretamente pelos atores que narram os eventos. No contexto dessa pesquisa, tem-se a narrativa do cativeiro e liberdade evidenciada por essas duas famílias de afrodescendentes na região da Fazenda Engenho Novo.

Dividimos esse capítulo por seções para melhor compreensão do leitor: Na seção *3.1* apresentamos um breve histórico do desenvolvimento e uso da História Oral e de trabalhos que versam sobre a memória do cativeiro e da liberdade no Brasil bem como a importância desse método e estudos para essa pesquisa.

Na seção *3.2* apresentamos trechos do relato de Alfredo Pinheiro da Silva, que além da entrevista, apresentou documentos (jornalísticos, iconográficos, videográficos, cartoriais e trabalhistas) relativos à Silvestre Pinheiro da Silva (seu avô) e Joaquim Pinheiro da Silva (seu pai), o que possibilitou um cruzamento da fonte oral com um tempo não vivido por Silva. Na seção *3.3* apresentamos trechos do relato de Marcolina

---

[58] As entrevistas com Marcolina Alexandrina da Silva foram realizadas em 13 de janeiro de 2021, registro em áudio com duração de 50 minutos, e em 13 de outubro de 2021, registro audiovisual com duração de 50 minutos. A mesma, ainda que debilitada por problemas de saúde, recebeu com o apoio da família, os pesquisadores Naila Regina da Silva Martins, Juliana Duarte dos Santos Bernardo, Daniele Gonçalves Fontoura e Daiana Sousa Santiago respectivamente. Não só Marcolina Alexandrina como seu filho e sua neta, Valter Ataliba Pereira da Silva e Camila Pereira da Silva Marins apoiam a iniciativa do coletivo organizado na esperança de ver a Fazenda Engenho Novo, local em que viveram seus antepassados, revitalizada e registrada a sua história familiar. Alfredo Pinheiro da Silva concedeu entrevista audiovisual para a pesquisadora Daiana Sousa Santiago e ao assistente social Marcelo Iname Monção em 04 de agosto de 2021com duração de aproximadamente 120 minutos. O mesmo é o único remanescente da família Silva que ainda reside no entorno da Fazenda Engenho Novo.

Alexandrina da Silva, a memória dela sobre sua bisavó Marcolina Maria da Conceição e sua trajetória social e política na luta por educação em meio à comunidade rural do atual bairro de Monjolos.

3.1.- História Oral e Memória do cativeiro e liberdade

A História Oral foi introduzida no Brasil na década de 1970, mas, somente nos anos 90 houve expansão de sua utilização de maneira mais expressiva enquanto método nos cursos de pós-graduação e seminários. Nesse período, pesquisadores brasileiros e estrangeiros puderam trocar suas experiências. Na década de 1990, foi criada a Associação Brasileira de História Oral (1994) e ocorreram no mesmo ano dois encontros nacionais de História Oral sendo o primeiro realizado em São Paulo, e o segundo realizado no RJ, sob a coordenação geral do CPDOC. O terceiro encontro ocorreu logo em seguida, no ano de 1996, na cidade de Campinas.

Esses encontros objetivaram promover uma discussão aprofundada sobre o uso da metodologia de História Oral e permitir um maior conhecimento da abrangência da pesquisa com fontes orais, agregar os pesquisadores de maneira a viabilizar um intercâmbio acadêmico e criar uma regularidade na troca de informações (MORAES, 1994). Desde o inicio existiu uma forte presença da comunidade acadêmica nesses encontros em que eram debatidos questões metodológicas, etnicidade, instituições, elites e militares, questões de gênero, trabalho e trabalhadores e constituições de acervo. (FERREIRA E AMADO, 2006).

Os primeiros programas de História Oral surgiram na Universidade Federal de Santa Catarina e no Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tais programas investigaram o estudo da política regional e das elites políticas do Brasil.

A inovação desses programas foi à utilização do gravador a partir da relação entre pesquisador e depoente e a construção de acervos de depoimentos de história de vida de representantes da política nacional. Na década anterior (anos 80) jovens pesquisadores começaram a produzir suas pesquisas utilizando a História Oral e investigando temáticas até então pouco pesquisadas nas academias. Dentre elas "a classe trabalhadora brasileira, a história dos bairros, as minorias e grupos discriminados

como negros e mulheres". Mas devido à dispersão e a dificuldades de organizar acervos existiu perda das fontes (MORAES,1994).

Apesar de alguns avanços feitos até aquela década não existia nos programas de pós-graduação discussões mais densas acerca da metodologia da História Oral. Em 1994, Janaina Amado e Marieta de Morais Ferreira publicaram uma coletânea dedicada a reunir ensaios acadêmicos de historiadores dedicados a pensar a História Oral como Ítalo Calvino, Giovani Levi e Pierre Bourdieu. Os textos versaram sobre a História Oral enquanto metodologia numa dimensão técnica, mas, sobretudo numa dimensão teórica-metodológica. Era a primeira vez que se traduzira autores de diversas nacionalidades e com diferentes interpretações acerca do tema. As autoras buscaram demarcar três pontos cruciais: as relações entre memória e história e história do tempo presente, organização de acervos e principais conceitos e estilos de investigação e tipos de entrevista e formas de narrar autobiografias.

Ao reunir textos distintos e até contraditórios entre si, existia uma ideia fundamental que interligava os textos: a de que a História Oral inaugurou técnicas especificas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos.

As autoras defenderam a História Oral não como uma teoria, mas, como uma metodologia que apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho cujo testemunho oral representa o núcleo da investigação que faz o historiador ampliar o campo investigativo e pensar nas relações entre a escrita e a oralidade, memória e história ou ainda tradição oral e história.

Outras conclusões importantes das autoras para essa pesquisa são: as de que o uso do testemunho oral esclarece trajetórias individuais que não tem como ser entendidos de outra maneira; a geração de documentos é o resultado entre entrevistador e entrevistado e não numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa até então comum na elaboração de trabalhos históricos; as entrevistas são legitimadas como fontes, seja por seu valor informativo ou simbólico; a historia do tempo presente é legitimada como objeto de pesquisa e reflexão histórica; o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por meio da memória dos informantes (nesse sentido a memória norteia as analises teóricas e metodológicas históricas); e por fim a narrativa, a forma e organização do discurso, pode acarretar mudanças de perspectiva revolucionárias para o trabalho histórico.

Outra obra relevante para as análises da memória e da narrativa presente nas entrevistas de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva aqui expostos é a obra *Ouvir Contar* de Verena Alberti publicado no ano de 2004, para a Alberti a História Oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis cujas representações são tão reais quanto meios de transporte. De acordo com a autora:

> Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como "construções" desprovidas de relação com a realidade" (ALBERTI, 2004, p.10).

Dessa forma, (ALBERTI apud OLIVEIRA 2021, p. 241) em diálogo com as análises de Michael Pollak e com a hermenêutica histórica, considera que a História Oral, mais do que compor um quadro de evidências do passado que foram desconsiderados na História, participa de um trabalho narrativo. Nas entrevistas, ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido; ao contar, a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade.

Nesse sentido, o trabalho de memória fica registrado de forma interativa e documenta um resíduo de ação: a relação entre o entrevistado e entrevistador. Nesse trabalho, a memória é vista como "fato, como algo que pode incidir sobre a realidade e causar mudanças e cujo documento da História Oral privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu". Assim, conclui que o passado só "retorna" através de trabalhos de sínteses de memória onde só é possível recuperar o vivido pelo viés concebido (ALBERTI, 2004, p. 17)

Tendo em vista esses referenciais sobre a metodologia de História Oral, considera-se que a mesma constitui, conforme já referenciado no capítulo um, uma prática de *shared autority* na elaboração das análises históricas. Segundo Michel Frish (2016), a noção de história pública é um dos aportes que tem permitindo requalificar as práticas historiográficas, a partir de lugares não convencionais e diferentes dos acadêmicos. E a noção de shared autority (autoridade compartilhada) tem sido apropriada em diferentes contextos para perceber e também estabelecer novas articulações na construção do conhecimento histórico.

Em História Pública e Debate (2018) Almeida e Meneses sinalizam que sob o impulso de um sentimento histórico profundo, a história enquanto conhecimento complexo extrapolou as fronteiras acadêmicas e vem sendo demandadas e construídas por diversos sujeitos sociais considerando as questões do tempo presente e as preocupações que reagem as diversidades de gênero, etnias, políticas e culturas.

Nessa perspectiva a pesquisa desenvolvida pelo Movimento Fazenda Engenho Novo, constitui uma prática de história pública com os moradores da Fazenda Engenho Novo, produzindo uma narrativa para a cidade de São Gonçalo, para promover a educação antirracista e evidenciar as memórias negras do município.

Nesse sentido, uma bibliografia essencial para essa dissertação é o livro "Memórias do cativeiro: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição" de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios (2005), primeiramente porque enfoca a experiência, a memória e a narrativa de descendentes de escravos e libertos no pós-abolição em antigas áreas do Centro-Sul cafeeiro do país. Outra contribuição desse trabalho se refere à construção do pós-abolição como problema histórico investigando o apagamento, silenciamento e falta de registros desse período no Brasil no que se refere a fontes orais dos libertos.

As autoras foram buscar, num campesinato negro nascido nas primeiras décadas do século XX, uma memória familiar da experiência da escravidão e da abolição. A incorporação do conceito do escravo como agente foi talvez o que tenha permitido a rica revisão historiográfica da literatura sobre a temática do pós-abolição. Desde a década de 1970 existiu um rompimento de paradigmas estruturalistas que possibilitou a transferência das pesquisas para o papel dos próprios escravos e uma ampliação para os estudos do pós-emancipação a formação do campesinato negro. Nos anos 80, em especial no período das comemorações do centenário da abolição em 1988 apareceram diversos trabalhos nesse sentido.

Como destaque de trabalhos que versaram sobre a temática no centenário do pós-abolição podemos mencionar novamente a pratica de História Oral de Beatriz Nascimento. Na práxis articulada no movimento negro contemporâneo e às margens da academia, que rejeitava as epistemologias do feminismo e do antirracismo construídas na sua militância, Beatriz Nascimento elaborou uma série de comunicações e pesquisas que tinham como centro a reflexão da história do negro na formação social e política do Brasil (OLIVEIRA, 2021).

Para Ratts, o trabalho de campo e a história oral teriam um papel central na pesquisa de Beatriz Nascimento sobre o "quilombo", num diálogo que criticava a academia por congelar o conhecimento sobre os aquilombados no passado escravista e que se aproximava de outras perspectivas anunciadas pelo movimento negro (RATTS, 2006 apud OLIVEIRA p. 2021 p.245).

Essa mudança de perspectiva implicou uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos. O escravo que emergia da nova história social da escravidão tinha adquirido família, vida cultural e vendia bens e serviços por conta própria (MATTOS, RIOS 2005, p.26).

As autoras evidenciam que foi a historiografia do pós-emancipação no Caribe que primeiramente explorou esses aspectos que privilegiavam a ação dos libertos através de temáticas de cunho antropológico como, por exemplo, a vida familiar e o parentesco. Tais pesquisas não apenas no Caribe, mas nos Estados Unidos e no Brasil possibilitaram uma reavaliação dos estudos históricos acerca da ideia de "herança da escravidão dando a percepção de que a construção das identidades raciais negras nas Américas não se fez como contrapartida direta da violência intrínseca a ordem escravista." (MATTOS, RIOS 2005 p.29). Ainda para elas:

> Trata-se de reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania nos novos países que surgiam das antigas colônias escravistas. E que por sua vez, a definição e o alcance desses direitos estiveram diretamente relacionados com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais. Nesse sentido, a historicidade das identidades e classificações raciais tornou-se questão central para o entendimento dos processos de emancipação escrava e das formas como as populações afrodescendentes e as sociedades pós-emancipação lidaram culturalmente com os significados da memória do cativeiro. (...) Desse modo, os recentes estudos sobre o pós emancipação têm contribuído para questionar o mais duradouro dos postulados Freyre/Tannenbaum, o de que a situação do "negro" é resultado, pura e simplesmente, da herança da escravidão (MATTOS, RIOS 2005 p.29).

Assim, buscou-se recuperar a historicidade dos diferentes desdobramentos em relação as relações de trabalho, às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos para as populações libertas e as formas de racialização das novas relações sociais econômicas e políticas do Brasil no pós-abolição.

Esses trabalhos colaboraram na reflexão do estudo aqui proposto, tanto para o trabalho de resgate dessa oralidade negra no contexto de atuação do movimento social

quanto no contexto microrregional da Fazenda Engenho Novo, inclusive no titulo da dissertação “Cativeiro e Liberdade” a fim de demarcar uma periodização presente na fala dos nossos entrevistados. Ao falarem de avô e bisavó respectivamente Alfredo e Marcolina, situam “um antes e depois da escravidão” que mudou a condição social de seus familiares. Consideramos este, um resultado inicial de pesquisa para atestar que a memória negra existe e resiste nas terras da Fazenda.

3.2.- “Meu avô foi cem por cento escravo, meu pai foi noventa por cento”: O relato de Alfredo Pinheiro da Silva.

Alfredo Pinheiro da Silva nasceu em vinte seis de outubro de 1956 em São Gonçalo (RJ). Filho de Maria Alice do Amor Divino (uma descendente de italianos com portugueses) e de Joaquim Pinheiro da Silva (de origem africana) é um dos sitiantes da Fazenda Engenho Novo e herdou a posição de seu pai Joaquim Pinheiro da Silva – filho de Silvestre Pinheiro da Silva - liberto que se estabeleceu como arrendatário no sítio “Engenho Novo” nome escolhido por ele em homenagem a Fazenda, na condição de lavrador.

Penúltimo a nascer dos vinte filhos nascidos do casal, segundo relato de sua mãe Maria Alice, nasceu em casa ao lado da Fazenda Engenho Novo situada na Estrada de Santa Fé no atual bairro de Monjolos 3° distrito do município de São Gonçalo. Sua trajetória e memória estão conectadas desde o seu nascimento a Fazenda Engenho Novo e a história de resistência de seu pai e avô para permanecerem nas terras que atualmente fazem parte do assentamento rural Fazenda Engenho Novo.

Sr. Alfredo e eu nos conhecemos especificamente no dia 19 de novembro de 2019 num café da manhã realizado pelo Movimento Ocupa pouco antes da escrita do projeto. Sem qualquer script, espontaneamente ele olhou para mim e disse: “Você quer conhecer a história dessa Fazenda? Então vem cá que eu vou te contar!” E fomos. Foi à primeira visita guiada que fiz pelas ruínas, ele me contou um pouco sobre a história de seu pai e avô e me apresentou as ruínas da casa grande a senzala, o moinho, e a capela. Andou comigo por parte do lote 32 com grande simpatia e entusiasmo.

Mas aquele foi um evento de algumas horas, com hora pra acabar, trocamos telefones e só. Naquele momento, o Movimento Ocupa e o formato cultural de realizações e atuação que tem hoje ainda era só uma ideia na cabeça dos membros. Ficamos afastados e sem contato durante o ano de 2020 por causa da pandemia e porque ele havia trocado de número de telefone, mas retomamos o dialogo via whatsapp nos primeiros meses de 2021.

Percebíamos coletivamente que quanto mais aprofundávamos a investigação sobre os escravizados e libertos da Fazenda Engenho Novo por meio do inventário e do testamento do Belarmino Ricardo Siqueira arquivados no Acervo do Museu da justiça do Rio de Janeiro, mais precisávamos e queríamos a oralidade do Alfredo para entender aquele processo histórico e ao mesmo tempo dar o devido protagonismo as famílias afrodescendentes que ali resistiram.

Assim, nos reaproximamos, e voltamos a conversar de forma mais densa, foi o momento em que percebi que informação e conhecimento não são sinônimos, a historia que ele passou a me relatar foi, como a descoberta de um mapa porque ele foi me revelando a conta-gotas os caminhos e como chegar ao entendimento do que aconteceu com sua família e com a história da região.

A essa altura eu já sabia que iria trabalhar com ele principalmente porque ele queria falar e à medida que o Movimento Ocupa realizava ações na Fazenda Engenho Novo no ano de 2021 ele ia sentindo mais confiança no coletivo e em mim. Nesse sentido, a primeira surpresa para essa pesquisa foi a de que Alfredo além de seu relato mantem guardado documentos centenários de sua família e desde a década de 1970 até os dias atuais ele adquire todo tipo de matéria de jornal que é publicado sobre a Fazenda Engenho Novo.

Não é a primeira vez que Alfredo será citado num trabalho acadêmico, em 2015, Cristiane Valladares conversou com Alfredo e citou sua “descendência de escravos”, em sua dissertação de mestrado. A pesquisadora deu ênfase à memória coletiva dos assentados e suas diferentes origens no espaço rural que forma o assentamento bem como sua potencialidade turística.

Essa determinação em falar para pesquisadores ou a quem quiser ouvir sobre suas raízes caminha juntamente ao desejo de ver a Fazenda Engenho Novo preservada. A prática em guardar documentos e colecionar jornais sobre seu lugar de origem parece estar intimamente ligada não só a luta de seus ancestrais para sobreviverem no pós-

abolição, como também a uma ligação afetiva em relação ao conjunto arquitetônico da Fazenda, hoje em ruínas, porque outrora significou para Alfredo mais que um pertencimento, mas o significado de sua própria existência.

Segundo Alfredo, Maria Alice, sua mãe, contava que, quando criança, ele ficou três dias doente em cima da cama. “Não chorava, não andava e não falava” (SILVA, 2021) e que Maria Alice, que era espirita, o levou a um centro e recebeu a informação da mãe-de-santo de que era necessário batiza-lo para que ele sobrevivesse. Seguindo o conselho da autoridade espiritual, Maria Alice assim o fez, batizou o pequeno Alfredo na capela de Nossa Senhora da Conceição dos Cordeiros que ficava dentro da Fazenda Engenho Novo. Logo depois “não passaram três dias eu voltei a falar, comecei a chorar e com pouco tempo comecei a andar, depois do batismo, como eu falei me batizei até de camisola” (SILVA, 2021)

Atualmente, Alfredo Pinheiro da Silva é membro atuante do coletivo Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo e participou de todas as atividades e visitas guiadas que o movimento social realizou entre os anos de 2021 e 2022. Aos visitantes, Alfredo dá detalhes sobre a história das ruínas especialmente uma ênfase as construções feitas pelos escravizados.

Não pretendo nessa pesquisa analisar toda documentação e matérias de jornal entregues por ele a mim, o esforço em expô-los tem duas finalidades: a primeira e mais obvia é que eles se mostraram uteis em detalhes sobre a história dos trabalhadores do atual assentamento rural Fazenda Engenho Novo e remontam vestígios sobre a história do pós-abolição na região tendo seu pai Joaquim Pinheiro da Silva relatado em diversos jornais às origens de sua família e referencias ao período escravocrata. A segunda é porque eles fazem parte da narrativa e da memória do nosso entrevistado. Quando Alfredo nos conta sua própria historia e de seus antepassados, se baseia em sua memória, mas também nessa documentação conhecida por ele há seis décadas.

Ilustração 5 – Alfredo Pinheiro da Silva e sua família.

Alfredo ao centro com parte de seus irmãos e seu pai Joaquim Pinheiro da Silva à esquerda.



Sem data. Acervo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva.

Os trechos da oralidade de Alfredo estão apresentados em duas partes: a memória sobre o avô Silvestre Pinheiro da Silva e o pai Joaquim Pinheiro da Silva vinculada a questão da escravidão e da liberdade respectivamente, e o tempo da *muvuca* que foi o conflito entre grileiros e os antigos posseiros da região, situação que marcou a segunda metade do século XX na zona rural do município de São Gonçalo. As reportagens complementam e conectam sua fala. Assim sistematizamos porque é o que ele deixa mais evidente em sua oralidade.

3.2.1- Silvestre Pinheiro da Silva: da libertação do cativeiro ao paternalismo senhorial

Não sabemos a data de nascimento do Senhor Silvestre Pinheiro da Silva, o que Alfredo nos relata é que seu avô foi liberto pela lei áurea de 1888 e a partir daí permaneceu nas terras da Fazenda Engenho Novo. Constituiu família e tocou lavoura, era um homem habilidoso (músico, carpinteiro), sobre as origens do avô assim Alfredo destaca:

> **Daiana**: Então seu avô foi um homem escravizado?
> **Alfredo**: Meu avô foi escravo mesmo, foi escravo legítimo, como a senhora perguntou naquela época, eu não sei como ele veio parar aqui não sei se foi através do senhor Ennes que trocava escravo por mercadoria, mantimento, na época no início né que levava mantimento e colhia talvez da propriedade aqui da roça que era muito lavrador chamava se lavrador, hoje é agricultor, tinha

> uma lotação que eu já comentei com a senhora num áudio anterior uns 2 meses atrás, 4 meses mais ou menos, ele levava aquela lotação cheia de mantimentos, trocava por armas lá na África do Sul, e de lá trazia armas e escravos, eu tenho uma leve desconfiança, eu não perguntei ao meu pai, também eu também era criança e tal, a gente tinha um medo do velho danado né, não tinha liberdade de chegar à intimidade e perguntar com medo de levar fora, talvez se ele soubesse responder e tal. (SILVA, 2021).

Silvestre foi para a Fazenda Engenho Novo quando tinha 18 anos servir como um escravo mordomo[59] ao Barão de São Gonçalo e viveu até os 88 anos de idade[60], o hábito que Alfredo tem de guardar documentos, em especial os recibos de arrendamento que provam a antiguidade dos Pinheiro da Silva na Fazenda, é um hábito familiar e foi uma maneira de atestar o direito a permanecer nas terras da Fazenda. Abaixo destacamos os recibos mais antigos preservados por Alfredo comprovando que Silvestre Pinheiro pagava anualmente o aluguel das terras desde o inicio do século XX.

Ilustração 6 – Recibos de Arrendamento de Silvestre Pinheiro da Silva 1911, 1902, 1903



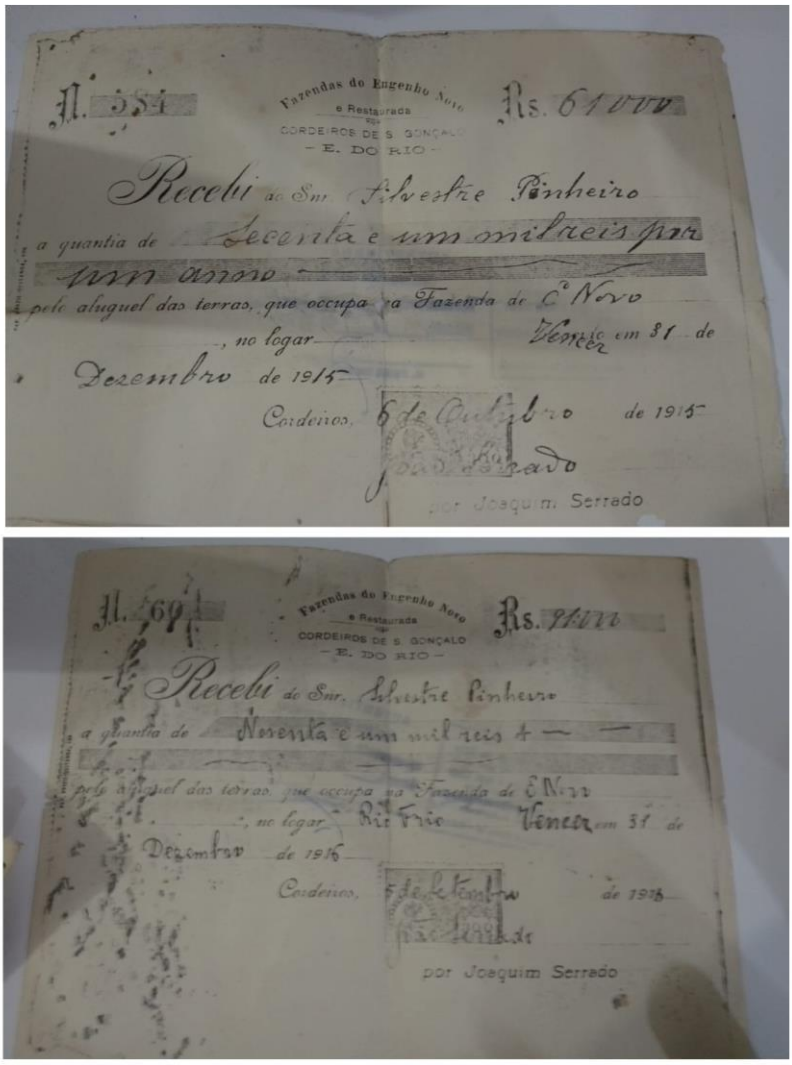
Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva.

[59] COURI, Thiago: Lavrador comemora um século de vida. Jornal O São Gonçalo, 26 de março de 2002. Em matéria de 2003 do Jornal o São Gonçalo na data de 15 de julho p. 4 Joaquim menciona que Silvestre foi para a Fazenda aos 10 anos de idade.

[60] Sem identificação de autor: Triste história de um velho lavrador. Jornal O Globo – Seção Caderno de Niterói, domingo, 09/11/1986.

Ilustrações 7 e 8 - Recibos de Arrendamento de Silvestre Pinheiro da Silva 1915/1916

Transcrição: Recebi de Silvestre Pinheiro da Silva a quantia de (...) mil réis pelo aluguel das terras que ocupa na Fazenda Engenho Novo no logar vencido em (...) 1911, 1902, 1903, 1915 e 1916. Os recibos foram assinados pelo Coronel Joaquim Serrado.



Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva.

Ilustração 9- Cópia de recibo de arrendamento de terras de Silvestre Pinheiro da Silva (1907) demonstram o cuidado de Alfredo Pinheiro em preservar a documentação de Silvestre.

.



Arquivo Pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva.

Daiana: Qual a relação do senhor do seu pai e do seu avô com a fazenda engenho novo? O senhor pode contar um pouco sobre sua ancestralidade em relação ao tempo da escravidão?
Alfredo: Meu pai contava que trabalhava na Fazenda Engenho Novo com meu avô com 10 anos de idade, no começo da vida do meu pai na FEN, começou do meu pai pra ele, trabalhava com meu avô, cuidava de laranjeira e serviços gerais, o serviço que meu avô segundo meu pai dizia, era músico, era carpinteiro, trabalhava em carpintaria, inclusive, tinha uma mala de ferramenta, só ferramenta cara que hoje não se acha mais daquela época e consequentemente meu pai prestava o serviço aqui, prestava serviço aqui depois da libertação né, meu avô, aliás, depois da libertação, aí conclusão: quando foi com 18 anos de idade, meu pai dizia que liberou ele com 18 anos de idade, meu pai começou a assumir o sítio na fazenda, trabalhando lá, depois trabalhava com meu avô e tal. (IDEM 2021).

No relato de Alfredo Pinheiro da Silva, a terra e a propriedade aparecem como um direito constituído desde a época da "libertação"; uma referência sobre a memória do cativeiro e da libertação na fazenda. Diferente do relato de migração e deslocamento dos trabalhadores negros na crise do sistema escravista, "seu Silvestre" se fixou na região da Fazenda Engenho Novo, realizando serviços locais e garantindo acesso a terra na condição de lavrador. (SANTIAGO, OLIVEIRA 2022. p.130). Essa memoria também se refere às estratégias de negociação e sobrevivência da sua família no pós-abolição frente aos grandes latifundiários donos da Fazenda.

Weimer (2015) ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o pós-abolição identificou que as pesquisas acadêmicas acerca dos itinerários negros no meio rural ganharam força a partir de 1990, como o caso de Schwartz (2001) que estudou os libertos como sujeitos ativos que buscavam interesses próprios e demonstrou que eles tinham experiências sociais e culturais para além da vitimização oriunda da experiência do cativeiro. Para o autor, os estudos recentes do pós-abolição tendem a ressaltar a diversidade regional e as diferentes situações vividas pelos libertos, em lugar de propor uma leitura generalizante e unívoca (WEIMER, 2015 p. 22). Essa diversidade de estudos compõem um mosaico de experiências de vida, ocupações e atividades empenhadas pelos antigos escravos tanto no meio rural quanto aqueles que migraram para o meio urbano.

No caso de Silvestre sua condição de arrendatário na Fazenda Engenho Novo foi construída na passagem do século XIX e XX, quando os senhores de terra e escravos tentavam garantir força de trabalho para a manutenção da economia agrária, fazendo concessões aos trabalhadores escravizados e libertos, num sistema social em crise. Após a abolição essa condição de dependência a que Mattos e Rios (2005) chamaram de "paternalismo senhorial" se atualizou, constituindo uma das chaves para interpretação das relações sociais na localidade.

Marcia Motta (1989), que estudou as freguesias do munícipio de São Gonçalo em fins do século XIX, evidenciou que na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Cordeiros, onde a fazenda Engenho Novo se localiza, "os grandes proprietários mantiveram o controle socioeconômico local ao reforçarem a pratica do arrendamento de parcelas de terra, conservando o monopólio de comercialização e do financiamento da produção" (MOTTA, 1989 p. 160).

Após a abolição e a consequente incorporação de ex-cativos ao novo mercado de trabalho, construiu-se uma reserva de mão-de-obra que satisfazia as necessidades da região. De acordo com Motta:

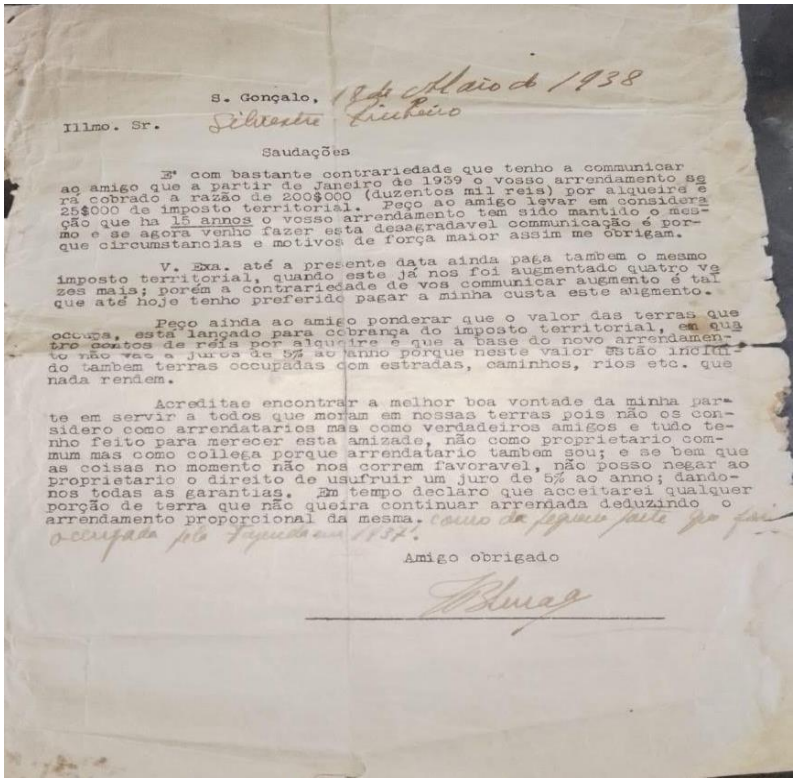
> No principio do século, após o processo de autonomia administrativa da região, o então município de São Gonçalo, tornava-se o "município fruticultor por excelência do Brasil", sendo as frutas a sua principal fonte de renda (...). A transição do trabalho escravo para o trabalho livre não havia colocado em perigo a perpetuação do poder da classe dominante local. A existência de uma fronteira fechada[61] criava as condições necessárias para a incorporação da população livre local. (MOTTA, 1989 p.168)

Percebemos assim, que Silvestre permaneceu nas terras devido à alta demanda de trabalho e pela necessidade de mão-de-obra especializada. Como evidenciado por Alfredo, seu avô era um homem que tinha diversas habilidades para o trabalho no campo e constituiu família na localidade.

Além da oralidade, os documentos guardados por Alfredo Silva demarcam a posição de sitiante e arrendatário, delimitando a linguagem do paternalismo senhorial que atravessou as narrativas do meio rural fluminense, e evidenciam a ressignificação desses vínculos senhoriais na luta pelos direitos e autonomia das famílias que trabalhavam na Fazenda Engenho Novo. (SANTIAGO, OLIVEIRA 2022. p.130) Apresentamos aqui uma carta endereçada a Silvestre Pinheiro, em 1938.

[61] A autora define a freguesia de Nossa Senhora Conceição dos Cordeiros como uma área de fronteira fechada por ter possuído as seguintes características após a abolição: Constituiu-se em uma área de ocupação antiga; revelou uma alta densidade demográfica; situava-se próximo ao mercado consumidor e/ou centro urbano; o monopólio da terra pertenceu a uma minoria e aqueles que a possuíam buscavam assegurar sua posse e os despossuídos tentavam manter sua autonomia frente aos detentores do principal meio de produção da agricultura (MOTTA, 1989. p.59).

Ilustração 10 - Carta ao Sr. Silvestre, em 18/05/1938.



S. Gonçalo, 18 de Maio de 1938

Illmo. Sr. Silvestre Pinheiro

Saudações

E' com bastante contrariedade que tenho a communicar ao amigo que a partir de Janeiro de 1939 o vosso arrendamento será cobrado a razão de 200$000 (duzentos mil reis) por alqueire e 25$000 de imposto territorial. Peço ao amigo levar em consideração que ha 15 annos o vosso arrendamento tem sido mantido o mesmo e se agora venho fazer esta desagradavel communicação é porque circumstancias e motivos de força maior assim me obrigam.

V. Exa. até a presente data ainda paga tambem o mesmo imposto territorial, quando este já nos foi augmentado quatro vezes mais; porém a contrariedade de vos communicar augmento é tal que até hoje tenho preferido pagar a minha custa este augmento.

Peço ainda ao amigo ponderar que o valor das terras que ocupa, está lançado para cobrança do imposto territorial, em quatro contos de réis por alqueire e que a base do novo arrendamento não vas a juros de 5% ao anno porque neste valor estão incluido tambem terras occupadas com estradas, caminhos, rios etc. que nada rendem.

Acreditae encontrar a melhor boa vontade da minha parte em servir a todos que moram em nossas terras pois não os considero como arrendatarios mas como verdadeiros amigos e tudo tenho feito para merecer esta amizade, não como proprietario commum mas como collega porque arrendatario tambem sou; e se bem que as coisas no momento não nos correm favoravel, não posso negar ao proprietario o direito de usufruir um juro de 5% ao anno; dando-nos todas as garantias. Em tempo declaro que acceitarei qualquer porção de terra que não queira continuar arrendada deduzindo o arrendamento proporcional da mesma. como de [illegible] parte foi occupada pela Fazenda em 1937.

Amigo obrigado

Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva.

Para melhor compreensão apresentamos abaixo a transcrição da carta:

Ilmo. Sr. Silvestre Pinheiro

Saudações

É com bastante contrariedade que venho comunicar ao amigo que a partir de Janeiro de 1939 o vosso arrendamento será cobrando a razão de 200$000 (duzentos mil réis) por alqueire e 25$000 de imposto territorial. Peço ao amigo levar em consideração que há 15 anos o vosso arrendamento tem sido mantido o mesmo e se agora venho fazer essa desagradável comunicação é porque circunstancias e motivos de força maior assim me obrigam.

V.Excia até a presente data ainda paga também o mesmo imposto territorial, quando este já nos foi aumentado quatro vezes mais; porém a contrariedade de vos comunicar aumento é tal que até hoje tenho preferido pagar a minha custa este aumento.

Peço ainda ao amigo ponderar que o valor das terras que ocupa, está lançado para a cobrança do imposto territorial em que ocupa, em quatro contos de réis por alqueire e que a base do novo arrendamento não vai a juros de 5% ao ano porque neste valor estão incluído também terras ocupadas com estradas, caminhos, rios, etc. que nada rendem.

> Acredita encontrar a melhor boa vontade minha parte em servir a todos que moram em nossas terras pois não os considero como arrendatários mas como verdadeiros amigos e tudo tenho feito para merecer esta amizade, não como proprietário comum, mas como colega porque arrendatário também sou; e se bem que as coisas no momento não nos correm favorável, não posso negar ao proprietário o direito de usufruir um juro de 5% ao ano; dando-nos todas as garantias. Em tempo declaro que aceitarei qualquer porção de terra que não queira continuar arrendada deduzindo o arrendamento proporcional da mesma.
>
> Amigo obrigado (CARTA...,1938)

A carta foi escrita por Bhaltazar Serrado, filho do coronel Serrado e que estabelece a conexão entre a identidade familiar negra, a partir da posição e liberdade alcançada por Silvestre Pinheiro. A carta reproduz um discurso onde Balthazar Serrado se descreve como "amigo", em que se evidencia a "boa vontade" com Silvestre Pinheiro, e demarca o fato do arrendamento das terras não serem reajustados há 15 anos.

No documento identificamos que, existe a ameaça de que a terra cultivada pela família de Silvestre Pinheiro seria retirada de sua posse caso o arrendamento majorado não fosse pago; o final da carta é conclusivo quando sugere que aceitará "qualquer porção de terra que não queira continuar arrendando".

A missiva de Bhaltazar Serra evidencia como era tênue a liberdade e autonomia no meio rural gonçalense. Nesse sentido, Hebe Mattos (2013) analisou como a crise do sistema escravista a partir da segunda metade do século XIX, criou novas condições para a conquista de liberdade dos trabalhadores escravizados e libertos. Estes buscaram fixar-se na terra e construir suas comunidades e famílias.

Os grandes latifundiários buscaram manter a propriedade agrícola, limitar o acesso a terra, e renovar as formas de exploração da força de trabalho para garantir seu domínio. Isso gerou um tipo de cidadania subalternizada para os afrodescendentes que permaneceram como lavradores no meio rural fluminense.

Na carta, o mandatário reconhecia a "posse" das famílias na localidade e iniciava a justificativa de majoração do arrendamento dos sitiantes com uma longa desculpa que evidenciava o "motivo de força maior" que justificavam o aumento. Essa ideologia paternalista senhorial terminava também por reconhecer o direito costumeiro dos sitiantes em permanecer no local e estabelecer lavora que permitia a reprodução da estrutura familiar. (SANTIAGO, OLIVEIRA, 2022 p.132)

Por fim, não sabemos a data de falecimento de Silvestre e em que momento seu filho, Joaquim Pinheiro da Silva, herda a condição de sitiante de seu pai. O que queremos evidenciar é que a oralidade de Alfredo se apresentou como uma fonte rica em elementos descritivos do da estrutura senhorial-escravista na Fazenda Engenho Novo, e a consequente desigualdade social imposta aos ex-escravizados e seus descendentes. Ele também menciona os reflexos da Lei Áurea no processo de libertação e relata os impactos e tensões para a obtenção do direito às terras nos arredores da Fazenda Engenho Novo conforme veremos na seção a seguir através do resgate da memória feita sobre Joaquim Pinheiro da Silva.

3.2.3- Joaquim Pinheiro da Silva: O Quincas sanfoneiro da Fazenda Engenho Novo e sua luta pela terra

Joaquim Pinheiro da Silva Sobrinho nasceu em 23 de março de 1901 da união entre Silvestre Pinheiro da Silva e Joana Claudina Eva da Conceição (Ex-escravizados que foram libertos)[62]. Segundo ele, seu pai Silvestre o colocou para trabalhar bem cedo e por isso não pôde estudar.[63] Lavrador, herdou o legado de Silvestre acerca do pagamento do arrendamento para se manter nas terras da Fazenda. Considerava-se um homem de confiança e que nunca deu trabalho a Balthazar Serrado que, segundo ele, dava duro nos plantadores e mandava o feitor de nome Vicente vigiar o pessoal da lavoura.[64]

Casou-se uma única vez em 1942 com Maria Alice do Amor Divino[65], o casal teve 20 filhos "e ele tinha dúvida se criou 15 ou 16 dos que sobreviveram[66]. Foi figura respeitada na região, conhecido como o mais antigo morador e como o Quincas Sanfoneiro, herdou o gosto pela musica e a habilidade com a sanfona de seu pai Silvestre.

---

[62] A noticia se refere aos pais de Joaquim (como casal de ex ecravos) Sem identificação de autor: Xapuri é logo ali, na Engenho Novo. Nosso Jornal de negócios, 28 de julho a 03 de agosto de 1995.
[63] Jornal o São Gonçalo, 15 de julho de 2003 p. 4.
[64] BESSA, Marcele. Uma história que o abandono esconde. Jornal O São Gonçalo, 22 de setembro de 2002.
[65] Alfredo Pinheiro da Silva mantem preservada a certidão de casamento dos seus pais.
[66] Sem identificação de autor: Triste história de um velho lavrador. Jornal O Globo – Seção Caderno de Niterói, domingo, 09/11/1986.

Ilustração 11 – Centenário de Joaquim Pinheiro da Silva - 2001

Joaquim Pinheiro da Silva no seu centenário com parte de seus irmãos e filhos



Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva

Ele é descrito por Alfredo como um homem trabalhador, imponente e rígido especialmente por causa da luta que travou para continuar no sítio de Silvestre e a responsabilidade de plantar e vender para sustento de sua família. Segundo o próprio Joaquim, "quando as coisas eram mais apertadas, eu brigava por meus direitos com os antigos administradores da fazenda. E em certa ocasião quase dei uma foiçada num deles porque disse que não ia me pagar o que me devia".[67]

Em sua caderneta de anotação datada de 1950, encontramos cálculos de vendas das mais diversas leguminosas e frutas: pimentões, abóboras, laranjas e mangas. Provavelmente fora um homem comunicativo nos seus 101 anos de vida, pois, entre 1986 e 2002 concedeu entrevistas a pelo menos, sete jornais diferentes com o objetivo

[67] Sem identificação de autor: Xapuri é logo ali, na Engenho Novo. Nosso Jornal de negócios, 28 de julho a 03 de agosto de 1995.

de denunciar a injusta situação fundiária de seu local de nascimento juntamente a sua origem afrodescendente na Fazenda. Segundo ele, “antigamente a gente começava a trabalhar ainda com estrelas no céu (cerca de quatro horas da manhã) e só parava quando as estrelas estavam novamente à vista (por volta de seis horas da tarde)”.

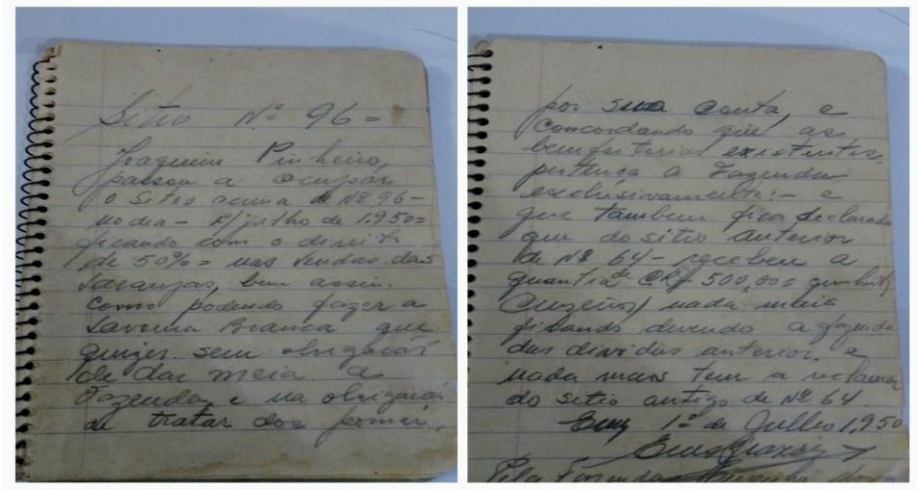
Sobre seu pai, Alfredo deixa evidente essa questão:

> Meu pai falava que quando foi 1950, ele já tinha relatado isso: fizeram um contrato pro meu pai assumir essa terra, esse sítio aqui na época, pra pagar um dia por semana, se não trabalhasse por um dia e que não pagasse e por um motivo qualquer não pagasse, tinha que trabalhar dois dias no sábado, pra pagar aquele dia que ficou pra trás, isso aí na época de Zeca Serrado, e Seu Ennes seu Enees era o administrador na época, era senhor ennes e Agostinho Miranda. (SILVA, 2021).

“Contrato” feito à caneta I

O contrato mencionado por Alfredo foi escrito a caneta pelo administrador da Fazenda Ennes Biazzi na caderneta de Joaquim, segue abaixo a transcrição:

Ilustração 12 – Contrato feito à caneta I - 1950



Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva

> Sítio n° 96
>
> Joaquim Pinheiro passou a ocupar o sítio acima de n° 96 no dia 1° de julho de 1950 = ficando com o direito de 50% nas vendas das laranjas, bem assim como podendo fazer a lavoura branca[68] que quiser sem obrigação de dar meia

[68] Lavoura branca é um tipo de cultivo que o lavrador produz para seu próprio sustento.

> a fazenda e na obrigação de tratar dos pomares por sua conta, e concordando que as benfeitorias existentes pertencem a Fazenda exclusivamente! E que também fica declarado que do sítio anterior de n° 64 recebeu a quantia de CR$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) nada mais ficando devendo a fazenda das dívidas anterior e nada mais tem a reclamar do sítio antigo de n° 64.
>
> 1° de julho de 1950
> Ennes Biazzi
> Pela Fazenda Engenho Novo

O "contrato" não possui nenhuma autenticação ou valor legal, e ao analisarmos essa escrita do administrador Ennes Biazzi, percebemos que de fato a legislação trabalhista jamais se estendeu ao mundo rural. Na década de 1950 existiu uma continuidade de uma ética paternalista, que pode ser entendida como uma "politica de domínio em contexto tradicional e como gramatica comum a regular negociação e conflito entre escravos e senhores e depois entre fazendeiros e colonos" (RIOS, MATTOS 2005.p.58) como no caso da relação trabalhista entre Joaquim Pinheiro da Silva e o administrador da Fazenda.

Outro dado da narrativa que chama a atenção é o fato do excesso de trabalho para permanecer nas terras apontado por Alfredo, esse incômodo e insatisfação aparecem a todo o momento nas entrevistas concedidas por Joaquim. Identificamos nas reportagens seu desconforto, mas, também sua resistência em permanecer na região.

Joaquim utilizou os jornais como ferramenta de denúncia, conforme demonstra artigo de Fonseca e Vargas (2012)[69] na década de 1960, a reportagem alcançou grande ressonância, ao passar de uma simples notícia diária à amplitude por meio da humanização, ao posicionamento do fato imediato no seu contexto e à reconstituição histórica. Nesta época experimentaram de uma forma mais abrangente, várias maneiras de fazer reportagem. Para os autores:

> A reportagem esbarra entre os anais e a história. No início, só pretendia fazer narração cronológica; com o passar do tempo se faz relato histórico, em texto jornalístico. A reportagem, pela sua própria origem, está sempre ligada ao registro do passado, seja um flagrante do presente, a reportagem é sempre um repor dos tempos.

[69] Líbero – São Paulo – v. 15, n. 29, p. 21-32, jun. de 2012 André Azevedo da Fonseca / Raul Hernando Osorio Vargas – Fato, trama e narrativa: um diálogo entre o Jornalismo e a Historiografia.

Esse posicionamento jornalístico pode ser identificado nas descrições feitas sobre Joaquim Pinheiro que no ano de 1986 concedeu entrevistas ao Jornal o Globo e a Tribuna da Imprensa respectivamente:

> Pés descalços, olhando para o pomar incendiado no dia anterior, Joaquim (...) protege a cabeça branca com um chapéu de palha enquanto trabalha na lavoura. Ao contrário da terra, que traz evidentes sinais de desgaste, o lavrador exibe a vitalidade de um jovem (...)
> _ Meu umbigo e o de meus irmãos está enterrado nesta fazenda – conta Joaquim lembrando o velho costume que garantia a sorte e a vida dos recém-nascidos. (O Globo, 1986)

> _ Eu venho sofrendo desde que nasci e me acabei trabalhando na fazenda, relembra ele com mágoa. Contando com os filhos e netos de Joaquim, são quatro gerações que produzem riqueza para o fazendeiro em troca do direito de trabalhar sem qualquer tipo de retorno.
>
> O sítio onde mora Joaquim é bem cuidado com goiabeiras, laranjeiras, mangueiras, mamoeiros. Uma fruteira que dão a casa um aspecto de fartura. Nada daquilo, porém, é dele ou de sua família apesar dos anos de trabalho. Simples e humilde, Joaquim explica que jamais poderá deixar aquelas terras: "Eu, meus irmãos, meus filhos, todos temos o umbigo enterrados aqui (...) (Tribuna da Imprensa 1986 p.6)

Ilustração 13 - Joaquim Pinheiro da Silva
Na matéria "Triste história de um velho lavrador publicado pelo Jornal O Globo – Seção Caderno de Niterói, domingo de 09/11/1986. Joaquim Pinheiro aparece entristecido por causa da sua plantação queimada pela 4ª vez". Ao fundo identificamos Alfredo Pinheiro da Silva.



Jornal o Globo 1986.

A matéria guardada no arquivo pessoal de Alfredo Silva também revela que a relação visceral com a terra foi passada de pai para filho, único dos Pinheiro da Silva que permaneceu ao lado do pai e cuidando da terra, Alfredo tem na memória o ocorrido entre as décadas de 1980 e 1990 é o que ele chama de tempo da muvuca que marcou sua juventude e vida adulta:

> **Daiana:** O Sr. Pode explicar melhor essa muvuca?
> **Alfredo:** Muvuca era o conflito né a muvuca era o conflito de terra. Grileiros e entre grileiros e colonos meu pai não chegou a se envolver não que não sei por que não sei nada do meu pai, mas os outros aí os colega do meu pai tudo foi importunado, foram importunado. Montes venderam o sítio por bagatela aqui, em torno de 5 mil cruzeiros reais na época, cruzeiro não era... cruzados 5 mil cruzados novos. Outros dois começou com dois e quinhentos na época era dois e quinhentos e assim foi consequentemente até que o pessoal foi se dispersando da área, foi lá pra fora, o cara, o homem veio disse que ia entregado o sítio, disse que o pessoal teria que sair por causa de boi, realmente veio, mais de 30 carretas de boi pra cá, saltaram aqui na época de Belmonte com o tal do Léo (todos eles falecidos hoje).
>
> (..) quando foi em 96 em 96 nós recebemos aqui o Francisco Sebastião Antunes aqui que representa a associação na época... rapaz nego dizia que ele era o testa de ferro da gente, tanto agia pro lado dele quanto pro lado da comunidade, isso antes dele ser presidente, poxa a gente vendo ele com aquela vontade de ajudar, de querer ver crescer o bairro aqui, inclusive o casarão, nós ficamos aqui dias até 5 horas da tarde, esgotando burrinho que aquela água do poço chamava burrinho na época aqui atrás histórico pra esgotar a água que estava acumulada, pra reabastecer .
>
> Aí conclusão: Nós elegemos esse homem pra presidente da associação a partir daí, aí ele botou a cara e foi e a gente quando podia acompanhava ele no Rio acompanha e tal e veio evoluindo, enquanto isso a disputa po isso aqui tava ocorrendo na justiça de Léo do Belmonte que já tinha sido negociado "ALIENADO! A fazenda de Zeca Serrado na época, eu tenho a folha até hoje, esqueci de trazer, mandaram não foi nem pra mim, foi pros vizinhos, eu até mandei pra senhora uma vez, aí eu fui peguei uma folha com ele me mostraram comentaram comigo aí eu falei: Ué eu quero ver isso aí, (inaudível) meu pai conhecia (inaudível) como a palma da mão, aí eu tinha a quarta série, estudei até a quarta série (...) aí eu falei: Não, eu quero ver essa folha aí, peguei a folha aí falei (eu tava bom da vista na época) novo criança praticamente aí eu li: Venho por meio dessa comunicar aos senhores sitiantes que estamos é que estamo alienando a Fazenda Engenho Novo, exerça seu direito de compra, exerça seu direito de compra, sendo assim é só o que temos pra oferecer cordialmente. Meu pai tava incluído de arrendatário passou a ser meeiro igual ao meu avô, passou a ser meeiro aí eu falei: nós tamo incluído nisso aqui. (SILVA,2021)

Conforme relato de Alfredo, quando os conflitos se iniciaram muitos sitiantes como seu pai foram embora, e foi necessária a atuação de figuras como Sebastião Antunes, também lavrador, que conforme veremos teve importante participação na luta pela defesa da comunidade.

A relação latifundiário/lavrador sempre foi conflituosa em São Gonçalo[70], presumimos que a permanência da produção rural e a própria ruralidade local se deu pela resistência das famílias como as de Alfredo e Marcolina, mas também porque ainda era um bom negocio, visto que, em especifico na Fazenda Engenho Novo, Baltazar Serrado recebia parte dos lucros dos posseiros.

Mas segundo denuncia dos sitiantes, desde a década de 1970 mais de 50 sitiantes foram induzidos pelo administrador da fazenda Ennes Biazzi a assinar contratos em branco. Nesses contratos, ao invés de uma relação de parceria, onde o agricultor pagava metade da produção ao fazendeiro e recebia insumos agrícolas do proprietário – os sitiantes passaram a arrendatários, pagando um aluguel pela terra e com isso ficaram sujeitos a ações de despejo.

A partir da década de 1980 foi feita então a substituição da lavoura pela pecuária na região. O gado foi colocado em três sítios retomados dos antigos ocupantes, com a destruição de 15 mil pés de laranja e oito casas.

Muitos sitiantes ignoraram as notificações de despejo, o que desagradou à parte interessada: os donos e administradores. Segundo os moradores, para antecipar esses despejos, os chamados grileiros surgiram e queimavam por diversas vezes suas plantações. Alguns lavradores tinham a desconfiança de que por traz da mudança para a pecuária existia o temor da desapropriação por parte de Baltazar Serrado. Um dado que reforça essa suspeita foi que a Fazenda Itaitindiba, vizinha da Engenho Novo, teve uma parte de suas terras desapropriadas pelo Governo do Estado depois de terem ocorrido problemas de grilagem.

Em 1986, por receio de ver seu sítio tomado, Joaquim autenticou em cartório no município de São Gonçalo, todos os recibos de arrendamento recebidos do coronel Joaquim Serrado ao seu pai Silvestre e novamente recorreu aos jornais para denunciar a

[70] O Jornal Fatos e Notícias - São Gonçalo III de agosto de 1989 n° 22 revela que diversas outras fazendas gonçalenses passaram por processo similar ao da Fazenda Engenho Novo tendo conflitos entre grileiros e sitiantes inclusive resultando em morte da população que buscava resistir aos ataques feitos pelos invasores.

grilagem nas terras como também relatar à falta de serviços básicos a comunidade rural conforme destacamos na matéria abaixo:

Ilustração 14 – Joaquim Pinheiro da Silva - Quincas mostra um recibo de arrendamento de terra feito por seu pai quando se livrou da escravidão



Niterói

O GLOBO

14 de maio de 1989 — Nº 359

Não pode ser vendido separadamente

Foto de José Leomar

Quincas mostra um recibo de arrendamento de terra, feito por seu pai quando se livrou da escravidão

Largo da Idéia vive em paz mas sem progresso

A poucos quilômetros do barulho e poluição de São Gonçalo fica o Largo da Idéia. É um lugar onde o tempo não tem pressa, o ar é puro e o silêncio só é quebrado pelo canto dos pássaros. Mas seus moradores reclamam que, apesar de tanta paz, alguns problemas da vida urbana lhes tiram o sossego: a falta de água e de telefones públicos, bem como o reduzido número de ônibus nas duas linhas que servem à área.

Páginas 20 a 22

Capa O Globo - caderno de Niterói - 14 de maio de 1989. Jornal o Globo 1989.

De acordo com Alfredo nesse período Quincas assim sinalizou em relação à ameaça de perder suas terras:

> "Meu pai chegou aí meu pai falava todo troncudo né: "Se vier me aporrinhar aqui, eu pico na foice aqui" meu pai falava assim, vem me aporrinhar pra cá pra ver, eu pico um na foice aqui" eu não tenho aqui nem dez dias nem dez meses nem dez anos não, quando eles me chegou já tava aqui, eu já tava calejado de tá aqui na minha terra da Fazenda, trabalhando na Fazenda. Aí... ou então me indeniza! Aí eles lá iam indenizar ninguém, aí foi deixaram meu pai em paz quieto. Mas depois começaram a colocar os bois aí, os boi

> derrubaram as casa, a casa antiga os boi conforme eles se esfregava se coçava eles derrubava as paredes (inaudível) depois terminava de completar com a máquina derrubando pra poder tirar aréola, aí tudo aí na frente aí foi escavado de aréola na época.

Para a comunidade, ainda que a Fazenda pertencesse à família do Sr. Balthazar Serrado, havia denuncias de que uma família chamada Belmonte tinha se apossado das terras e passado a conturbar a vida das famílias lá instaladas "como nos filmes de faroeste, nestas terras vale a lei do mais forte, onde quem tinha poder investia sobre os mais fracos que uma vez não obedecendo ao sistema implantado pelos latifundiários podiam sofrer consequências das mais terríveis"[71].

A situação dos sitiantes na Fazenda Engenho Novo evidencia as dificuldades da luta pela terra e reforma agrária, como ela se vincula à história negra e às particularidades dos conflitos regionais, articuladas às oralidades diversas. As campanhas pela reforma agrária foram centrais na estruturação da cidadania no Brasil, na segunda metade do século XX. Até então, a noção de direitos sociais instaurados na Era Vargas limitavam a cidadania ao trabalhador urbano, sendo a partir dos movimentos sociais como Ligas Camponesas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e outras formas de associativismo que no início dos anos 1960, a questão da terra foi colocada em pauta. Na ditadura civil-militar, foi instituído o Estatuto do Trabalhador Rural, instituiu-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas ocaráter conservador e pró-latifúndio limitou a expansão dos direitos dos trabalhadoresrurais. Na redemocratização e Constituinte de 1988, ocorreu uma expansão dosprotestos e luta pela reforma agrária. (DEZEMONE,2014) E os conflitos pela terra naFazenda Engenho Novo ganharam uma nova tração nesse período. Em 1989, oSindicato dos Trabalhadores Rurais da localidade entrou com um processo na secretariade assuntos fundiários do Estado solicitando a desapropriação de toda Fazenda Engenho Novo.

Em 15 de março de 1991 ano o então Governador Moreira Franco publicou o decreto n°16.492 decretando utilidade pública para fins de desapropriação. A época destacou se Levi Pereira que era então presidente do sindicato e Sebastião Antunes que

[71] Jornal Fatos e Notícias São Gonçalo III agosto 1989 n° 22 – diretora responsável Marli Jardim

era uma espécie de liderança dos sitiantes. Sebastião cadastrou os moradores na Universidade Federal Fluminense (UFF) na década de 1990, que assim como Joaquim Pinheiro produziam e residiam na localidade a fim de protegê-los. Ele também fez denuncias ao INCRA e acionou advogados via Associação Rural para que a reforma agrária fosse feita na Fazenda[72]. Muitos dos envolvidos na causa além de Levi e Sebastião sofreram morte, perseguição e despejo das terras[73].

Não sem reação, a comunidade também produziu uma cartilha feita pela associação de moradores e por membros da Igreja Católica que tiveram o intuito de reagir coletivamente à situação dos ataques sofridos pelos grileiros.

Dentre os representantes da luta pela reforma agrária destacou-se Quincas que para se proteger não se descuidava da segurança pessoal e dormia com uma foice escorada na parede ao lado da cama e com um facão mateiro atrás da porta.

A fé cristã também foi um elemento importante na vida de Quincas que segundo notícia "como bom católico não deixava de apelar para seus santos quando a situação estava mais pesada e mantinha para isto um pequeno oratório com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e São Lázaro (sem cabeça)".[74]

[72] Tribuna da Imprensa – A exploração no meio rural, 18 de dezembro de 1986.
[73] Jornal Local São Gonçalo, Alcântara e demais bairros – Março de 1991 – Ano V diretora responsável Marli Jardim.
[74] Sem identificação de autor: Xapuri é logo ali, na Engenho Novo. Nosso Jornal de negócios, 28 de julho a 03 de agosto de 1995.

Ilustração 15 – Cartilha dos Sitiantes da Fazenda Engenho Novo



CAMINHADA DA TERRA

APRESENTAÇÃO

Esta é uma pequena cartilha que está ' ndo elaborada por algumas pessoas (abaixo citadas) que tão preocupadas com a situação dos moradores da Fa-' nda Engenho Novo, e tem por finalidade levar os sitiantes a tomar consciência, conhecimento do que está acon cendo na administração da fazenda.

Temos, também, o objetivo de levar os radores a se unirem um pouco mais entre si, e assim,' ocurarem wolucionar seus problemas. Como diz uma anti e atual frase: "Povo unido não será vencido". Portan preciso que todos se unam em um só objetivo: CONQUIS-R A TERRA PARA NELA MORAR E DELA VIVER, porque QUEM O TEM PRA ONDE IR FICA ONDE ESTAR.

Tem muita gente querendo ajudar. Isso é m sinal, mas é preciso que os próprios moradores (siantes) tomem parte nessa luta. Aqui estão algumas pes as representando instituições, entidades e movimentos: jam quantas pessoas estão apoiando e querendo que anteça a conquista pela terra!

Pela Pastoral de Juventude: Sônia, Junior, Roberto, Marco, Edson, Carlos

Pela Associação de Moradores de L. Idéia: Adilson, Sebastião, Vânia

Pelo Noviciado Missionários Sagrado Coração: Ivan, Fernando

Pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)-RJ: Drª Vera

Pela CPT - Friburgo: Pe. Joaquim, Sebastião

Pelo G. Jovem Arco-Íris: Laudemir, Adeilson e Ramiro

Pelos sitiantes: Sr. Quincas, Sr. Sebastião, Sr. Pedro e outros,

VOCÊ TAMBÉM TEM FORÇA!!

LAVRADOR, SINTA NOSSA FORÇA,

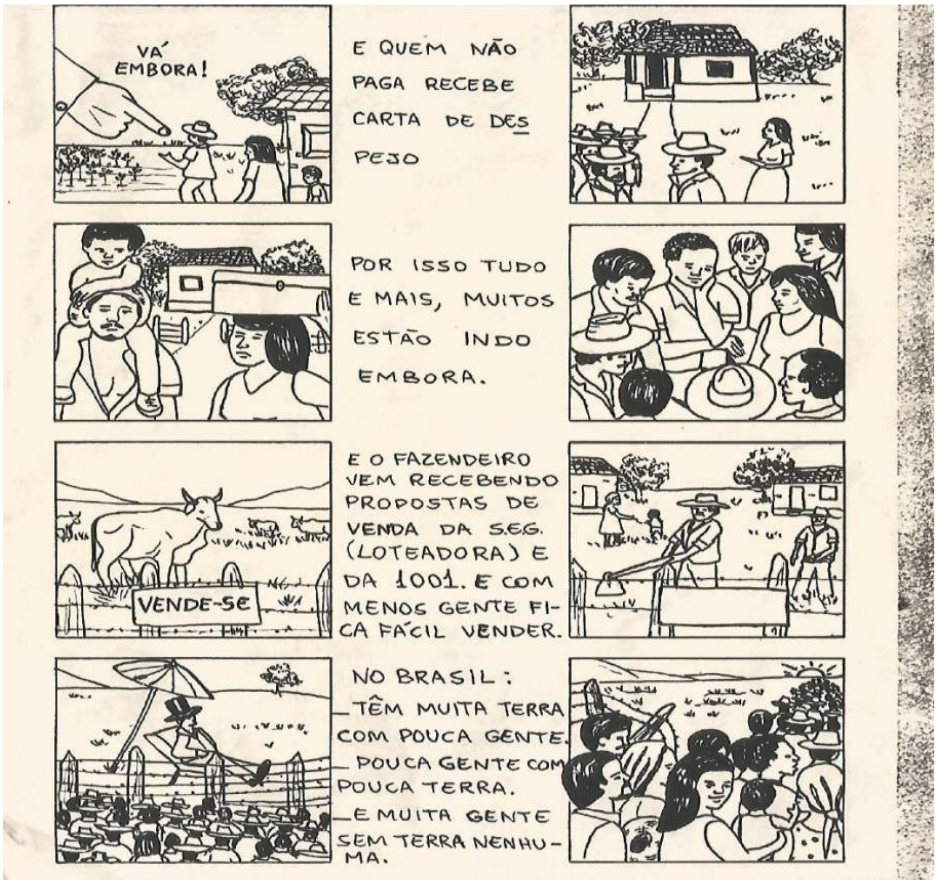
OS SITIANTES NA FAZENDA ENGENHO NOV

SOFREM COM OS INCÊNDIOS CRIMINOSOS EM SUAS PLANTAÇÕES.

VENDEM O SEU PRODUTO BARATO AO ATRAVESSADOR.

COOPERATIVA

PAGAM A METADE DA PRODUÇÃO DE LARANJA OU ARRENDAMENTO.



Cartilha dos Sitiantes (sem data) - Arquivo pessoal de Alfredo Pinheiro da Silva

Assim, por pressão da comunidade e das instituições detalhadas na cartilha, em 1993 o ITERJ (Instituto de terras e cartografia do Estado do Rio de Janeiro) desapropriou a fazenda Engenho Novo e assentou diversas famílias dentre as quais as de Alfredo Pinheiro da Silva.

Mas outros problemas surgiram da desapropriação que foi o furto dos móveis da sede da Fazenda Engenho Novo em 1997[75]e sua posterior deterioração que segundo relato de Alfredo, além dos bois que invadiam o atual lote 32, onde se localiza a Fazenda, ela continuou sofrendo depredação de grileiros insistentes.

E conforme notícia de 1997[76], os posseiros foram os únicos vigias do patrimônio e tentaram por diversas vezes cuidar da antiga biblioteca pertencente ao Barão de São Gonçalo bem como restaurar as estatuas que compunham o conjunto arquitetônico da

[75] Nosso Jornal de Notícias – Matéria: Comunidade quer saber para onde foram os móveis da Fazenda Engenho Novo – semana de 21 a 27 de março de 1997
[76] Tavares, Teresa – Tempo e descaso destroem a história – Jornal o Dia – Caderno de Niterói 4 de maio de 1997.

casa-grande. Mas em 2003 atearam fogo na Fazenda Engenho Novo, o que a descaracterizou completamente e tornou inviável o cuidado dos moradores. A omissão do Estado ao patrimônio causou profunda tristeza à comunidade rural.

Dessa forma, ainda que a Fazenda Engenho Novo tenha sido catalogada e tombada como patrimônio histórico pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) em 1998 e tenha recebido uma reforma de urgência no ano de 2012, que ficou inacabada, não houve preocupação em se preservar a estrutura arquitetônica original (VALLADARES, 2015. p.41) algo que Alfredo Pinheiro muito lamenta e chama a reforma de “elefante branco” por ela não ter gerado nenhum tipo de ganho a valorização da história da comunidade rural nem do patrimônio em si.

Apenas no ano de 2010, Alfredo Pinheiro da Silva recebeu por parte do Estado do Rio de Janeiro através do ITERJ o título de propriedade das terras em que seu avô e pai tanto trabalharam para permanecer. (SILVA, 2021) Uma luta, que para ele, foi tensa, arriscada e que tomou boa parte de sua saúde tanto mental quanto física.

Por fim, compreendemos que a oralidade de Alfredo abre um campo de investigação acerca do pós-abolição em São Gonçalo e concordando com Paul Thompson, identificamos que a História Oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas de investigação, o autor alega que o mérito principal da História Oral, é permitir uma recriação da multiplicidade original dos pontos de vista, e pode ser um meio de transformar o conteúdo e a finalidade da história, devolvendo as pessoas que fizeram e vivenciaram a história, um lugar fundamental mediante suas próprias palavras. (THOMPSOM, 1992, p.22).

Em relação ao contato de Alfredo com o Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo, e em especial comigo Daiana Sousa Santiago, podemos referenciar o historiador Portelli (2010) que nos ensina que a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Para o autor, os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo e na interação entre a fonte e o historiador. Para ele o pesquisador vai além de recolher memórias, ele as provoca por intermédio das suas indagações e presença. Dessa forma, essa entre/vista e relação tem sido "uma troca de olhares", cuja aplicabilidade da História Oral desse trabalho pode ser considerada um gênero multivocal, resultado de uma pluralidade de vozes narrativas em diálogo (PORTELLI, 2010. p.20).

3.3- “Meu nome é Marcolina Alexandrina da Silva esse é o nome da minha bisavó que foi escrava, escrava da fazenda”: o relato de Marcolina Alexandrina da Silva.

A frase acima aspeada foi a primeira que Marcolina Alexandrina da Silva disse na entrevista realizada por mim e por Daniele Gonçalves no dia 13 de outubro de 2021. Marcolina é bisneta de Marcolina Maria da Conceição, uma mulher que foi escravizada e conquistou a liberdade sendo, segundo ela, lavradora e babá dos filhos da família do Coronel Serrado. Ela nasceu em 12 doze de setembro de 1933 em São Gonçalo no atual lote 04 do assentamento rural Fazenda Engenho Novo e foi, assim como Alfredo, foi batizada na capela de São Pedro antiga capela de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros localizada no interior da Engenho Novo. Filha do pintor, costureiro e lavrador Tito Correa de Souza, e da lavradora Florença Correa de Souza, é professora primária aposentada da rede estadual.

Ela teve três filhos que criou sozinha após divorciar-se oficialmente em 1991. E assim como no seu nascimento seus pais deram a ela o nome de sua bisavó, Marcolina seguindo a tradição familiar e sua ancestralidade registrou seus filhos com os nomes de seus pais e familiares: Florença Helena Pereira da Silva Marins, Américo Tito Pereira da Silva e Valter Ataliba Pereira da Silva.

Nesse sentido, Nascimento (2016) identifica que os nomes constituem um importante vetor para perpetuação da memória, e no caso uma atualização da memória do cativeiro e da liberdade. Historiadores do pós-abolição como Weimer (2013) e Rios, Mattos (2004) evidenciam que as praticas de nominação, que são as maneiras pelas quais os homens em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal, são utilizados para buscar as crenças, as relações de parentesco, arranjos sociais e familiares que tem como base o costume. Dessa forma, as Marcolinas, Florenças e Titos constituem para essa família uma maneira de preservar a memória dos seus ancestrais.

Ilustração 16 – Marcolina Alexandrina da Silva no seu aniversário de 80 anos e seus três filhos: Florença, Américo Tito e Valter, 2013.



Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva

Como já mencionado conheci "dona Marcolina" por intermédio de Daniele Gonçalves e Herimar Batista Santana. Ambos já tinham tido contato com a professora em 2018, o intuito de Daniele e Herimar à época era o de encontrar uma mulher a que se pudesse homenagear na câmara dos vereadores de São Gonçalo com o título de Pérola Negra como um símbolo de resistência e liderança negra no município. Assim Herimar relata:

> "Quando a professora Marcolina começou a narrar suas memórias acerca do tempo da escravidão, contadas por seus pais e avós, pensamos: é ela, ela é a nossa Perola Negra e é daqui que vamos começar o resgate sobre a verdade da escravidão em São Gonçalo". (SANTANA, 2021)

Daniele e Herimar concordam que a questão da memória se torna elemento valioso no processo da construção e de afirmação da identidade. "Os grupos que se consideram minoritários e discriminados acionam suas próprias histórias, paralelas às histórias oficiais, pois, entendem que a compreensão do passado é um passo decisivo rumo à afirmação positiva da identidade do presente." (VASSALO, 2011 p. 336)

Desta forma, a raça para ambos é entendida como uma potência de emancipação e não como uma regulação conservadora, e ao politizar a mesma acaba por romper com visões distorcidas, "negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, praticas e conhecimentos (...) e retira a população negra do lugar de suposta inferioridade racial pregada pelo racismo". (GOMES, 2012 p. 731)

Adiante, ao compararmos a narrativa da professora com a literatura publicada sobre a Fazenda, especialmente sobre o Barão de São Gonçalo, podemos perceber uma grande discrepância de visão sobre o processo histórico na localidade. Belarmino Ricardo Siqueira sempre foi descrito como uma figura benemérita, bondosa, que libertou escravos e que trouxe grande progresso para a cidade. Algo que a professora em sua narrativa, discorda.[77]

Por fim, não se trata de defender uma dicotomia entre o bem e o mal, afinal nenhum processo histórico pode ser compreendido de forma simples. Estamos evidenciando, a priori, a potencialidade de este relato ampliar o debate sobre a escravidão na região e sobre a história da fazenda para além de dados estatísticos.

Enquanto Alfredo Pinheiro da Silva nos incitou a pensar sobre a opressão do sistema fundiário brasileiro, Marcolina Alexandrina evidencia o apagamento social dos remanescentes de escravizados e comunidade em geral bem como a dificuldade para conquistarem cidadania e educação. Se presentemente parte do bairro de Monjolos ainda permanece ruralizado e abandonado carecendo de serviços públicos, podemos ao menos pensar que certamente um dos fatores para este abandono e falta de "progresso" foi originado no pós-abolição e, sobretudo tem a ver com o tráfico de pessoas naquele lugar.

A memória afrodescendente passada pela família desde os tempos de sua bisavó persiste apesar dos problemas de saúde que "Dona Marcolina" vem enfrentando, especialmente na última década. Assim como fizemos com Alfredo, dividiremos e analisaremos o seu relato em duas partes: a primeira refere-se ao tempo do cativeiro de sua bisavó Marcolina Maria da Conceição e dos outros escravos da Fazenda Engenho Novo, na segunda parte se destaca parte de sua trajetória pessoal e atuação social na região do atual bairro de Monjolos em São Gonçalo.

[77] Referimo-nos aos autores Luiz Palmier, Salvador Mata Silva, Evadyr Molina e Homero Thomaz Guião Filho que escreveram sobre a história do município.

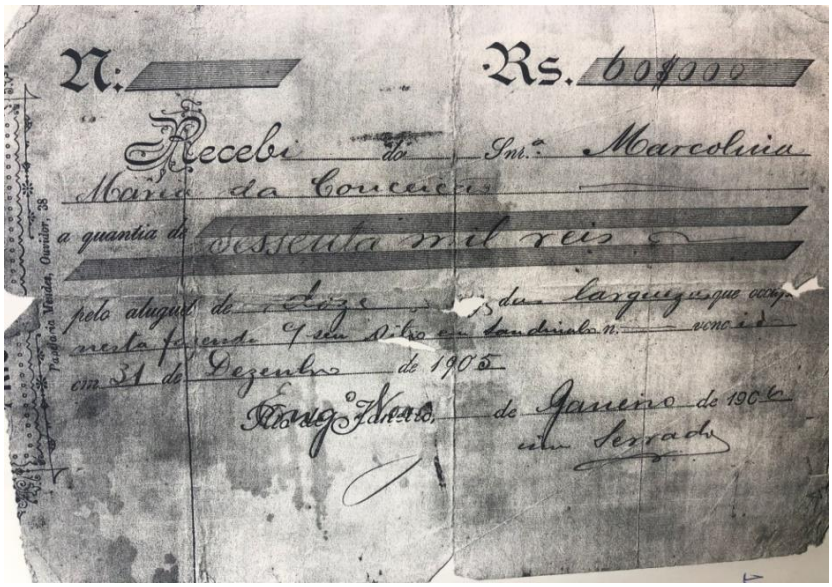
3.3.1- Marcolina Maria da Conceição e o papel da Princesa Isabel.

Marcolina não sabe dizer as origens de sua bisavó Marcolina Maria, única "prova" de sua existência além da oralidade de seus pais Tito e Florença se faz presente num papel que Marcolina chama de papel que a Princesa Isabel fotografou:

> **Marcolina**: Aí botaram o nome, procuraram o papel que Princesa Isabel fotografou lá naquela história, em 1888, ela obrigou que todos fazendeiros tem que dividir a terra a (inaudível) quem trabalhou muito (os escravos né...)

Ilustração 17 – Recibo de Arrendamento de Marcolina Maria da Conceição,1906

Transcrição: Recebi de Marcolina Maria da Conceição a quantia de sessenta mil réis. Assinado pelo Coronel Serrado em janeiro de 1906.



Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva.

É interessante evidenciar que o recibo o qual Marcolina se refere é um documento de pagamento de arrendamento recebido por sua bisavó Marcolina Maria da Conceição idêntico aos que Alfredo Pinheiro tem guardado de seu avô Silvestre. Porém ela identifica esse documento como uma prova da liberdade concedida pela Princesa Isabel.

Para Mattos e Rios (2005), as narrativas sobre a abolição vão além das tradições familiares, agregando múltiplas construções sociais sobre o processo com que os narradores tomaram contato, das cerimonias cívicas às novelas e filmes exibidos na televisão. Nesse sentido, a concepção mais presente é a da liberdade obtida enquanto dádiva concedida pela Princesa Isabel. Noutro trecho Marcolina descreve o processo de escravização de sua bisavó:

> **Naila:** Onde sua bisavó morava e foi escravizada
> **Marcolina:** É... numa fazenda, na mata, por perto de. Eu sei que ela foi pega numa mata.... sobre aquele quartel.... esqueci de perguntar Ela foi pega.... ela correu, tentou... Ela tinha sangue de índio também.... Ai os caçadores "não precisa se jogar ela daí não, nós não vamos fazer nada com você, só vamos conversar e tirar você dessa mata virgem". Aí levaram ela....

Podemos pensar essa narrativa pela perspectiva de gênero, e o quanto não só as narrativas negras como principalmente as experiências das mulheres negras foram silenciadas na história da Fazenda Engenho Novo. Ao estudar o pós-abolição no litoral negro do Rio Grande do Sul, Mollet (2018) da ênfase a experiência da escravidão e da liberdade vivida pelas mulheres negras através de relatos de História Oral de algumas delas, trazendo para o debate uma discussão de gênero sob a perspectiva do conceito de feminismo negro[78] ao acionar as experiências das mulheres negras, quilombolas, camponesas e litorâneas que a permitiu compreender uma série de engendramentos referentes a afetos, a saberes ancestrais e às relações de trabalho.

Tal qual a autora, pensamos em Marcolina Maria da Conceição como a típica escravizada que desempenhava as atividades na lida doméstica como também Marcolina Alexandrina deixa evidente ela também labutava na lavoura. E, na lavoura, independente do gênero o trabalho ia desde o amanhecer até o anoitecer sob a ameaça do açoite. Porém, "as mulheres sofriam outras formas de violência relacionadas ao gênero, pois eram vítimas de abusos sexuais e outros maus tratos bárbaros específicos a sua condição de gênero" (MOLLET, 2018. p.224).

[78] O feminismo negro é um campo epistemológico e político que não apenas pode ser vinculado à negritude, mas faz parte da sua matriz de experiência. Movimento surgido nos Estados Unidos (Black Feminist Moviment) nos anos de 1970 e desenvolvido no Brasil a partir da década seguinte, o feminismo negro desafia as formas de dominação de uma sociedade tradicionalmente branca e masculina e coloca em tensionamento a produção de conhecimento deste grupo. (Molet, 2018 p. 223).

Especificamente em relação à Fazenda Engenho Novo e ao estudar a escravaria do Barão de São Gonçalo, Oliveira (2014) observou que a o plantel de Belarmino possuía uma estrutura matrifocal, ou seja, mães solteiras e seus filhos. De acordo com a autora:

> Acreditamos ainda, que as mães solteiras eram aquelas que não estavam envolvidas em relações legitimadas pela Igreja Católica, o que não significa que vivessem em promiscuidade, pois poderiam ter engravidado de parceiros estáveis mesmo que estes não fossem oficiais. Havia também as possibilidades de gravidez por violência sexual, hipótese a ser considerada para o caso de mulheres que, em tese, não tinham a "posse" de seus corpos, ou ainda, que as informações tenham sido omitidas do inventário (OLIVEIRA, 2014 p. 91).

Até o fechamento dessa pesquisa, não sabemos em qual contexto e estado civil Marcolina Maria viveu, mas no relato de Marcolina Alexandrina, a sua bisavó aparece sempre só, sem um companheiro o que pode fortalecer o argumento de Oliveira sobre tal estrutura matrifocal para além dos dados do inventário e do testamento de Belarmino, analisados em sua defesa de mestrado. Adiante Marcolina narra o processo de abolição vivido por sua bisavó:

> **Naila** Mas qual é a história dessas terras aqui onde a creche e a casa da senhora foi construída?
> **Marcolina**: É porque a lei áurea.... quando veio passeando nas fazendas. ...a lei áurea ela é que.... diga lá como é....
> **Naila**: a lei áurea libertou os escravos
> **Marcolina** : é, ela libertou Ne...
> **Juliana**: sua bisavó...
> **Marcolina**: é....ela trouxe lá do governo, no nome dela, que todo fazendeiro teria que dividir as terras da fazenda com os alforriados que trabalharam de graça, até naquela época, assim o fazendeiro fez, dividiu as terras da fazenda pra cada. ex escravos. Minha vó ele deu, ainda deu até o recibo.
> **Naila**: O registro?
> **Marcolina**: É ... ta até com a mãe dela...se mãe dela não é uma pessoa caprichosa!
> **Naila?** Então tem esse registro guardado?
> **Marcolina:** Tá ....(Tem) Enquanto a mãe de Camila estava viva[79]

[79] A "mãe da Camila" a qual se refere Marcolina trata-se de Florença Correa de Souza, filha de Marcolina falecida em 2020 vítima da covid 19. Florença, era a detentora da maior parte da documentação dos antepassados da família, inclusive a "carta da Princesa Isabel que passou pelas fazendas libertando os escravos" a que Marcolina se refere em seu relato.

A família de dona Marcolina herdou a condição de sitiante de sua bisavó. Ela demarca o tempo da "Lei Áurea" como sendo aquele em que o governo teria obrigado os fazendeiros a "dividir a terra". De novo, temos uma narrativa que vai se referir à geração familiar de afrodescendentes que viveu a crise do escravismo na região fluminense através do estabelecimento de um paternalismo senhorial para com os trabalhadores da fazenda, definindo a posse da terra como importante condição para conquista da autonomia. O interessante do relato é que, através da linguagem do paternalismo – em que o senhor "deu" a terra para a família que trabalhava - tem-se um sentido de justiça alcançado pela intervenção do governo e da Lei Áurea que teria forçado o reconhecimento de uma situação de fato, eles "trabalhavam de graça" e mereciam uma posição social diferente que a escravidão. (SANTIAGO, OLIVEIRA 2022. p.134)

Outro destaque na narrativa da professora se refere aos castigos e maus-tratos sofridos pelos escravizados da Fazenda Engenho Novo nas duas entrevistas concedidas por ela ao Movimento Ocupa:

> **Naila**: Algum caso que alguém contou pra senhora, alguma história da sua bisavó.... ou de algum parente ancestral, ligado a escravidão, que tenha vivido na Fazenda Engenho Novo
> **Marcolina**:é... Ela contava muito aqui o que ela via La... pessoa acordava de manhã, cans... dormindo, com febre, com... não querendo ir trabalhar, não tomavam nem café, que não davam. com fome, muita febre...
> **Juliana**: Escravos doentes?
> **Marcolina**: aí o pessoal batia muito, "tem que trabalhar!" Mas batiam neles, por que..." isso é preguiça, não é febre não, dever ser preguiça"..... aí batia
> E o cemitério era atrás da Fazenda. ..Batia, batia muito.
> **Daiana**: a senhora da outra vez que tivemos aqui contou que na época da escravidão eles batiam nas pessoas lembra?
> **Marcolina**: Lembro batia
> **Daiana**: A senhora pode contar essa história de novo?
> **Marcolina**: batia muito, a minha avó (Inaudível) as vezes a pessoa levantava de manhã com gripe, sem força pra trabalhar porque tava doente, e apanhava muito, apanhava, até dentro de… tem lá até hoje na fazenda uma roda grande de ferro, um botijão enorme que fervia água pra jogar em cima daqueles que tava deitado doente, eles não acreditavam na doença.

No trecho "Ela contava aqui o que ela via lá" Marcolina chama atenção para a questão da violência a que os escravizados eram submetidos. Não a sua família diretamente, mas a outros escravizados. Nas entrevistas feitas por Mattos e Rios (2005) reportar como relativas a terceiros as situações mais degradantes e as experiências mais brutais referidas a experiência do cativeiro foi uma prática que recuperou, como arquétipo, experiências reais vividas ainda que parcialmente por todo e qualquer cativo.

Para as autoras, os muitos casos como o de Marcolina, que "relatam torturas e humilhações de escravos genéricos constroem em última análise formas de dizer o indizível" (MATTOS, RIOS, 2005 p.53)

Marcolina, de alguma forma, silencia acerca de algum sofrimento vivido por sua própria família e desconhece a origem de seus avós. O que ela deixa evidente em sua narrativa é a historia de trabalho de sua avó e pai na casa do Coronel Serrado também realizando serviços domésticos e de lavoura. Nesse contexto ela também narra a situação da falta de escolas para as crianças da região:

> **Daiana**: E a sua avó? o que ela fazia lá na fazenda? **Marcolina**: Ah ela plantava aipim, plantava comida pra dar pros porcos, varria terreiro, varria terreiro, Serviços domésticos**.** **Daniele**: Ela cuidava das crianças da fazenda? **Marcolina**: Cuidava. Papai falava pra ela: você tem que ensinar as crianças alguma coisa, não fica só ensinando brincadeira não (inaudível) vamo aprender a contar, então vamo lá vamo ver quem vai acertar eu quero cinco laranjas, aí eles contavam 1,2,3,4,5 (inaudível) trabalhava por aí.

Podemos identificar que diferente de outras famílias da região que migraram para outras localidades, Marcolina demarcou essa memória familiar de fixação na região como uma narrativa que justificou sua luta para melhora das condições de vida na localidade e o reconhecimento do direito a terra. Ao ser perguntada sobre possíveis atividades turísticas na Fazenda Engenho Novo[80], a professora não teve conhecimento sobre essa atividade e evidenciou sua luta política e social para levar educação a comunidade:

> Monjolos levou 30 anos sem escola, e aquilo me bateu muito, porque eu fazia sacrifício pra estudar, e vendo as crianças só brincar, aí então quando eu fui me matricular como professora. (ALEXADRINA SILVA, 2021)

Assim, na segunda metade do século XX, ela se destacou como liderança política local, atuando como cabo eleitoral de alguns prefeitos e como professora que foi responsável pela conquista de um bem público importante para a comunidade – a escola estadual.

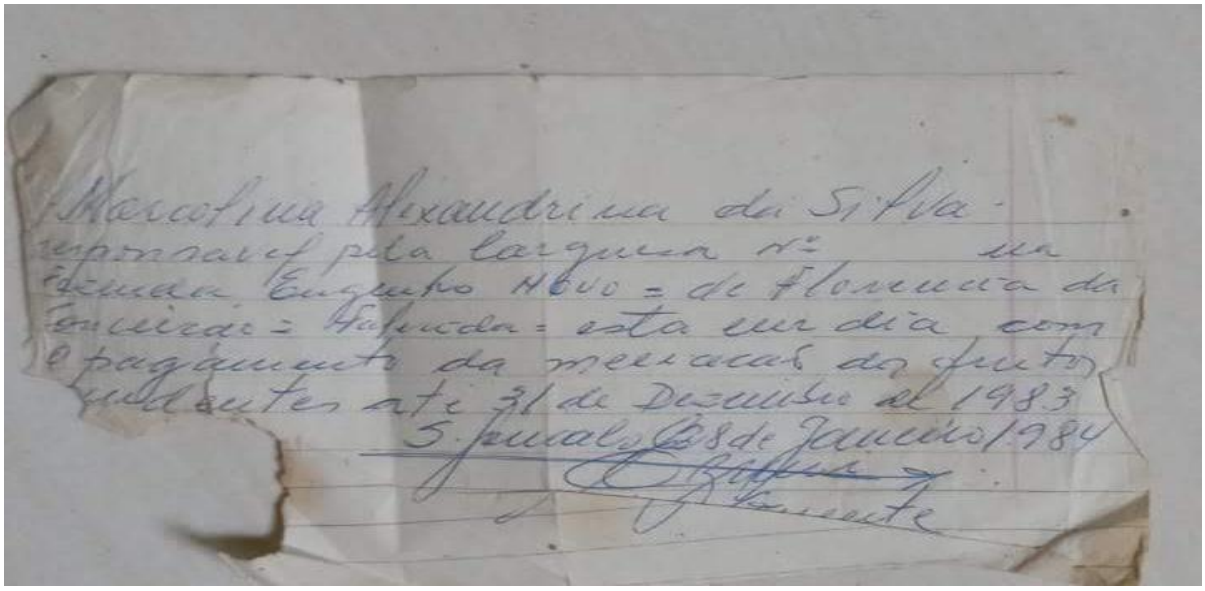
---

[80] A pergunta sobre atividades turísticas na Fazenda Engenho Novo presente no roteiro teve como premissa, o relato de Homero Thomaz Guião que alegou na entrevista feita em 15 de dezembro de 2020 pelo Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo que na década de 80 realizou passeios turísticos tendo como destino a Fazenda.

Nos anos 1960, Marcolina entrou em negociação política com Balthazar Serrado, filho do coronel Serrado, para doar terras para que o poder público instalasse o Colégio Estadual Coronel Serrado, inaugurado em 29 de outubro de 1966. Em seu relato, conta-se que Balthazar Serrado estimava seu pai Tito Correa de Souza, e que por isso foi importante para que se reconhecesse a demanda da professora e se fizesse a doação de um terreno a poder público, visando à construção da escola (ALEXANDRINA SILVA, 2021).

Mas a estima de Balthazar Serrado por ela não mudou sua própria condição fundiária, no processo de composição dessa pesquisa, encontramos um papel escrito por Ennes Biazzi (ex-administrador da Fazenda). Um "contrato" feito à caneta que garantia a permanência da família da professora nas terras da Fazenda, contrato esse sem valor legal, que conforme vimos também foi entregue a Joaquim Pinheiro da Silva na década de 1950. Abaixo destacamos o papel que comprova o pagamento da meeiação:

Ilustração 18 – Contrato feito à caneta II (1984)



Arquivo Pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva

> Marcolina Alexandrina da Silva responsável pela largura n° na Fazenda Engenho Novo = de Florência da Conceição = falecida = esta em dia com o pagamento da meeiação dos frutos (...) até 31 de dezembro de 1983. São Gonçalo, 8 de janeiro de 1984.Ennes Biazzi

Por causa dessa condição instável da posse da terra herdada de sua família desde os tempos do cativeiro, Marcolina se envolveu para além da causa da educação, da luta

pela sua propriedade e de outros sitiantes participando diversas vezes de reuniões com os moradores da Fazenda Engenho Novo e fez parte do processo de implantação da Associação dos produtores rurais da Fazenda Engenho Novo (APRAFEN), chegando a ser eleita como presidente da associação.

Além de suas lutas acima evidenciadas, a Fazenda Engenho Novo também é um elemento importante na sua trajetória e construção social. Além do batismo, Marcolina tem na memória suas idas as missas realizadas na capela aonde "toda família ia a pé às festas de São Pedro realizadas anualmente no interior da Fazenda" (ALEXADRINA SILVA, 2021.) Nesse aspecto, a fé católica é uma característica importante presente em sua fala, principalmente após um aneurisma cerebral sofrido pela professora. Ela revela que ficou em coma e prometeu a Jesus que caso sobrevivesse daquela doença dedicaria sua vida as crianças da comunidade.

Marcolina percebia que "as mães tinham necessidade de trabalhar e deixavam os filhos com qualquer um" e que o acesso à educação melhoraria a condição de vida na localidade, bem como a fixação da população na região, só ocorreria se houvesse uma escola que fosse próxima ao lugar de moradia (ALEXANDRINA SILVA, 2021).

Assim, a professora o fez, sobreviveu e cumpriu sua promessa de fé. Começou dando aulas na varanda de sua casa e alugando espaços para ficar com as crianças, até que a comunidade se organizou para construir uma creche que Marcolina Alexandrina construiu nas terras herdadas de sua bisavó.

Ilustração 19 – Creche comunitária tia Marcolina



Arquivo pessoal de Marcolina Alexandrina da Silva sem data

A consequência de sua luta e articulações políticas pela educação culminou, no ano de 2000, na inauguração da Creche Comunitária Tia Marcolina. Após sua reforma em 2016 a creche comunitária foi transformada pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo na unidade municipal de educação infantil UMEI Marcolina Maria da Conceição, (conhecida como Creche tia Marcolina), nome dado em homenagem a Marcolina Maria da Conceição e que atende atualmente uma media de 150 crianças de 0 a 5 anos. Abaixo, destacamos uma fotografia da inauguração da creche:

Ilustração 20 – Inauguração da UMEI MARCOLINA MARIA DA CONCEIÇÃO – Tia Marcolina - São Gonçalo, 26/09/2016



Fonte: Ascom. Foto: Girley Oliveira.

Para a comunidade Marcolina é figura importante e constantemente referenciada acerca de sua luta pela educação sempre evidente em sua oralidade. A professora revelou que toda vez que os alunos do colégio Estadual Coronel Serrado vêm conhecê-la ela sempre diz que “fez sacrifício para estudar e lutou para ter escola para que esses alunos não precisassem estudar tão longe como aconteceu com ela”. (ALEXANDRINA SILVA, 2021).

Esse reconhecimento comunitário se faz presente também entre as funcionárias da creche conforme demonstra o mural e a fotografia da instituição de ensino com Marcolina ao centro com destaque abaixo:

Ilustração 21 -Mural da Creche Marcolina Maria da Conceição “tia Marcolina” 2021



Acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo

Ilustração 22 – Marcolina Alexandrina funcionárias e alunos da creche 2021
Marcolina ao centro com funcionárias e alunos



Acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo.

Para o coletivo Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo Marcolina Alexandrina é mais que um exemplo de vida e militância da causa da educação, ela significa e representa uma lacuna preenchida da história dos negros do município de São Gonçalo. Sua memória possibilitou ao coletivo ampliar e pensar nas relações sociais e na resistência cativa e evidencia uma outra perspectiva sobre o município em sua formação socioeconômica e política. Em busca da modernidade e do progresso, São Gonçalo deixou pontas soltas em sua história. Prova disso é que não encontramos no decorrer da pesquisa, nenhum trabalho de memória negra acerca da temática do pós-abolição.

Devido a idade avançada Marcolina Alexandrina não atua mais socialmente, mas deixou seu legado dentro da própria família. Valter Ataliba e Camila Marins filho e neta de Dona Marcolina atuam no Movimento Ocupa e trabalham juntamente ao coletivo no sentido de manter essa memória familiar e assim como Alfredo Pinheiro da Silva participam das atividades realizadas na Fazenda Engenho Novo conjuntamente.

Acerca de sua ancestralidade e negritude, ao ser perguntada sobre seu sentimento em saber que é descendente de um povo que foi escravizado Marcolina nos respondeu com toda sua humanidade e resiliência:

> **Marcolina**: Ah me sinto muito feliz, muito feliz de ter sangue de pessoas que lutou, eu acho até que a minha tendência de lutar, fazer escola, pedir escola aos prefeitos, é descendência do sangue de pessoas que lutam. E não tem escola na Fazenda, a minha maior vontade é pedir a um prefeito que olhasse pela criançada.

Por fim, na Fazenda Engenho Novo, as famílias afrodescendentes de Alfredo e Marcolina traçaram vidas e perspectivas distintas, vivenciando relações de dependência e tensão com a linguagem do paternalismo no jogo político local e traçaram estratégias para sobrevivência e conquista da autonomia no pós-abolição (SANTIAGO, OLIVEIRA 2014. p.138)

Temos ainda a reflexão de que a Historia oficial do município de São Gonçalo ao invisibilizar a história e a memória dessas famílias negligenciou ao município conhecer sua origem afrodescendente. Conforme demonstra Santos (2022) investir na pesquisa histórica dos afrodescendentes da Fazenda Engenho Novo é investir nessas

vozes e histórias que foram silenciadas, mas que fazem parte da formação da sociedade brasileira e que merecem ser reconhecidas como tal. Como nos termos de Grada Kilomba (2019), devemos descolonizar o conhecimento, fazendo dos negros sujeitos não só a serem estudados como protagonistas, mas como contadores de suas próprias histórias e memórias.

Considerações finais

As entrevistas de História Oral tem se mostrado fundamental para trabalhos que buscam resgatar a memória e a agencia dos negros na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, essa pesquisa revelou a importância dos movimentos sociais na construção de uma história da cidade de São Gonçalo que considere a memória negra no município. Para tal, trouxemos a trajetória do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo que foi criado em 2018 e identificou a invisibilidade da história das origens da população afrodescendente.

O movimento social buscou realizar uma História Pública por meio de atividades culturais e educacionais das relações étnico-raciais e valorizar as oralidades e histórias negras no contexto do município de São Gonçalo em especifico na Fazenda Engenho Novo. Mobilizamos alguns conceitos presentes nos debates acadêmicos e na militância negra nacional como o "dever de memória" e "reparação histórica" ao evidenciar a negritude da cidade. Esses conceitos foram centrais para a atuação e publicações do coletivo nas redes sociais entre 2019 e 2022. O movimento social construiu uma relação de proximdade, colaboração e trocas com o movimento negro no Rio de Janeiro e no município, destaca-se o vínculo constituído com o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA). Partilhamos do intento de recuperar a agência dos afrodescendentes, para além do tempo do cativeiro, e evidenciar a complexa relação entre a estrutura senhorial-escravista e a formação da sociedade contemporânea.

Buscamos realizar uma história da memória social do município de São Gonçalo com ênfase ao contexto do escravismo no século XIX para entender como a Fazenda Engenho Novo se transformou numa das mais importantes fazendas produtoras de cítricos no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e em boa parte do século XX. Assim, trouxemos na pesquisa, personagens como o Barão de São Gonçalo e Coronel Joaquim Pereira Serrado, dois grandes latifundiários da região gonçalense que foram donos da Fazenda Engenho Novo respectivamente e de muitos cativos dentre os quais os ancestrais dos nossos dois entrevistados, portadores da memória negra da FEN Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva.

Para compreender o apagamento da história e memória negra no município de São Gonçalo além da atuação e pesquisas do Movimento Ocupa, fizemos uma analise da escrita dos memorialistas da cidade contextualizando os autores nas suas respectivas

épocas de publicação das obras submetendo trechos de alguns de seus livros que mencionam a Fazenda Engenho Novo ao estudo critico do pensamento social brasileiro em relação ao tema da raça e o que escreveram sobre o escravismo, a abolição e o pós-abolição.

A análise dos livros São Gonçalo Cinquentenário (1940), História de São Gonçalo publicada (1968) Capela, Fazenda e Engenho (1973), O município de São Gonçalo e sua história (2006) e São Gonçalo no século XIX (2010) nos permitiu entender que essas escritas sustentam tal invisibilidade porque priorizaram e perpetuaram obra após obra sobremaneira dados estatísticos sobre a história da população negra, enaltecendo heróis brancos e vislumbrando uma cidade moderna, dotada de progresso e livre dos atrasos sociais como a escravidão.

Essas análises corroboraram para a importância da oralidade de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva, dois afrodescendentes portadores da memória negra e moradores do assentamento rural Fazenda Engenho Novo, e consolidaram a ideia de que era inexistente uma escrita sobre o pós-abolição na região de São Gonçalo. Para apresentar esses relatos, foi necessário elaborar um panorama sobre a História Oral no Brasil e dar a dimensão de sua relevância para a construção das análises dessas duas entrevistas coletadas no ano de 2021.

Nas análises das entrevistas, percebemos similitudes na história dos antepassados de suas respectivas famílias gestadas na estrutura escravocrata em relação a memória do cativeiro e da liberdade. Demonstramos a fragilidade a que estavam sujeitas em relação a posse de terras e contextualizamos em especial as décadas de 1980 e 2000 fazendo análise de alguns jornais que publicaram notícias sobre os conflitos de terras nos arredores da Fazenda com ênfase para a luta pela terra de Joaquim Pinheiro da Silva pai de Alfredo Pinheiro da Silva.

No que concerne a luta para permanecerem nas terras da Fazenda buscamos compreender como conquistaram autonomia, direitos e cidadania. Nesse sentido, apontamos as diferenças no que se refere a vida pessoal de cada um. Identificamos que o ponto que os une no tempo presente é a esperança de ver a Fazenda Engenho Novo revitalizada, é vê-la como um lugar de memória de seus familiares bem como a promoção de políticas públicas para a zona rural do município. Essas reinvindicações ampliaram a relação de colaboração de Alfredo e Marcolina com o Movimento Ocupa e com essa pesquisa.

Nos foi fornecido, além dos relatos, documentos pessoais de diferentes épocas desde o “tempo da libertação”, que nos possibilitou entender, por meio da trajetória de suas famílias como ocorreu o pós-abolição na FEN como também suas motivações baseadas nas crenças, relações sociais e políticas e a conexão afetiva destes com a Fazenda Engenho Novo.

Em tempos em que as reinvindicações de diversos movimentos sociais estão no centro do debate público acerca da valorização da cultura afro-brasileira, da importância da preservação de seus espaços de memória para uma educação antirracista, reiteramos que o Movimento Ocupa possui um projeto de Lei em andamento desde 2021 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto político versa sobre a musealização da Fazenda Engenho Novo, a realização de visitas guiadas permanentes e atividades culturais gratuitas a todos os visitantes.

Enfatizamos que essa dissertação foi construída juntamente a dinâmica desse coletivo para divulgar, dar historicidade e estética negra as oralidades aqui descritas e que esperamos que estas e outras que não puderam estar nesse trabalho, possam contribuir para o debate do pós-abolição, para a problematização da invisibilidade da memória afrodescendente e a necessidade de reparação em relação à escravidão tanto no meio rural fluminense quanto no Brasil.

Fontes Orais:

SILVA, Alfredo Pinheiro. Entrevista ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo (mediada por Daiana Sousa Santiago e Marcelo Iname Monção, em 4 ago.2021; vídeo, 120 min.). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em < https://youtu.be/V82aYJL7aqo>.

SILVA, Marcolina Alexandrina da. Entrevista ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo (mediada por Juliana dos Santos Duarte Bernardo, Daniele Gonçalves Fontoura e Naila Regina da Silva Martins em 13 jan.2021; áudio, 50 min). Rio de Janeiro, 2021. Acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo.

SILVA, Marcolina Alexandrina da. Entrevista ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo (mediada por Daiana Sousa Santiago e Daniele Gonçalves Fontoura em 13 set.2021; vídeo, 50 min). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ZYYZKRg65Yg>

Fontes Escritas:

1. Sem identificação de autor: Triste história de um velho lavrador. Jornal O Globo – Seção Caderno de Niterói, domingo, 09/11/1986.

2. Sem identificação de autor: Xapuri é logo ali, na Engenho Novo. Nosso Jornal de negócios, 28 de julho a 03 de agosto de 1995.

3. BESSA, Marcele. Uma história que o abandono esconde. Jornal O São Gonçalo, 22 de setembro de 2002.

4. COURI, Thiago: Lavrador comemora um século de vida. Jornal O São Gonçalo, 26 de março de 2002.

5. DIAS. Carmina A exploração no meio rural Reportagem - Jornal Tribuna da Imprensa Rio de Janeiro - 18 de dezembro de 1986

6. HELENA, Leticia: Largo da Ideia vive em paz, mas sem progresso. Jornal O Globo – Seção Caderno de Niterói, domingo, 14 de maio de 1988.

7. Jornal Fatos e Notícias - São Gonçalo III de agosto de 1989 n° 22

8. Jornal Local São Gonçalo, Alcântara e demais bairros – Março de 1991 – Ano V diretora responsável Marli Jardim.

9. Nosso Jornal de Notícias – Matéria: Comunidade quer saber para onde foram os móveis da Fazenda Engenho Novo – semana de 21 a 27 de março de 1997

10. TAVARES, Teresa – Tempo e descaso destroem a história – Jornal o Dia – Caderno de Niterói 4 de maio de 1997.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. **Anos 90**. v. 15, nº 28, Porto Alegre.

ALBERTI, Verena; **Ouvir Contar Textos em História Oral** – Rio de Janeiro Editora FGV 2004.

ALMEIDA. Juniele Rabêlo, MAUAD. Ana Maria. SANTHIAGO Ricardo (organizador) **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.** São Paulo Ed. Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA. Juniele Rabêlo, MENESES. Sônia (organizadoras). **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo Ed. Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Silvio (2019). **O que é Racismo estrutural?** Pólen Produção Editorial LTDA.

ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira, 1986- **Senhores de escravos na Banda D'Além: estratégias de construção do poder senhorial** (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII) / Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

AMADO, Janaina, MORAES, Marieta Organizadoras. **Usos & Abusos da história oral** – Rio de Janeiro Editora FGV 2006.

AZEVEDO, Cristiane Valladares de. **Agricultura, Memória e Paisagem:** as perspectivas de construção de novas ruralidades no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. 3 ed., rev. e ampliada. Niterói, RJ: Nitpress, 2006.

DEZEMONE, Marcus A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas** 2014.

DOMINGUES. Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo 12 (23) • 2007 • Disponível em https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Fazenda do Engenho Novo: história e patrimônio em São Gonçalo. *In* Marcelo Guerra (Organizador). **O rural em regiões metropolitanas:** a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

FRAGOSO. JOÃO, SAMPAIO. ANTONIO CARLOS JUCÁ. ORGs **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa.** Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Editora Mauad. 2014.

FONSECA. Cristina M. O. Saúde Pública no Governo Vargas. *In* **Na corda bamba de sombrinha:** a saúde no fio da história/ Carlos Fidélis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

GANZER, Nathália Nicácio. Carl Friedrich Phillip Von Martius: Como as ideias de um alemão influenciaram as construções historiográficas e identitárias brasileiras. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE 2012**. Disponível em https://www.iel.unicamp.br/sidis/ Acesso em 30 abr. 2022.

GODOY, Karla E. Circuito turístico na Fazenda Engenho Novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e a profissionalização de atividades geradoras de renda. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Revista Política e Sociedade. Abril de 2011. *In* **O movimento negro no Brasil:** ausências, emergências e a produção dos saberes. | Política & Sociedade (ufsc.br).

_____. **Movimento negro e educação**: ressignificando e politizando a raça. In Revista Educação e Sociedade, v. 33. Nº 120, jul-set, 2012. http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf Acessado em 08/03/2021

GUIÃO FILHO, Homero Thomaz. **Capela, Fazenda e Engenho**. São Gonçalo: Gráfica Tricolor Editora. 1973.

_____. **História de São Gonçalo**. São Gonçalo/RJ. 1968.

GONÇALVES, Laís Meri Quirino. **Os conselhos municipais de igualdade racial como atores da proposição de políticas públicas, no âmbito municipal:** o caso de São Gonçalo/RJ. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em relações étnico-raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca-Cefet/RJ. 2021

GONÇALVES, Marcia de Almeida; REZNIK, Luís (Orgs.). **Guia de Fontes para a História de São Gonçalo**. Faculdade de Formação de Professores. Laboratório de Pesquisa Histórica. UERJ. 1999.

GONÇALVES. Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. Almanack, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, Dez. 2017 http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320171710 310 dossiê Imigrações.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão; MARTINS, Robson. **Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro- Civilização brasileira 2005.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, julho-dezembro de 2014. Disponível em:

< https://www.scielo.br/j/eh/a/DRBxk7Y7Kff8DttZjHjfkYC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 out. 2021.

MATTOS, Hebe. **História oral e comunidade:** Reparações e culturas negras. Hebe Mattos (organizadora). SP: Letra e Voz 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MORAES, Marieta de. (Org.) **História Oral e Multidisciplinaridade** – Fundação Getúlio Vargas 1994. Ed. Diadorim São Paulo

MOLLET. Claudia Daiane; **Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul** (do século XIX ao tempo presente) Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História. 2018.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Pelas Bandas d'Além:** fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888). Tese de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1989.

MUNANGA, Kabenguele. **Reconstruindo a mestiçagem**. 2ª ed. - BH: Autêntica, 2019.

_____. **Negritude:** Usos e Sentidos. Editora: Autêntica; 4ª edição, 2019.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores Negros e o "paradigma da ausência" contribuições à História Social do trabalho no Brasil.** Artigos. Estud. hist. (Rio J.) 29 (59). Sep-Dec 2016. Disponível em < https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003> Acesso em 22 de abril de 2023.

OLIVEIRA, Raiane. **O mundo dos fundos:** O Barão de São Gonçalo e seus escravos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **Zózimo Bulbul: a prática de história oral no Centenário da Abolição (1988) e a história de vida de um artista negro**. História Oral, n.21, 2021.

PAIXÃO, Marcelo. A lenda em desencanto: interpretações alternativas a democracia racial. *In* **A lenda da Modernidade Encantada:** por uma crítica do pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba (PR): CRV, 2014.

PEREIRA. Amílcar Araújo. **Narrativas de (re) existência: antirracismo, história e educação**. Editora Unicamp. 2021

PALMIER. Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. Disponível em < http://memoria.org.br/pub/meb000000303/sgonca1940cinq/sgonca1940cinq.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

PORTELLI. Alessandro; **Ensaios de História Oral** – Editora Letra e Voz, 2010

QUINTERO. PABLO, FIGUEIRA. PATRICIA, ELIZALDE. PAZ CONCHA. MASP - **Uma breve história dos estudos decoloniais,** Arte e descolonização. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e os autores, 2019.

REZNIK, Luís (org.). **O intelectual e a cidade:** Luiz Palmier e a São Gonçalo moderna. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

_____. **Lavoura e o lavourismo:** Um estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo Ed. Primil 2013.

RIOS, FLAVIA. 2019 **Boletim Lua Nova** 2019, disponível em < https://outraspalavras.net/outrasmidias/resistencia-negra-e-as-paginas-rasgadas-da-ditadura/> Acesso em 01/11/2022.

SAILLANT. Francine. Reconhecimento e Reparações: O exemplo do movimento negro no Brasil *in* MATTOS, Hebe (Org.) **História Oral e comunidades: Reparação e culturas negras. São Paulo: Letra e Voz, 2016.**

SANTIAGO, Daiana Sousa; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Fazenda Engenho Novo: História Oral e memória negra na cidade de São Gonçalo. **Revista Transversos**. Dossiê: Escravidão e liberdade no Brasil Independente. Rio de Janeiro, nº. 24, 2022. pp. 120-142. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/64555. ISSN 2179- 7528. DOI: 10.12957/transversos.2022.64555

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Poscolonialismo, descolonialidad y Epistemologías del Sur** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2022.

SANTOS. Victor da Costa; Águas passadas ainda movem moinhos? Possibilidades da pesquisa histórica sobre o patrimônio material e imaterial da Fazenda Engenho Novo; 2022. **Revista Temporalidades** Disponível em https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/38506

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). SP: Cia das Letras, 2012.

SILVA, Henrique Mendonça. **A medicina social eugênica de Luiz Palmier e suas atuações em educação e saúde.** Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

SILVA, Salvador Mata; MOLINA, Evadyr. **Fazenda do Engenho Novo Retiro**. Ed: Silverio JC Moreira, São Gonçalo, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 49-63, 1995.

THOMPSON, PAUL. **A voz do passado**. Editora Paz e terra. 1998.

VASSALLO, Simone **Identidade negra, cidadania e memória:** os significados políticos da Capoeira de Angola contemporânea. Interseções [Rio de Janeiro] v. 13 n. 2, p. 334-350, dez. 2011.

WEIMER. Rodrigo de Azevedo. **A *gente* da Felisberta.** Consciência histórica historia e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós- emancipação (c. 1847-tempo presente) Tese de Doutorado em História –Universidade Federal Fluminense – 2015.

VELOSO, Jaqueline Wenderroscky José Lopes. **Empreendedores de Memória:** Memória, identidade e representações sociais da cidade de São Gonçalo – Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais, Unirio, 2012.